

Contributos para uma História do Ir à Praia em Portugal



Pedro Alexandre Guerreiro Martins

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Setembro, 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor José Manuel Viegas Neves

Dissertação desenvolvida no âmbito do projecto "A formação do poder de Estado em Portugal: processos de institucionalização de 1890 a 1986", financiado pela FCT

Agradecimentos

Para a elaboração desta tese tive o contributo de algumas pessoas e entidades, às quais agradeço, esperando não me esquecer de ninguém.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao doutor Nuno Domingos, ao doutor Frédéric Vidal e à doutora Maria Alexandre Lousada, os quais me auxiliaram no princípio desta tese, nomeadamente na escolha do tema e no tipo de abordagem a ser feita.

Em segundo lugar, às entidades que no Concelho de Almada me auxiliaram na pesquisa sobre a Costa da Caparica, nomeadamente a Junta de Freguesia da Costa da Caparica, o Centro de Documentação do Museu Cidade de Almada e o Arquivo Histórico Municipal de Almada, nomeadamente o seu director o doutor Alexandre Flores, pela ajuda que me deu sobre os locais e pessoas a que me dirigir.

Gostaria também de agradecer a todos os entrevistados, ao senhor Lídio Galinho, ao senhor Tomé Antunes, à senhora Catarina Manalvo e ao senhor José Paiva, pela disponibilidade que demonstraram e pela simpatia com que me receberam.

Também um agradecimento aos funcionários da Fundação António Quadros, pela sua disponibilidade em me auxiliarem nesta pesquisa.

Por fim, ao meu orientador, o professor José Neves, que foi a pessoa por trás da ideia desta tese e que sempre me motivou a prosseguir-la, mesmo quando eu próprio não acreditava na sua realização. Por esta motivação e pela sua total disponibilidade em discutir, ler e reler este trabalho, a minha profunda gratidão.

Contributos para uma história da praia em Portugal

Pedro Alexandre Guerreiro Martins

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: praia, turismo, turismo balnear, banhos, vilegiatura, lazer, corpo, classes sociais, Costa da Caparica

Hoje a historiografia reconhece que a prática dos banhos de mar e da ida à praia, com antecedentes na Antiguidade, surgiu no Ocidente em meados do século XVIII. Este é um fenómeno que começa por ter razões de índole estritamente terapêutica, mas que rapidamente se revela como uma prática de amplo significado cultural, envolvendo igualmente dimensões sociais, económicas e políticas. Em Portugal apenas na segunda metade do século XIX a vilegiatura balnear se consolidou do ponto de vista das mentalidades, da organização turística e do enquadramento político. O primeiro objectivo desta tese será traçar uma evolução do ir à praia em Portugal desde os seus primórdios até sensivelmente à década de 70 do século XX, atendendo a factores como o desenvolvimento económico e turístico, a urbanística e a legislação em torno desta prática.

Durante a segunda metade do século XIX, algumas daquelas que hoje são praias de renome em Portugal conheceram o seu maior desenvolvimento como estâncias balneares. Procurar-se-á analisar que concepção do ir à praia foi desde este período fomentada pelos grupos sociais da burguesia, os quais estabeleceriam princípios de distinção social perante a generalização desta prática às classes populares. Esta concepção manter-se-ia durante uma boa parte do século XX, pelo menos até ao momento em que, virtude de fenómenos como a massificação do turismo, a expansão do turismo internacional e as novas concepções sobre o corpo, se desenvolveria um modelo de praia diferente do anterior, voltado para as férias, para o sol e para o lazer.

É o objectivo desta tese analisar todas estas dinâmicas, situando-as depois num estudo de caso que pretende trazer alguma luz sobre as transformações operadas no turismo balnear em Portugal ao longo do século XX.

Abstract

KEYWORDS: beach, tourism, beach tourism, baths, leisure, body, social classes, Costa da Caparica

Today historiography recognizes that sea-bathing and going to the beach began in the western world in middle of the XVIIIth century, with precedents in classical Antiquity. This is a phenomenon that began with strictly therapeutic reasons but rapidly evolved to a practice with large cultural meaning, with social, economic and political proportions. In Portugal just in the second half of the XIXth century sea-bathing gained some ground on the level of mentalities, touristic organization and political background. The first goal of this thesis is to trace the evolution of the beach practice in Portugal since its beginning until approximately the 7th decade of the XXth century, concerning topics as economic and touristic development, urbanism and legislation.

During the second half of the XIXth century some of the most important Portuguese beaches developed greatly as bathing resorts. It will be explored the beach notion developed by the bourgeois groups since this period, groups that established principles of social distinction towards the popularization of beach tourism. This notion would last for a long time throughout the XXth century, at least until the moment that, because of phenomenons like mass tourism, the expansion of international tourism and new body conceptions, developed a new beach model more concerned with vacation, sun and leisure time.

Another goal of this thesis is to explore all these dynamics and relate them in a case study that pretends to bring some light to the changes in beach tourism in Portugal throughout the XXth century.

Índice

	página
Introdução.....	1
Capítulo 1 - A praia no Ocidente Europeu até ao século XVIII	7
Capítulo 2 - A evolução do turismo balnear em Portugal	12
2.1. Os primórdios da vilegiatura marítima (1750-1850)	12
2.2. A expansão da vilegiatura marítima da segunda metade do século XIX ao final da monarquia (1850-1910)	17
2.2.1. As praias do Norte e Centro.....	20
2.2.2. As praias à volta de Lisboa.....	25
2.2.2.1. O despontar de Cascais e dos Estoris.....	26
2.2.2.2. A Ericeira.....	31
2.2.3. As praias do Sul.....	32
2.3. O turismo balnear durante a 1ª República (1910-1926).....	33
2.3.1. O Estoril de Fausto de Figueiredo.....	37
2.4. O turismo balnear nas décadas de 30 e 40.....	40
2.4.1. A Costa do Sol.....	44
2.4.2. A Praia da Rocha.....	47
2.5. A praia na emergência do turismo português moderno (1950-1974).....	49
2.5.1. O Algarve nos anos 60.....	56
Capítulo 3 - A praia e as culturas sociais.....	61
3.1. A praia e a aristocracia.....	61
3.2. A "apropriação" burguesa da praia.....	64
3.3. A diferenciação social na praia.....	67
Capítulo 4 - A praia e o corpo.....	73
4.1. O discurso médico sobre os banhos de mar.....	73
4.2. A nova concepção do corpo pela burguesia.....	78
4.3. O reaparecimento da vilegiatura marítima – terapia ou prazer?.....	81
4.4. A “revolução solar” e o triunfo da “praia quente”	85

4.5. A exposição do corpo nas praias.....	90
Capítulo 5 - Estudo de caso: a Costa da Caparica.....	94
5.1. A evolução da Costa de Caparica como estância de turismo.....	94
5.1.1. O período de emergência.....	94
5.1.2. A acção de Manuel Agro Ferreira.....	98
5.1.3. A Costa em direcção ao turismo de massas.....	100
5.2. A Costa de Caparica e as culturas sociais.....	106
5.2.1. A colónia de férias “Um Lugar ao Sol”.....	109
5.3. A Costa de Caparica e as concepções sobre o corpo.....	111
Conclusão.....	115
Fontes.....	120
Bibliografia.....	126
Lista de figuras.....	131



Figura 1: O Rei Dom Carlos e Rainha Dona Amélia chegam de bote à praia da Ribeira (1906). Fotografia de Júlio Worm. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000063



Figura 2: O Rei Dom Carlos e a Rainha Dona Amélia na praia da Ribeira, em dia de regata (1906). Fotografia de Júlio Worm. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000064



Figura 3: O Rei Dom Carlos e a Rainha Dona Amélia e comitiva na praia da Ribeira (1906). Fotografia de Júlio Worm. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000065



Figura 4: Elétrico que fazia o percurso de Sintra à praia das Maças. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ACU/000402



Figura 5: Embarque da família real para o exílio. Embarcaram na praia dos Pescadores da Ericeira com destino ao iate Amélia, que os levou a Gibraltar (5/10/1910). Fotografia de José Artur Leitão Bárcia ([1871?]-1945). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BAR/000689



Figura 6: Praia do Tamariz. Fotografia de Paulo Guedes (1886-1947). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/PAG/100673



Figura 7: Praia (1950 a 1970). Fotografia de Amadeu Ferrari (1909-1984). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/FER/002647



Figura 8: Procissão do Círio de Nossa Senhora da Atalaia, baptismo na praia. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/JBN/002833



Figura 9: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001586



Figura 10: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001584



Figura 11: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912, p.520. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001587



Figura 12: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001588



Figura 13: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001590



Figura 14: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001591



Figura 15: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000768



Figura 16: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000769



Figura 17: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000771



Figura 18: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoiel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000772



Figura 19: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoiel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000776



Figura 20: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000777



Figura 21: Passeio à beira-mar, junto à praia da Ribeira (Cascais). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000171



Figura 22: Grupo na praia da Ribeira (Cascais). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000172



Figura 23: Grupo na praia, debaixo do toldo na praia dos Pescadores (Cascais). Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 22 de Outubro de 1906, p.367. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/002690



Figura 24: Festa religiosa de São Bartolomeu do Mar, Esposende (24/08/1953). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002694



Figura 25: Festa religiosa de São Bartolomeu do Mar, Esposende (24/08/1953). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002701



Figura 26: Hora do banho, Nazaré (1956-1957). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002918



Figura 27: Pescadores trabalhando as suas redes dentro de um barco de pesca na praia, Lisboa. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ACU/000500



Figura 28: Pescadores estendendo as redes, Sesimbra (1957-1961). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/001118



Figura 29: Crianças protegidas pelas juntas de freguesia de Lisboa na praia da Trafaria. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). *Ilustração Portuguesa*, 13 de Setembro de 1909. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000775



Figura 30: Francisco, Alice, Ana Maria de Sousa e Holstein Beck, Maria Guilhermina Anjos e Bola, (Cascais, Agosto de 1921). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0003/000928



Figura 31: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001589



Figura 32: Na praia. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 22 de Outubro de 1906, p.366. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/002692



Figura 33: Praia em Cascais. Fotografia de José Artur Leitão Bácia (1871?-1945). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/BAR/000113



Figura 34: Praia da Nazaré (Julho de 1938). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0008/003415



101 PRAIA DAS MAÇÃS (Sintra) — Vista geral

Figura 35: Praia das Maças (c.1951), Fotografia de António Passaporte (1901-1983). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/PAS/001145



Figura 36: Praia (Nazaré, 1956-1957). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002936



Figura 37: Praia de Pedrouços (1937). Fotografia de Eduardo Portugal (1900-1958). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/POR/015830



Figura 38: Barracas de banhos na praia da Cruz Quebrada (1961). Fotografia de Artur Goulart. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AJG/103237



Figura 39: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000774



Figura 40: Banhistas na praia de Pedrouços (início do século XX). Alberto Carlos Lima (18- -1949). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/LIM/001226



Figura 41: Banho sagrado em São Bartolomeu do Mar, Esposende (1953/08/24). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002650



Figura 42: Banho sagrado em São Bartolomeu do Mar, Esposende (1953/08/24). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002650



Figura 43: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000770



Figura 44: Grupo de banhistas na praia (início do século XX). Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/002131



Figura 45: Banhistas na praia do Estoril (1909). Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001582



Figura 46: Banhistas (entre 1920 e 1929), Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/JBN/002664



Figura 47: Piquenique na praia da Adraga (1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0005/001974



Figura 48: Piquenique na praia do Guincho (Outubro de 1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0005/001986



Figura 49: Numa praia em Cascais (Outubro de 1934). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0005/002101



Figura 50: Diogo de Sousa Holstein Beck Manoel e uma amiga na praia do Baleal, Peniche (Setembro de 1949), Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0009/004318



Figura 51: Banhistas, Nazaré (entre 1956 e 1957). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002931



Figura 52: Banhistas, Estoril (entre 1950 e 1970). Fotografia de Amadeu Ferrari (1909-1984). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/FER/003235



Figura 53: Praia do Estoril (1966). Fotografia de Armando Seródio (1907-1978). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/FDM/00197



Figura 54: Fotografia aérea da Costa da Caparica (entre 1930 e 1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/MBM/000027

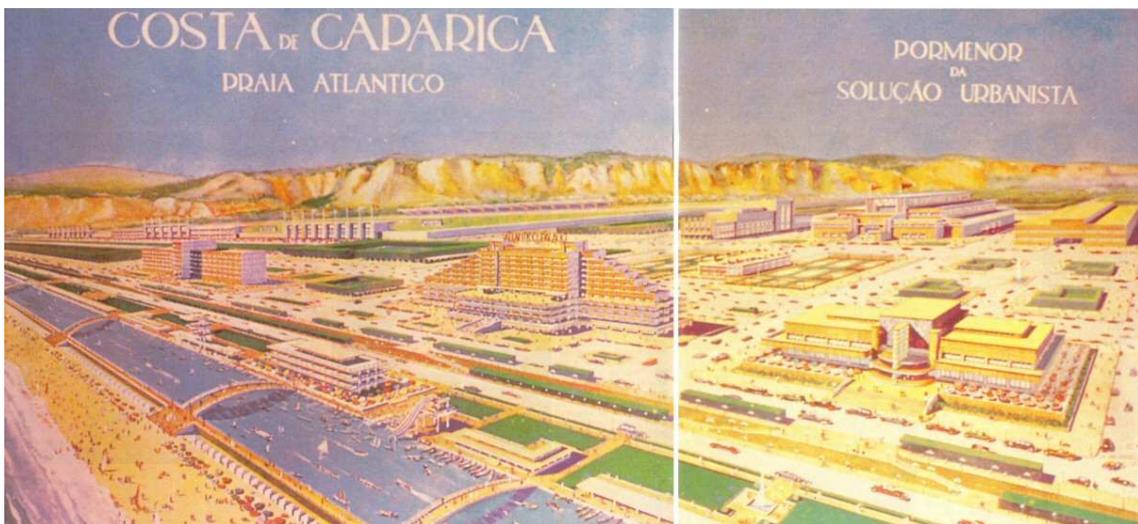


Figura 55: Projecto para a urbanização da Costa da Caparica, de Cassiano Branco (1930). Retirado de: <http://obviousmag.org/archives/2007/04/utopia.html>



Figura 56: Hotel Praia do Sol. Fotografia de Artur Inácio Bastos (1904-1975). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AIB/S00017

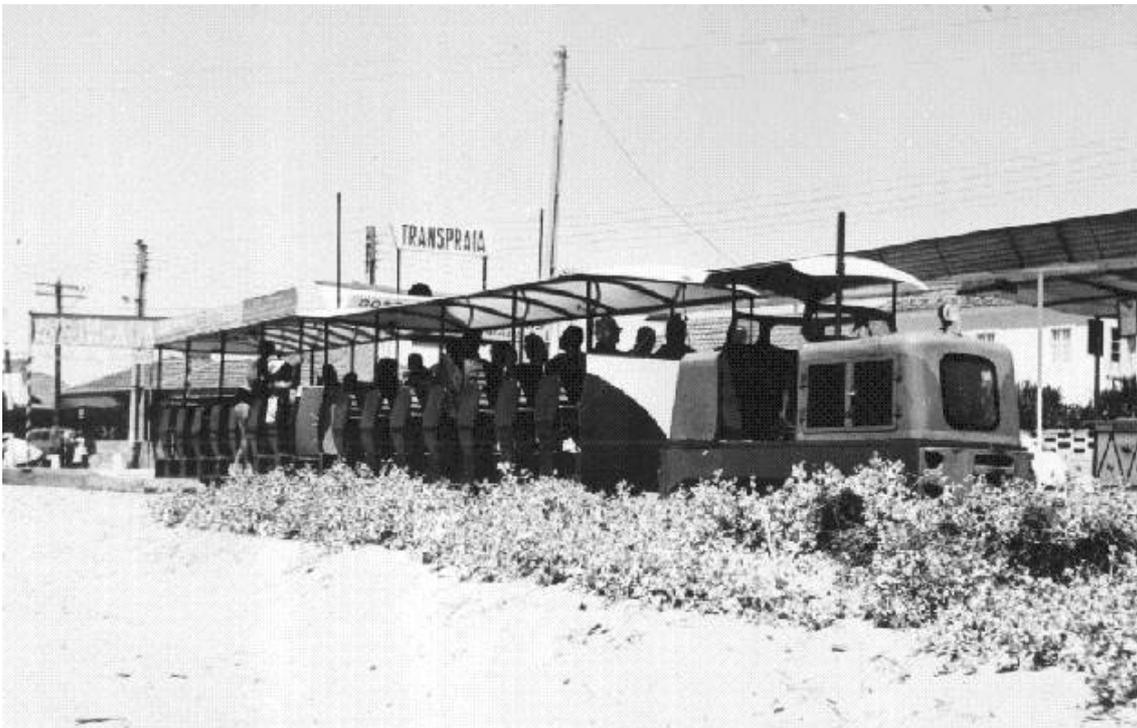


Figura 57: Comboio de turismo, Costa da Caparica. Fotografia de Artur Inácio Bastos (1904-1975). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AIB/S00025



Figura 58: Entrada de praia, Costa da Caparica (1967). Fotografia de Sid Kerner (1920-). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/SID/000077

Introdução

Até há uns anos atrás, o turismo não era encarado como um objecto histórico, sendo apenas algo subsidiário da história social e económica, ou apontado como uma mera curiosidade no meio das transformações que tiveram lugar na contemporaneidade. Porém, o turismo como actividade económica, como prática social e cultural tem vindo a ser valorizado pela historiografia internacional nas últimas três décadas, principalmente na sua relação com a antropologia, a sociologia e a história das mentalidades. Um conjunto de estudos dedicados à história do turismo (por exemplo, os de John Urry¹) e dos lazeres (por exemplo, os de Norbert Elias e Eric Dunning²) puseram em destaque a importância do turismo e das práticas de lazer nas sociedades contemporâneas, quer enquanto sinais de modernização ao nível económico-social, quer enquanto expressões de uma mudança ao nível das vivências, do quotidiano, das práticas corporais e das formas de pensar.

O caso específico do turismo balnear é importante para compreendermos estas alterações. Se autores como Alain Corbin, André Rauch, Roy Porter³ e Jean-Didier Urbain⁴ se debruçaram sobre as origens e a evolução da vilegiatura balnear no Ocidente enquanto fenómeno contemporâneo, outros, como Pascal Ory, pensaram no ir à praia como uma manifestação de verdadeiros fenómenos de ruptura no que respeita à moda e à maneira de encarar o corpo⁵. Acresce que a por vezes denominada “vocação marítima” de Portugal torna o país um caso interessante de estudo ao nível da evolução das várias visões sobre o mar e a orla costeira. O fenómeno contemporâneo da litoralização trouxe à tona o debate em torno da atracção do mar e das actividades marítimas. O turismo como actividade económica ampliou este debate, em especial a partir dos anos 60, quando o poder político e a sociedade assumiram a importância determinante do turismo balnear.

Estas circunstâncias levam a interrogar-nos sobre o porquê de nunca ter sido feita uma história geral do turismo e das práticas balneares em Portugal. No fundo, um estudo que permitisse perceber que factores verdadeiramente contribuíram para a sua evolução e popularização e que, por outro lado, contribuisse para um melhor conhecimento das sociabilidades, da

¹ John Urry, *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, SAGE Publications, 1990.

² Norbert Elias e Eric Dunning, *A busca da excitação*, Lisboa, Difel, 1992.

³ Alain Corbin, *O Território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1989; *História dos tempos livres*, coord. Alain Corbin, Lisboa, Teorema, 2001.

⁴ Jean-Didier Urbain, *At the beach*, University of Minnesota Press, 2003.

importância do lazer e do corpo no quadro da história cultural contemporânea.

Em primeiro lugar, é importante assinalar a falta de estudos gerais sobre a história do turismo em Portugal. Se excluirmos os trabalhos realizados por Carminda Cavaco desde os anos 60⁶, a primeira obra geral dedicada ao turismo português é *Portugal – O Turismo no Século XX*, de Paulo Pina⁷, não obstante as suas lacunas óbvias ao nível da citação de fontes e de referências bibliográficas e o facto de se concentrar exclusivamente no século XX. No seguimento desta obra, apenas em 2003 se voltou a fazer um esforço no sentido de desenvolver uma obra geral sobre a história do turismo em Portugal, neste caso *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, de Sérgio Palma Brito⁸. Esta obra em dois volumes beneficia da extensa pesquisa de fontes que o autor realizou – sendo muitas delas citadas nesta tese – e constitui-se como a grande obra de referência para os investigadores da história do turismo. No entanto, o livro não vai muito além da transcrição de fontes, deixando explicitamente muitos temas por desenvolver, nomeadamente os que reportam a aspectos específicos como a vilegiatura balnear, as sociabilidades na praia, os planos urbanísticos ou as políticas de turismo, sugerindo antes um conjunto de importantes pistas para futuros estudos. Em particular o capítulo 2 desta dissertação em larga medida beneficiou da obra de Palma Brito, não só pelo seu trabalho de compilação de fontes, como também pela sua estrutura e interpretação dos fenómenos turísticos.

Em segundo lugar, é necessário dizer que um tema tão vasto do ponto de vista do contexto espacial e temporal como o turismo balnear nunca poderia ser esgotado numa tese de doutoramento e, muito menos, numa tese de mestrado. A complexidade do tema, nas várias temáticas que nele se cruzam, a bibliografia produzida (que não é vasta mas ainda assim rica) e a infinidade de fontes passíveis de análise jamais permitiriam que neste trabalho se ambicionasse escrever uma história “acabada” da praia em Portugal. Neste sentido, uma das dificuldades encontradas foi a de delimitar a tese em termos espaciais e temporais. Se, por um lado, se pretendia trazer algum contributo para o tema e, ao mesmo tempo, fazer com que fosse um trabalho de cariz geral e não local ou regional (poder-se-ia, por exemplo, ter feito uma tese exclusivamente sobre a praia da Costa da Caparica), não é menos verdade que nesse estudo geral fizesse sentido alargar o mais possível o âmbito cronológico, tendo em vista a

⁵ Pascal Ory, *L' invention du bronzage*, Editions Complexe, 2008.

⁶ Nomeadamente *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, Estrato da “Estudos Italianos em Portugal”, nº40-41-42, 1980, cujos dados estatísticos e algumas informações sobre a vilegiatura balnear ainda são pertinentes.

⁷ Paulo Pina, *Portugal – O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, 1988.

⁸ Sérgio Palma Brito, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003.

compreensão de um fenómeno com múltiplos antecedentes. Assim, escolheram-se como limites cronológicos a segunda metade do século XVIII – altura em que aparece em Portugal o discurso médico sobre os banhos de mar e se começa a praticar a vilegiatura de praia – e a década de 70 do século XX – período que assinala a consagração do turismo de massas no país, ou seja, um modelo de praia que já se pode considerar “actual” ou “diferente” do anterior e no qual, por outro lado, grande parte dos estudos terminam a sua abordagem. Também aí a tese dependeu em grande medida dos trabalhos já realizados e que serão constantemente evocados, a par de algumas fontes já analisadas e de outras que ainda não foram colocadas em relevo.

Pretendeu-se, na realidade, reunir os estudos específicos realizados sobre a história das praias em Portugal, tendo a tese nesse sentido um carácter de síntese, mas também reanalisá-los à luz de algumas fontes importantes, quer gerais quer específicas de um estudo de caso em que se pretende trazer uma nova visão sobre dois paradigmas do que foi o ir à praia em Portugal. Assim, além da já referida dificuldade de concentrar um estudo geral em 120 páginas, foi ainda necessário fazer um esforço de síntese no sentido de identificar algumas das fontes principais sobre o tema. Um tema tão vasto como a praia em última instância evocaria um vasto conjunto de fontes (jornais locais e nacionais, revistas, fotografias, brochuras turísticas, memórias, literatura...) que jamais poderiam ser devidamente inventariadas e analisadas numa tese de mestrado. Procurou-se, portanto, reunir um pouco aquilo que foram as principais pesquisas sobre o tema nos últimos anos e traçar uma lógica interna que funcionasse como referência a estudos futuros.

A estrutura desta dissertação assenta em cinco capítulos de dimensão variada, sendo o capítulo 2 o mais extenso. O capítulo 1 é uma espécie de capítulo introdutório, em que se procura contextualizar internacionalmente a emergência da vilegiatura balnear no Portugal do século XVIII. No capítulo 2 procurou-se concentrar a maior parte dos estudos feitos até então sobre a vilegiatura e o turismo de praia em Portugal, tendo como base a evolução do turismo nacional e internacional, as políticas de turismo e o seu impacto, os empreendimentos turísticos balneares e toda a sua evolução entre o final do século XVIII e a década de 70 do século XX. Dada a dimensão do tema, o capítulo foi dividido em vários subcapítulos que remetem para diferentes períodos da história portuguesa e para algumas das mais importantes praias nacionais durante este período. O capítulo serve também de mote para os capítulos seguintes, em que se adoptou uma abordagem mais temática do que propriamente cronológica. O capítulo 3 reporta-se à relação entre a praia e as culturas sociais, na medida em que este foi um

fenómeno fomentado por determinados grupos sociais de perfil elitista. Procurou-se perceber que visão tinham estes grupos do que era o ir à praia e que procedimentos de distinção social utilizavam, perante a crescente popularização e massificação do turismo balnear. No capítulo 4 são utilizadas algumas das análises feitas no capítulo anterior para compreender em que medida o discurso médico sobre os banhos de mar e as concepções oitocentistas sobre o corpo influenciaram a vilegiatura balnear e criaram um paradigma dominado pela praia “fria” e “terapêutica”, que se manteria até bem dentro do século XX. Através desta análise procurou-se não apenas identificar as razões que levaram originalmente as pessoas à praia, mas também como este paradigma evoluiu para um modelo de praia dominado pelo sol, pelo ar-livrismo, pelo bronzado e por uma nova cultura do lazer, já no século XX.

O capítulo 5 é um estudo de caso. A escolha recaiu sobre as praias da Costa da Caparica. As razões para esta escolha prendem-se com o relativo desconhecimento sobre o passado histórico destas praias e a ausência de estudos académicos sobre a Caparica enquanto estância balnear, o que de algum modo surpreende, dada a importância que esta zona teve e tem ao nível da Grande Lisboa e do resto do país. Por outro lado, escolheu-se a Costa da Caparica no sentido de verificar, tendo em conta a análise feita nos capítulos anteriores, em que medida estas praias terão sido precursoras a partir dos anos 30 de um novo “turismo balnear” em Portugal. Este seria representado por um novo paradigma de praia, “quente” e “lúdica”, voltada para a cultura ar-livrista, para o sol e para a exposição do corpo, só tendo a sua plena expressão a nível social como turismo de massas a partir dos anos 60, já com o desenvolvimento do turismo nas praias algarvias.

No que toca aos estudos gerais sobre o turismo balnear em Portugal, como já foi referido, eles são basicamente inexistentes. Ainda assim, a recente tese de doutoramento de Joana Gaspar de Freitas *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências...*⁹ é o trabalho académico que mais se aproxima da temática, muito embora o seu enfoque não seja apenas no turismo balnear e nas práticas a este ligadas, mas também nas transformações operadas no litoral português e no seu povoamento. Ainda assim, é provavelmente o estudo mais completo e aquele que, a nível de estrutura e de temas, terá mais semelhanças com esta tese.

Antes da tese de Joana Gaspar de Freitas, apenas haviam sido feitos trabalhos acadé-

⁹ Joana Isabel Ricardo Gaspar de Freitas, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

micos em torno de realidades locais e regionais ou de temas específicos relativos à vilegiatura marítima. A zona balnear que tem sido mais estudada é a que vai de Cascais às praias limítrofes de Lisboa, objecto de análise nas teses de Maria da Graça Briz¹⁰, Maria Luísa Afonso Martins¹¹, João Miguel Rodrigues Henriques¹² e Carlos Manuel de Oliveira Severo¹³, bem como nos trabalhos de Raquel Henriques da Silva. Nestes estudos, o século XIX e as primeiras décadas do século XX são os períodos privilegiados para análise, uma tendência que, de resto, se observa na maioria dos trabalhos dedicados à história da vilegiatura balnear em Portugal. Outras obras importantes para a elaboração desta tese foram o estudo de sociologia histórica de Helena Cristina Ferreira Machado, *A construção social da praia*¹⁴, bem como os trabalhos dedicados à história do corpo no século XIX, de Jorge Crespo e Manuela Hasse. Por fim, é de assinalar a existência de algumas obras de divulgação que, não obstante o seu carácter pouco académico, são importantes como ponto de partida para uma reflexão sobre determinadas praias ou contextos específicos, e que serão referidas a seu tempo.

A nível das fontes, optou-se por uma divisão entre aquelas que já foram citadas e analisadas pela bibliografia e as que ainda não foram alvo de tratamento, estas últimas reunidas principalmente no estudo de caso.

Uma das dificuldades durante a pesquisa deveu-se ao encerramento temporário da Biblioteca Nacional durante o ano lectivo, facto que levou a uma necessidade de concentrar esforços para reunir o máximo de fontes num curto espaço de tempo. Foi assim possível reunir um conjunto de panfletos e de obras de divulgação turística, uns incontornáveis e outros desconhecidos, sendo que a BN possui um importante espólio nesta área, inclusive no seu arquivo fotográfico, respeitante a várias praias do país. Outra vantagem desta pesquisa foram os tratados médicos e outras obras científicas dos séculos XVIII e XIX sobre os banhos de mar (cuja quantidade permitiu que apenas alguns fossem citados nesta tese), bem como diversos relatórios, inquéritos, comunicações e fontes diversas que seria moroso encontrar noutros arquivos. No que respeita à imprensa de época foi possível encontrar alguns periódicos avul-

¹⁰ Maria da Graça Briz, *A arquitectura de veraneio. Os Estoris: 1880-1930*, dissertação de mestrado em História de Arte, Lisboa, UNL-FCSH, 1989.

¹¹ Maria Luísa M. Afonso Martins, *A vilegiatura marítima no século XIX de Belém a Cascais*, dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE, 1996.

¹² João Miguel Rodrigues Henriques, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol. Fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras, 2008.

¹³ Carlos Manuel de Oliveira Severo, *A cultura balnear na Costa do Sol: para um museu da praia*, dissertação de mestrado em Museologia e Museografia, Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Belas Artes, 2011.

¹⁴ Helena Cristina Ferreira Machado, *A construção social da praia*, Guimarães, IDEAL-Artes Gráficas, 1996.

so, nomeadamente o *Diário da Praia*¹⁵, publicação local da Figueira da Foz, bem como alguma imprensa do século XIX. Sobre as formas de sociabilidade e os tipos sociais nas praias, foram de grande importância as obras de Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*¹⁶, e de Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*¹⁷ (de resto constantemente referidas na bibliografia), bem como diversas obras de cariz memorialístico e literário.

Como já se referiu, a obra de Palma Brito facilitou em grande parte esta pesquisa, ao citar um conjunto de fontes importantes, nomeadamente alguns estudos realizados pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações sobre o aproveitamento turístico de algumas praias, bem como os planos urbanísticos elaborados para certas estâncias balneares. Além disso, a obra cita igualmente um vasto conjunto de legislação central sobre o turismo e as praias. Já a legislação municipal sobre as práticas balneares foi quase toda retirada dos trabalhos académicos antes mencionados.

No que respeita ao estudo de caso, foi de enorme importância o Arquivo Histórico Municipal de Almada, cujo espólio ao nível da propaganda turística e da imprensa local – nomeadamente o jornal *Praia do Sol*¹⁸, que foi analisado exaustivamente em todo o seu período de publicação, que vai dos anos 50 aos anos 80 – permitiu atingir um conhecimento mais aproximado sobre a evolução da Costa da Caparica do ponto de vista turístico e dos hábitos balneares. Por outro lado, as entrevistas realizadas permitiram colmatar vários aspectos não abordados pelas fontes escritas e pela bibliografia.

Por fim, uma referência ao Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa cujo espólio é já conhecido e que é seguramente o arquivo fotográfico público mais bem apetrechado no que respeita às praias de Portugal.

¹⁵ *Diário da Praia - Figueira da Foz, Praia do Sonho e da Claridade*, ed. Adriano Santos, Figueira da Foz, Tip. Peninsular.

¹⁶ Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, *Memórias da Linha de Cascais*, ed. Facsimilada, Cascais, Oeiras, CM Cascais e CM Oeiras, 1999.

¹⁷ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, conforme a 1ª ed. (1876), Lisboa, Frenesi, 2001.

Capítulo 1 – A praia no Ocidente Europeu até ao século XVIII

Ao partir da ideia de que a prática dos banhos de mar esteve sempre presente nos contextos litorâneos, é impossível datar com precisão em que altura da história começou a ser uma prática organizada. Como aponta o historiador Fikret Yegül, as primeiras referências que temos reportam à época romana, referindo-se Plínio *o Velho* ao banho terapêutico de água do mar pelos seus "efeitos tónicos em doentes de navios ou que sofram de tuberculose pulmonar". Em Pompeia, por exemplo, existia um estabelecimento de banhos que combinava a água do mar e a água corrente¹⁹.

A grande maioria dos historiadores concorda que foi durante o Império Romano que se iniciou a prática da vilegiatura, isto é, a permanência sazonal numa propriedade rural por parte indivíduos das elites de Roma. Esta prática teve os seus primórdios na região da Campânia, razão pela qual a Baía de Nápoles se tornou o primeiro centro de vilegiatura balnear da Antiguidade. As *villas* napolitanas não só valorizavam a vista marítima como integravam o banho de mar na sua arquitectura e vivência.

Sérgio Palma Brito considera que, após o declínio gradual da vilegiatura na Baía de Nápoles a partir do século III d.C. e a queda do Império Romano, durante mais de mil anos as fontes praticamente ignoram uma prática organizada dos banhos de mar (o que contrasta com os banhos públicos urbanos que permanecem no mundo medieval, em alguns contextos com bastante importância). A própria vilegiatura só ressurge em força no século XIV, embora centrada no contexto rural italiano. Só voltamos assim a ter referências a um ressurgimento sistematizado dos banhos de mar no século XVIII em Inglaterra. Isso não significa, como é óbvio, que durante estes séculos as populações do litoral, especialmente as que faziam do mar o seu ofício (caso dos marinheiros e pescadores), não tomassem banhos²⁰. Na realidade, só falamos de um surgimento (ou ressurgimento) dos banhos de mar no Ocidente quando estes se tornam uma prática das elites.

O historiador Alain Corbin traça um percurso do olhar do homem ocidental sobre o mar e praia até ao século XVIII. Na sua obra *O Território do vazio. A praia e o imaginário*

¹⁸ *Praia do Sol. Orgão de Propaganda do Concelho de Almada*, dir. António Correia, ed. José Alves Martins, Costa de Caparica, 1950-1982.

¹⁹ Fikret Yegül, *Baths and Bathing in Classical Antiquity*, Cambridge, Massachusetts and London England, The MIT Press, 1995, p.93. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.94.

²⁰ Sérgio Palma Brito, vol.1, pp.95-98, 227.

occidental, explica como a visão dominante em relação ao mar foi durante séculos marcada pelo imaginário bíblico: um oceano primordial, abissal, caótico e incompreensível, uma ameaçadora lembrança do dilúvio e do castigo divino e, por isso, visto como sinal de catástrofe e punição (“penetrar nos mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio”). O mar era assim visto como “o mais pavoroso espectáculo oferecido pela Natureza”, do mesmo modo que “as areias ardentes do deserto e da praia são frequentemente associadas ao Inferno”²¹. Este discurso marcado por tempestades, naufrágios e maremotos estava presente nos relatos das descobertas marítimas, na literatura de viagens e na mentalidade das populações litorâneas.

Em Portugal, até ao século XVIII o litoral era, de um modo geral, um território considerado inóspito, fustigado por ventos fortes, sujeito ao avanço do mar e às incursões de piratas e corsários, com terrenos pouco propícios à agricultura e, por isso, oferecendo pouco sustento às populações além da pesca, uma actividade morosa e de risco elevado. Podemos mesmo afirmar que o litoral português era nesta altura, em grande medida, um território despovoado, com a excepção dos povoados piscatórios e das cidades e vilas localizadas nas fozes dos rios, locais onde havia melhores condições de fixação, como salienta Joana Gaspar de Freitas²².

Esta repulsa perante o mar não foi uma constante até ao século XVIII, havendo antecedentes que sinalizam, é certo, uma mudança de sensibilidades²³. Mas que condições permitiram que no século XVIII a frequência balnear marítima despontasse e se tornasse mesmo um factor de prestígio social? Alain Corbin aponta o *Grand Tour* em Itália e a estadia em Nápoles como factores que avivaram ou reactualizaram na imaginação dos aristocratas ingleses um modelo antigo de lazer, que já estava presente nos contextos rurais e termais europeus. Ainda no século anterior, o inglês Robert Burton na sua obra *The Anatomy of Melancholy* (1621) propunha que a variedade de paisagens era um bom remédio contra a melancolia (denominada *spleen* pelos poetas) e contra as patologias urbanas, embora nesta altura o meio campestre ainda assumisse predominância quase total²⁴.

Como aponta Palma Brito, na segunda metade de setecentos os britânicos, no segui-

²¹ Alain Corbin, pp.12, 14-20.

²² Joana Gaspar de Freitas, "O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado" in *Revista da Gestão Costeira Integrada* 7(2), 2007, p.107.

²³ Corbin dá dois exemplos: os poetas franceses do século XVII que começaram a interessar-se pela beira-mar e pela noção de movimento que o mar despertava; e a emergência da “teologia natural” no final de seiscentos, uma corrente religiosa que enfatizava a Natureza como criação divina, manifestação da glória de Deus e, como tal, objecto principal de contemplação pelo Homem. - Alain Corbin, pp.30-44.

²⁴ Alain Corbin, pp. 52-65, 70-71.

mento da *Grand Tour*, iniciaram o hábito de passar o Inverno no Sul, por exemplo, na Riviera francesa. A moda das "estâncias de Inverno" não tinha nesta altura a importância que teria no século XIX e, embora as razões da sua prática já se reportassem à saúde, não podemos relacioná-la ainda directamente com os banhos de mar.

Outro factor importante foi a divulgação do banho frio na hidroterapia, principalmente a partir da obra de John Floyer, *A História do Banho Frio*, escrita entre 1701 e 1702. Segundo Alain Corbin, esta obra instalou a moda do banho frio entre os ingleses²⁵, uma “moda” que se manteria ao longo de mais de dois séculos. Na segunda metade do século XVIII em Paris já se começavam a praticar banhos frios no Sena, em barcas e estabelecimentos próprios²⁶. Mas é precisamente em Inglaterra que a transição do velho modelo termal para o banho de mar se operou. Scarborough teve aqui um papel importante, pois nesta povoação litorânea do Yorkshire, conhecida desde 1637 pela sua fonte de água mineral com sabor a sal, a prática dos banhos de mar aliar-se-ia ao termalismo, havendo registos da Duquesa de Manchester em 1732 banhando-se nas suas águas²⁷.

Seria expectável ver no período romântico uma condição para um ressurgimento da vilegiatura marítima na Europa. A beira-mar, como local de confronto entre os elementos (a água, a terra e o ar) e entre estes e o Homem, seria, a par da montanha, um dos locais "redescobertos" pelos românticos, e que cedo viraria moda entre as elites²⁸. Porém, vimos que este processo é anterior. Como afirma Corbin, bem antes do final do século XVIII "as praias se haviam tornado locais de contemplação e deleitação". Os românticos, "fazendo da beira-mar um lugar privilegiado da descoberta de si"²⁹, mais não fazem que contribuir para a propagação desta moda. Todo o litoral se tornou objecto de veneração pelos românticos, não apenas o mar e a praia, mas também as pessoas que nele conviviam (pescadores, mulheres, marinheiros, etc.). Estes povos eram vistos como primitivos, simples, supersticiosos mas ao mesmo tempo primordiais (tal como o mar); uma espécie de testemunho das "idades de ouro" tão procuradas pelo imaginário romântico.

²⁵ Idem, p.75.

²⁶ S. Palma Brito, vol.1, p.229.

²⁷ Segundo Corbin, data também desta altura, mais precisamente de 1735, a primeira gravura de uma “carruagem de banhos”, equipamento essencial na prática dos banhos de mar até ao desenvolvimento dos fatos-de-banho propriamente ditos (ver capítulo 4). – Corbin, p.92.

²⁸ Maria da Graça Briz afirma que “é no final do período romântico que surge a nova moda da vilegiatura marítima. O mar, inicialmente amado pela sensibilidade própria do tempo, pelo seu carácter simultaneamente belo e trágico, fascinante e medonho, imensa força da natureza com que os espíritos sensíveis ou artísticos gostavam de se identificar, vai ser apropriado pela sociedade burguesa do fim do século em moldes bem diferentes” (ver capítulo 3). - Maria da Graça Briz, *A arquitectura de veraneio. Os Estoris: 1880-1930*, dissertação de mestrado em História de Arte, UNL-FCSH, 1989, p.8.

Foi na sequência do sucesso dos banhos de mar em Inglaterra que se desenvolveram na Europa continental as primeiras estâncias marítimas. Na Alemanha temos os exemplos de Doberan, cuja edificação começou em 1794, e de Travemünde (na Baía de Lübeck), ambas voltadas para o mar Báltico e contando com o patrocínio dos monarcas do Mecklenburgo e da Prússia. Também a França seguiu este modelo, com Boulogne-Sur-Mer no último quartel do século XVIII e Dieppe a partir da década de 20 de oitocentos, ambas no canal da Mancha, e ainda Biarritz, no sul da Baía da Biscaia, a partir da década de 30. Na Bélgica Ostende capitalizou os investimentos, ainda antes do começo das guerras revolucionárias na Europa, na tentativa de satisfazer uma clientela inglesa instalada na proximidade dos portos conectados a Dover. Só findas as guerras napoleónicas se construíram os grandes estabelecimentos de banhos e se iria constituir uma vida social específica em torno dos banhos de mar na Europa³⁰.

No processo de afirmação das estâncias marítimas inglesas, Brighton foi um marco essencial. Desde que o médico Richard Russell instalara aí o seu consultório, ainda na primeira metade de setecentos, e começara a receitar uma cura inspirada no modelo das estâncias termais em voga, a cidade tornou-se em poucos anos o centro do *happening* social britânico. Corbin considera que Brighton por volta da segunda e terceira décadas do século XIX se tornou o “grande laboratório”³¹ de experiências da arquitectura e da urbanística balneares. Desde o pontão (*pier*), concebido como espaço de passeio e de lazer, até às esplanadas, *terraces* e passeios marítimos, Brighton foi a pioneira naquilo que hoje conhecemos como estância balnear³². Este modelo influenciou outras estâncias de cariz não-aristocrático, como Blackpool, a partir da década de 40 do século XIX³³. Brighton permaneceu como a praia por excelência da realeza até 1845, ano em que a rainha Vitória se mudou para Osborne, na Ilha de Wight. Em 1841 havia-se estabelecido a ligação ferroviária com Londres, o que tornara Brighton mais acessível e diminuía o seu cariz exclusivista.

A popularização das estadias balneares foi uma consequência importante da difusão das vias de comunicação e transportes, relevando o comboio, nesta época. Juntando-se a outros futuros desenvolvimentos, como o surgimento das férias pagas e o seu alargamento,

²⁹ Alain Corbin, pp.176-177.

³⁰ Alain Corbin, pp.229 e 273.

³¹ Alain Corbin, p.298.

³² Segundo Maria da Graça Briz, existe “uma soma de edifícios que se tornarão indispensáveis, para que um bocado de costa urbanizada possa ser denominada de estância balnear. Serão essencialmente: o Estabelecimento de Banhos (ou de Hidroterapia), o Casino, o Grande Hotel, o molhe, as cabinas, a praça, o jardim inglês e, acessoriamente, o pontão-passeio e certos tipos de «villas»”. – Maria da Graça Briz, p.5.

³³ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.300.

encontramo-nos perante os factores mais importantes daquilo que será o turismo de massas no século XX.

Capítulo 2 – A evolução do turismo balnear em Portugal

2.1. Os primórdios da vilegiatura marítima (1750-1850)

Portugal acompanhou, com algum desfasamento em relação à Inglaterra e ao Norte da Europa, este processo que levaria ao aparecimento dos banhos de mar como prática organizada. Foi um caminho gradual mas não linear, pontuado por períodos de conturbação política e económica, como as invasões francesas, a guerra civil e a instabilidade política latente até meados do século XIX.

De acordo com Palma Brito, a primeira referência médica em português sobre o valor dos banhos de mar datará de 1753 e foi publicada em Londres, pelo que é muito possível que o seu autor, o Dr. Jacob de Castro Sarmiento, tivesse conhecimento e fosse seguidor das propostas de Richard Russell³⁴. O estudo fazia uma analogia entre as águas termais das Caldas da Rainha e as de Bath, verificando que em Inglaterra se tinha usado também a água do mar para a cura de várias enfermidades, tanto através do banho como da ingestão. Esta prática, que como vimos já tinha precursores na Roma antiga, viria assim a ser credibilizada pela comunidade científica setecentista portuguesa, levando a que surgissem novos tratados médicos semelhantes nas décadas seguintes.

Tal como em Paris, temos referências a pessoas que tomavam banhos a partir de barcas no rio Tejo, mesmo no centro de Lisboa, desde o final do século XVIII³⁵. Existem fontes que indicam a popularidade desta prática por exemplo na zona de Santa Apolónia, na Jun-

³⁴ Jacob de Castro Sarmiento, *Apendix ao que se acha escrito na matéria médica do Dr. J. de Castro Sarmiento sobre a natureza, contentos, efeitos e uso prático, em forma de bebida e banhos, das águas das Caldas da Rainha, participado ao público em uma carta escrita ao Dr. João Mendes Saquet Barbosa, sócio da Sociedade Real de Londres, a que se junta o novo método de fazer uso da água do mar, na cura de muitas enfermidades crónicas, em especial nos achaques das glândulas*, Londres, s.n., 1753. Citado em Sérgio Palma Brito, p.234.

³⁵ João Nêu afirma que a primeira notícia acerca das barcas de banhos é um “aviso” publicado pela *Gazeta de Lisboa* em 7/5/1791 e que diz: “Faz-se saber ao Público que a Máquina para tomar banhos, que costuma estar no sítio da Junqueira, e em que há dois grandes quartos para a gente se vestir, com várias outras comodidades, tudo segundo um novo plano, se achará brevemente a nado para todas as pessoas que dela se quiserem servir, as quais devem logo dirigir-se ao dono, e pagar-lhe as suas subscrições, que são 12\$800 réis por cada pessoa” – João Nêu, *Em Volta da Torre de Belém*, vol. II, Lisboa, Horizonte, 1994, p.68.

queira³⁶ e mesmo no Terreiro do Paço³⁷. Também em Vila Nova de Gaia pareceu ter havido uma tentativa de seguir a mesma ideia³⁸.

Antes do final do século XVIII a prática dos banhos de mar seria já "corrente em vários pontos do país"³⁹, embora José Leite de Vasconcelos considerasse que a sua utilização regular "com acomodação especial em praias, e subordinados a conselho médico, ou à experiência e gostos individuais", só se tenha iniciado no primeiro quartel do século XIX⁴⁰. É, na realidade, na primeira metade deste século que as práticas terapêuticas em torno do banho de mar se codificaram e consolidaram, a partir de várias obras e estudos que começaram a aconselhar os meses menos quentes do Verão para a sua prática. Esta concepção médica, aliada a uma concepção social, definiria aquilo que seria o conceito de "estação de banhos" (ver capítulos 3 e 4).

Existem fontes que indiciam um interesse crescente pelos banhos de mar nas praias vizinhas de Lisboa nas primeiras décadas do século XIX⁴¹. A crescente urbanização da zona da Junqueira e de Belém ao longo do século XVIII oferecia condições para tal, primeiro na praia da Junqueira, a praia mais próxima de Lisboa, onde os depósitos de lodo do rio não incomodavam os banhistas⁴².

As primeiras barracas de banhos são referidas em relação às praias de Pedrouços e Cruz Quebrada. Na sua obra *Em volta da Torre de Belém*, João Nêu afirma que "o hábito de ir tomar banho de mar para Pedrouços, aí se demorando as famílias à volta de dois meses em

³⁶ Por exemplo, o opúsculo de Matusio Mata, *Os banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia vistos da terra pelo óculo crítico de ver sas coisas como são. Obra muito útil a todos que desejarem não morrer afogados no mar inesgotável das lograções mulheris*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1786.

³⁷ Maria Luísa M. Afonso Martins, pp.36-37.

³⁸ "Também aqui há outro estabelecimento muito útil, o qual consiste em uma Barcaça para tomar banhos; é propriedade de João Coelho de Almeida, Administrador da Ponte – a decência, a segurança, e boa ordem, com que se tomam aqui os banhos do rio, e sem que as pessoas, que os tomam, sejam devassadas por vistas curiosas, tornam este estabelecimento muito recomendável, e mostram as vantagens, que ele tem, e que o fazem preferível ao antigo sistema de barracas na margem do rio. Era muito bom, que se estabelecessem outras mais." – Manuel Rodrigues dos Santos, *Descrição Topographica de Villa Nova de Gaya e da solenissima Festividade que em acção de graças pela gloriosa restauração de Portugal se celebrou na igreja Matriz da mesma Villa no dia 11 de Dezembro de 1808*, 3ª ed., Porto, Typographia Commercial, 1861, p.191. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.318.

³⁹ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.237.

⁴⁰ José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, Vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936, p. 562. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.239.

⁴¹ Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal, 1798-1802*, trad. António Feijó, Lisboa, BN, 1981, p.121; *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Officina Pascoal da Sylva, 30/06/1819. Citado em João Nêu, *Em Volta da Torre de Belém*, vol. II, Lisboa, Horizonte, 1994, p.66; A. P. D. G., *Sketches of Portuguese Life, manners, costume, and character : illustrated by twenty coloured plates*, Londres, printed for Geo. B. Whittaker : printed by R. Gilbert, St. John's Square, 1826, pp.63-67.

⁴² João Nêu, vol.II, p.67.

casa alugada"⁴³, começou nas primeiras décadas do século XIX, acentuando-se no segundo quartel de oitocentos⁴⁴. Segundo Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, no início do século XIX haveria já em Pedrouços casas para alugar a banhistas, sendo que na “Quinta da D. Cândida” se construiu um conjunto de pequenas casas, sem grande conforto, sem quartos de banhos, água canalizada ou luz, “semelhantes às dos nossos antigos bairros operários”, mas que, ainda assim, atraíam uma boa parte da melhor sociedade lisboeta⁴⁵. O palácio do Duque da Terceira servia também de centro de convívio e divertimento para seus os hóspedes durante a estação de banhos nesta praia. Estes dados levam-nos a crer que Pedrouços tenha sido possivelmente a primeira praia a ser frequentada de forma organizada pela elite nacional, muito embora a fraca qualidade dos alojamentos e a inexistência de espaços de lazer à margem da vilegiatura tradicional palaciana possam dar uma clara noção de improviso.

Também por volta desta altura a zona ribeirinha de Algés, antes conhecida por Ribamar, começou a ser frequentada pelos aristocratas lisboetas. Estes, à imagem do que acontecia em Pedrouços, serviam-se dos palacetes e residências próximos, como refere Maria Luísa Afonso Martins na sua tese de mestrado sobre a vilegiatura marítima entre Belém e Cascais no século XIX⁴⁶.

Já Caxias tornar-se-ia na primeira praia a ser frequentada por membros da família real – foi o caso dos príncipes do Brasil D. José e D. Maria Francisca Benedita em 1783⁴⁷. A obra de João Chianca de 1845, *Manual Descritivo de Lisboa e Porto*, refere que o Paço de Caxias se situa “no sítio do mesmo nome, e serve para banhos, para as pessoas reais”⁴⁸. Este Paço teria sido concluído em 1832⁴⁹, tendo sido, conjuntamente com o Palácio de Belém, utilizado por D. Maria II e pela família real em tempo de banhos⁵⁰. Caxias e Belém parecem assim ter sido na primeira metade do século XIX praias precursoras do que sucederia a partir da década de 70 do mesmo século com Cascais – praias frequentadas pela corte.

Existem fontes que indicam que em Santo António do Estoril os religiosos do antigo

⁴³ João Nêú, vol. II, p.85.

⁴⁴ Uma das fontes mais importantes que temos em relação a este período são as memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, em que este descreve as suas estadias em Pedrouços e Ribamar. – D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, Parte I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pp.19-20 e 150-151.

⁴⁵ Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, p.47.

⁴⁶ Maria Luísa M. Afonso Martins, pp.39, 41-42.

⁴⁷ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.278.

⁴⁸ João Ignácio Crespeniano Chianca, *Manual Descritivo de Lisboa e Porto*, Lisboa, Tip. Da Viúva Coelho & Companhia, 1845, p.519. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.278.

⁴⁹ M. P. Videira, *Monografia de Paço de Arcos*, Caxias, 1947, p.56.

⁵⁰ Maria Luísa M. Afonso Martins, p.38.

convento se banhavam nas águas do mar, como explica João Miguel Rodrigues Henriques na sua tese de doutoramento⁵¹. A obra *Memória sobre a Utilidade e Uso Medicinal dos Banhos do Estoril*, de 1839, destacava “as excelentes posições que oferece o belo sítio da praia do Estoril, para ali se poderem tomar os banhos do mar com toda a comodidade, asseio e segurança”, destacando as formações rochosas destas praias (semelhantes a “bacias” ou “tinhas”) que os frades escolhiam como locais preferidos dos banhos⁵². Em Cascais os pioneiros dos banhos de mar teriam sido, segundo Maria Luísa M. Afonso Martins, os liberais presos na Cidadela durante o período miguelista⁵³.

Também noutros pontos do país temos indícios de uma maior valorização e frequência dos banhos de mar. Sabemos, por exemplo, que nos finais do século XVIII os monges beneditinos de Tibães (Braga) iam, por motivos de saúde, tomar banhos à Póvoa de Varzim⁵⁴. Esta prática terá inspirado as elites nortenhas, instalando-se ali na época do Verão e do Outono, em busca de iodo, considerado revigorante para os problemas dos ossos e da pele. A afluência de forasteiros à Póvoa transformou gradualmente a antiga vila piscatória. As casas de pescadores foram dando lugar a vivendas de aluguer e a casas de diversão e comércio. O Livro das Actas da Câmara da Póvoa diz-nos, por exemplo, que em 1824 a vila continha “mais de 6000 habitantes”, número que duplicava nos meses de Agosto a Novembro⁵⁵.

As elites portuenses começaram igualmente a desenvolver o gosto pelos banhos de mar. Artur de Magalhães Basto refere que já em meados do século XVIII as famílias inglesas do Porto deixavam as suas casas urbanas para irem “passar uns meses à beira-mar, à Foz ou a Leça. Algumas dessas famílias alugavam a mesma casa muitos verões seguidos”⁵⁶. Porém, tal como acontecia com as praias de Pedrouços, as condições destas casas deixavam muito a

⁵¹ João Miguel Rodrigues Henriques, p.56.

⁵² V. J. F., *Memória sobre a Utilidade e Uso Medicinal dos Banhos do Estoril aplicado ao Tratamento das Afecções Cutâneas e de muitas outras Moléstias contendo juntamente a Segunda Análise Química desta Água Mineral que se acha inserida no Jornal das Ciências Médicas de Lisboa, Tomo 2.º, p.215*, Lisboa, Tipografia de Vieira & Torres, 1839, p.26. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, p.56.

⁵³ Maria Luísa M. Afonso Martins refere o exemplo do “Dr. Joaquim Pereira de Melo, que com a sua família passa a frequentar regularmente Cascais, durante o Verão. Outras famílias se lhes juntaram como a do Marquês de Cantagal (...), Vimioso, Galveias e Atalaia”. - Maria Luísa M. Afonso Martins, p.122.

⁵⁴ Robert C. Smith, “Os Banhos de Mar, na Póvoa de Varzim, no século XVIII” in *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, vol. IV, nº 2, Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 1965, pp.239-244. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.279. Sobre os primeiros registos da prática de banhos de mar na Póvoa de Varzim ver a tese de Sandra Maria Araújo de Amorim, *A Póvoa de Varzim. Obras públicas e crescimento urbano (1791-1836)*, dissertação de mestrado em História de Arte, Porto, Faculdade de Letras, 1997, pp.101-107.

⁵⁵ Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *A Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1992, p.236. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.280.

⁵⁶ Magalhães Basto, *A Foz há 70 anos*, Porto, Edição do Colégio Brotero, 1939, p.33. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.280.

desejar, como refere o Príncipe Felix Lichnowsky em 1842⁵⁷. Ramalho Ortigão fala-nos também das suas estadias na praia da Foz do Douro durante a infância, salientando a existência de um número mínimo de hospedarias (apenas duas), o que se justificava em grande medida pelo facto de muitas famílias irem de madrugada à praia e voltarem para o Porto no mesmo dia. Existiam “carroções” que faziam este trajecto; outras famílias faziam-no de burro⁵⁸.

A Figueira da Foz, que se tornaria a mais importante das praias do centro do país na segunda metade do século XIX, começou também a dar os primeiros passos. Em 1771 recebia os foros de vila por carta régia, condição que levou a medidas de arranjo urbanístico e de higiene por parte da Câmara. Nas décadas seguintes a vila cresceu (atingiu os mil fogos em 1799) e verificou-se uma procura cada vez maior de casas para alugar na época do Verão⁵⁹. Começou-se a formar uma “clientela” coimbrã habitual: sabemos que em 1796 o Secretário da Universidade de Coimbra Gaspar Honoreto da Mota e Silva já ia a banhos na Figueira da Foz, a conselho médico⁶⁰, e que em 1802 os cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra tomavam banhos na praia de Buarcos, devido às suas virtudes terapêuticas⁶¹. Em 1828 William Kinsey refere que os visitantes da vila percorriam “por vezes distâncias consideráveis desde as partes mais a interior da província para passar os meses de Verão na costa”⁶². Esta tendência mostra-nos a vocação especial da Figueira, que se tornaria na segunda metade do século XIX a praia por excelência das elites coimbrãs e beirãs.

Acompanhando este processo de “lazerificação” do litoral português, Sérgio Palma Brito fala também da apropriação dos palheiros do litoral, entre Espinho e Leiria, “um dos mais interessantes processos que tem lugar no contexto da popularização dos banhos de mar

⁵⁷ “S. João da Foz e Matosinhos, como todos os pequenos lugares de banhos na proximidade das grandes cidades, são aglomerações de formosas e de feias casas de campo, cujo encanto principal consiste na localidade em que se acham; pareceu-me, porém, depois de uma observação perfunctória, que faltavam ali um certo conforto, as requintadas comodidades e as necessárias provisões para o alojamento e recreio dos estrangeiros, coisas todas elas que têm aumentado em grande escala em quase todos os países da Europa Ocidental.” – Príncipe Felix Lichnowsky, *Portugal Recordações do Ano de 1842*, Lisboa, Edições Ática, 1946, p.175. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.80.

⁵⁸ Ramalho Ortigão, pp.29-44.

⁵⁹ António dos Santos Rocha, *Materiaes para a História da Figueira da Foz nos Séculos XVII e XVIII*, Figueira da Foz, Casa Minerva, 1893, pp.157 e 183. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.281.

⁶⁰ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.281.

⁶¹ João Coelho, “Os Cónegos Regrantes de Santa Cruz, a banhos, em Buarcos, há 134 anos!” in *Album Figueirense. Mensário regionalista*, II Ano, nº11, Figueira da Foz, Tipografia Popular, Abril de 1936, pp.321-323. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, “«Ir a banhos» na Figueira da Foz no dealbar do século XX: um olhar sobre uma época” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXX, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p.208.

⁶² William Kinsey, *Portugal Illustrated*, London, Treuttel, Würtz and Richter, 1828, p.401. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.281.

em Portugal”, e que teria os seus primórdios ainda no século XVIII⁶³. Com efeito, segundo Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, as pessoas que frequentavam os palheiros no Verão eram “de entrada em pequeno e de gostos simples”, ocupando-os apenas nos períodos em que a época de banhos coincidia com a da pesca⁶⁴.

Para Palma Brito, outro exemplo precoce de popularização dos banhos de mar seriam os “banhos santos”, ou seja, as romarias e festas religiosas num local perto do mar ou à beira-mar, em que os “participantes tomassem banho como parte integrante da festa”. Porém, não é possível fazermos uma ligação directa entre este tipo de romarias e um “desejo oculto” de ir à praia por parte das classes populares⁶⁵.

2.2. A expansão da vilegiatura marítima da segunda metade do século XIX ao final da monarquia (1850-1910)

A segunda metade do século XIX constituiu, de facto, o momento-chave de afirmação não só das práticas balneares de praia em Portugal, como também das práticas turísticas em geral. A estabilidade política, económica e social criou as condições para o seu desenvolvimento, nomeadamente através da expansão e desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações (nomeadamente as linhas férreas), bem como de algumas infra-estruturas importantes em termos de alojamento, higiene e urbanização. Este fenómeno levou as elites intelectuais e governantes a começar a entender o turismo como actividade económica e a criar os primeiros organismos oficiais a ele dedicados, o que praticamente só aconteceria com o advento da República.

No período em causa assistimos à cristalização e consolidação de algumas práticas referidas nos pontos anteriores. Foi o período de afirmação de um conceito social de vilegiatura que é tripartido: termas, campo e praias⁶⁶. Esta procura de locais para estadias de Verão

⁶³ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.281.

⁶⁴ Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura - Centro de Estudos de Etnologia Peninsular 1964, pp.10-13, 273. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p. 401.

⁶⁵ Sérgio Palma Brito, vol.1, pp.241-242.

⁶⁶ Idem, pp.333-334. Os cartazes de propaganda turística, que começam a surgir em Portugal em finais do século XIX/ inícios do século XX, ilustram esta tendência, ao focarem-se maioritariamente nas estâncias termais, de montanha e, mais tarde, de veraneio balnear. – Maria José Aurindo, *Portugal em cartaz. A*

relacionava-se com uma concepção médica (“tomar ares”) que, como vimos, já existia em Inglaterra desde cedo no século anterior, mas que, aliada aos avanços da medicina e da higiene, iria pontuar todo o imaginário positivista e higienista da burguesia ascendente.

Palma Brito considera que durante a segunda metade do século XIX a vilegiatura (termal ou de praia) em Portugal era quase exclusivamente nacional, ao contrário do que acontecia noutras estâncias europeias, conhecidas pelo seu cosmopolitismo. Apesar das tentativas de tornar a costa de Lisboa até Cascais uma estância de Inverno de cariz internacional, tal não sucedeu. Porém, isso não impedia que alguns estrangeiros, particularmente espanhóis, comesçassem a aparecer nas praias portuguesas, até porque muitas delas estavam mais próximas de Madrid e da região central de Espanha do que muitas praias espanholas⁶⁷.

A prática do excursionismo, isto é, a ida e volta a um sítio (por exemplo, uma praia) no mesmo dia, também se difundiu entre os nacionais, sobretudo graças ao desenvolvimento dos transportes suburbanos. O exemplo mais marcante é o da linha de Cascais, inaugurada em 1889, que viria a permitir o desenvolvimento suburbano e banhar de toda a costa. No caso da praia da Foz do Douro, já falámos dos “carroções” e dos burros, referidos por Ramalho Ortigão. Estes dariam gradualmente lugar a outros meios de transporte mais sofisticados: os “ómnibus”⁶⁸ e os *chars-à-bancs* (carruagens puxadas por cavalos, especialmente concebidas para passeios no campo e no litoral). Em 1872 entraram em serviço os “carros americanos”, veículos que, tal como os eléctricos, circulavam em carris, mas que se moviam por tracção animal, sendo que a primeira linha terá sido “entre a Rua dos Ingleses (hoje Infante D. Henrique) e a Foz, ao longo da estrada marginal”⁶⁹.

Também as ligações regionais e inter-regionais foram fundamentais a este nível, como prova a ligação de Coimbra à Figueira da Foz por via-férrea. Esta via contribuiu significativamente para o desenvolvimento da Figueira da Foz e acentuou o seu papel como centro vilegiador marítimo para as elites beirãs e, agora também, para algumas famílias espanholas. Já o caso do Algarve é singular, pois a ligação ferroviária, chegando no virar do século XIX para o XX, não trouxe necessariamente vilegiadores em grande número. Como razão para

(re)construção pelo Estado de uma imagética do destino turístico (1911-1986), dissertação de Mestrado em Antropologia do Espaço, Lisboa, UNL-FCSH, 2004, p.75.

⁶⁷ S. Palma Brito, vol.1, p.337.

⁶⁸ Ortigão conta como os “ómnibus” fizeram pouco sucesso entre as elites portuenses, devido ao cariz mais popular e heterogéneo dos seus passageiros: “Os homens sérios não queriam sujeitar-se às convivências que às vezes os esperavam, ou aos ditos de que eram objecto se não confraternizavam com a companhia que se lhes deparava no ómnibus.” – Ramalho Ortigão, p.39.

⁶⁹ S. Palma Brito, vol.1, p.373.

este facto, podemos falar na distância às grandes cidades portuguesas (Lisboa) e espanholas, mas não será esta uma explicação suficiente para que o Algarve permaneça até aos anos 60 do século XX uma região praticamente inexplorada em termos de vilegiatura e práticas balneares⁷⁰. Mais adiante, voltaremos a reflectir sobre este fenómeno.

A nível legislativo, começou-se a assistir a um trabalho por parte do Estado no sentido de regulamentar e normalizar as relações institucionais e sociais nas praias. A expansão da vilegiatura marítima e os conflitos gerados em torno de um espaço até então não legislado como era a praia, justificavam estas medidas.

Segundo Carlos Severo, a primeira postura camarária a conferir direitos aos banhistas foi criada em Oeiras em 1858. Esta determinava regras cívicas e de segurança para a prática do banho de mar, proibindo a entrada de animais nos locais de banhos antes do meio-dia, o lançamento de imundícies para o mar e o ancoramento de barcos nas zonas onde pudessem "prejudicar os banhistas"⁷¹.

A 31 de Dezembro de 1864, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria apresentava ao rei o projecto de decreto segundo o qual passavam a ser do "dominio publico, imprescriptivel, os portos de mar e praias, os rios navegáveis e fluuáveis com as suas margens, os canaes e vallas, portos artificiais e docas existentes ou que de futuro se construam". Por carta de lei de 1 de Julho de 1867 eram definidas como públicas as "as aguas salgadas das costas, enseadas, baías, fozes, rias e esteiros, e o leito delas". Pelo Decreto-Lei nº8, de 1 de Dezembro de 1892, a concessão de licença para estabelecer barracas de banhos era atribuída aos capitães de portos⁷². O poder central tomava assim sob a sua tutela o espaço da praia.

Pela mesma altura a rainha D. Amélia fundava o Real Instituto de Socorros a Náufragos⁷³, entidade que tinha como vocação velar pela segurança das pessoas no mar, fossem estas navegantes ou banhistas. Esta era inicialmente uma instituição privada, formada por voluntários e tutelada pela Marinha de Guerra, sendo que a partir de 1910 tomaria a designação de Instituto de Socorros a Náufragos (ISN). Neste ano existiriam já cerca de 120 postos de praia em todo o país.

⁷⁰ Idem, p.366.

⁷¹ Postura de 25 de Setembro de 1858, arquivo da C. M. de Oeiras, Livro de Posturas, 1760-1867, fol.57V. Citado em Carlos Severo, p.66.

⁷² Maria Luísa M. Afonso Martins, pp.82-84.

⁷³ Carta de lei de 21 de Abril de 1892. Citado em Carlos Manuel de Oliveira Severo, p.77.

2.2.1. As praias do Norte e Centro

A Póvoa do Varzim assumiu-se na segunda metade do século XIX como uma das praias preferidas das elites, em especial da burguesia minhota. Em 1868, Vilhena Barbosa apontava para uma frequência anual de 20 000 banhistas. Na altura, os únicos transportes da vila eram as diligências diárias, em número reduzido, que aumentava durante a estação de banhos⁷⁴. Quase uma década depois, no seu *Dicionario...*, Pinho Leal referia que cerca de 24 a 30 mil pessoas “concorrem em cada época a tomar banhos de mar nesta praia”⁷⁵. A principal razão para esta afluência parece ser o comboio, com partida no Porto e paragem em Vila do Conde, cuja linha férrea foi inaugurada em 1875, e que iria permitir a afluência à Póvoa de vilegiadores, turistas e visitantes domingueiros, provenientes sobretudo do Porto⁷⁶.

A Póvoa de Varzim era uma praia não apenas frequentada pelos endinheirados, “os juízes, todos os delegados, todos os presidentes de câmaras das comarcas e das municipalidades circunvizinhas. O *sport* de Braga (...), o *high-life* de Guimarães, de Fafe, dos Arcos, de Santo Tirso, de Vila Nova de Famalicão, de Barcelos”, mas também os pobres, “o mendigo dos melodramas e das feiras minhotas, de muletas, de alforge ao pescoço”, “o pequeno lavrador” (nas palavras de Ramalho Ortigão)⁷⁷, bem como as “mulheres descalças”⁷⁸. Um dos principais atractivos da vila era o jogo, que Pinho Leal considerava ter-se desenvolvido na Póvoa “de uma maneira assustadora”⁷⁹.

Vila do Conde é brevemente descrita por Ramalho Ortigão na sua obra *As praias de Portugal*⁸⁰. O autor considera esta praia “talvez a menos frequentada pelos banhistas”, possuindo apenas dois hotéis, um dos quais não muito asseado. A sua “feição aristocrática” levou à construção, por volta da década de 80 do século XIX, de uma avenida ladeada de casas

⁷⁴ *Archivo Pittoresco: semanario ilustrado*, vol.XI, Lisboa, Castro, Irmão & C.a, 1868, p.172. Citado em S. Palma Brito, p.399.

⁷⁵ Pinho Leal, *Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Vol.VII, ed. fac-similada da original de 1876, Monte da Caparica, Cota d’Armas, 1990, p. 622. Citado em S. Palma Brito, p.398.

⁷⁶ Carminda Cavaco, *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, pp.205-206.

⁷⁷ Ramalho Ortigão, pp.65-66.

⁷⁸ Oliveira Martins, *Política e Economia Nacional*, 3ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1992, pp.200-201. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.398.

⁷⁹ Pinho Leal, p.636. Começam nesta altura os grandes debates políticos em torno da legalização ou não-legalização do jogo. O sucesso dos casinos em muitas praias portuguesas vai tornar este debate ainda mais intenso.

⁸⁰ Ramalho Ortigão, pp.113-116.

concebidas para a vilegiatura. Porém, a fraca afluência de banhistas levou a que a empresa proprietária das casas não conseguisse reembolsar as despesas da sua construção. Durante os anos 80 Vila do Conde foi também local de residência de Antero de Quental, que aí permaneceu por razões de saúde⁸¹.

A Foz do Douro prosseguiu o desenvolvimento preconizado no período anterior, com o desenvolvimento de meios de transporte mais modernos, referidos anteriormente. Ao mesmo tempo, a freguesia desenvolveu um conjunto de melhoramentos (macadamização e iluminação das ruas, arborização dos passeios, abertura de uma estrada marginal ligando à cidade do Porto e de outra a Leça da Palmeira, praia preferida pela colónia inglesa). Ainda assim, em 1865 Vilhena Barbosa criticava a falta de atenção aos melhoramentos da praia, obstruída por rochas, bem como a falta de "comodidades e asseio" dos estabelecimentos de banhos quentes⁸². Pinho Leal parecia ser da mesma opinião, acrescentando o facto de haver apenas cinco hospedarias "ordinárias"⁸³. O grande crescimento demográfico da localidade deu-se entre as décadas de 70 e 90 do século XIX⁸⁴. De acordo com o *Almanaque do Porto e seu Districto*, em 1881 a Foz contaria já com sete hotéis⁸⁵, dois restaurantes, cinco cafés, três teatros e trinta e cinco banheiros⁸⁶.

Relativamente às pessoas que frequentavam a Foz do Douro, Alberto Pimentel, no seu *Guia do Viajante no Porto* (1876), considerava-a uma praia onde a elite portuense fazia mera ostentação do luxo e onde o jogo acabava por ser um "divertimento forçado", à falta de outras diversões nocturnas⁸⁷. O mesmo autor dividia a população banhear desta praia em dois grupos: o primeiro, que aí ficava até ao início de Outubro, era composto por "gente do Porto, famílias ricas, titulares, empregados públicos, etc."; o segundo chegava "só depois das colheitas, é o da gente de Cima-do-Douro, lavradores ricos, proprietários, pessoas abastadas, sem

⁸¹ "Aqui as praias são amplas e belas, e por elas passeio ou me estendo ao sol..." – Antero de Quental, *Cartas de Vila do Conde*, org. Ana M. de A. Martins, Porto, Lello & Irmão, 1981, p.43. Citado em Luís Paulo Saldanha Martins, "Banhistas de mar no século XIX: um olhar sobre uma época" in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I Série, vol.V, Porto, 1989, p.52.

⁸² *Archivo Pittorresco: semanario ilustrado*, vol.VIII, 1865, pp.260-261, 309-311. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.396.

⁸³ Pinho Leal, vol. III, 1874, pp.222-223.

⁸⁴ Luís Paulo Saldanha Martins afirma que em 1878 a Foz tinha 3777 habitantes e que em 1890 contava já com 5090 (um aumento de 35% em 12 anos, bem maior do que em todo o período antecedente à década de 70). - Luís Paulo Saldanha Martins, pp.48-49.

⁸⁵ Não esquecer que até à lei hoteleira de 1930, não há um critério para definir aquilo que hoje consideramos hotel.

⁸⁶ A. G. Vieira de Paiva, *Almanaque do Porto e seu Districto*, Porto, A. G. Vieira Paiva – Editor, 1881. Citado em Luís Paulo Saldanha Martins, p.49.

⁸⁷ Alberto Pimentel, *Guia do Viajante no Porto*, Porto, Lello, 1876, p. 60. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.397.

exclusão da gente menor, os feitores, os remediados e até os pobres”⁸⁸. Esta parece ser uma característica das praias portuguesas nesta altura – a divisão sazonal dos grupos sociais que as frequentam (ver capítulo 3).

Data da segunda metade de oitocentos a emergência daquela que será possivelmente a estância balnear por excelência das elites portuenses, a Granja⁸⁹. A sua urbanização começou após a compra por um negociante do Porto, Frutuoso José da Silva Aires, em 1860, dos terrenos antes pertencentes ao mosteiro de S. Salvador (Grijó), entretanto confiscados pelo Estado. No final desta década a Granja era ainda uma aldeia, condição que se vai alterar com a expansão da linha do Norte a Vila Nova de Gaia, em 1864. Nesta altura, Frutuoso Aires decidiu começar o seu projecto de urbanização do local, que se destacava pela proliferação de vivendas e jardins⁹⁰. A Granja transformou-se num dos exemplos em Portugal de uma povoação inteiramente voltada para a prática balnear, cuja população aumentava de forma exponencial durante a época de banhos. Em 1876 Ramalho Ortigão falava em 300 pessoas por ano, número que aumentaria tendencialmente⁹¹. Nesta altura existiam já um hotel e um clube em forte expansão.

Podemos situar também neste período, embora sem grande precisão, a popularização dos palheiros de pescadores do Litoral, que vão ser utilizados por várias famílias de banhistas do centro do país. Exemplos disso são as praias da Costa Nova e da Torreira (junto à ria de Aveiro), a Praia de Mira (entre Aveiro e a Figueira da Foz) e a Praia da Vieira (Marinha Grande). Estas praias, não obstante a sua inacessibilidade e ausência de infra-estruturas de diversão, eram muito procuradas por veraneantes de localidades próximas que não dispunham de meios para frequentar as praias da “alta sociedade”.

Espinho é o exemplo mais visível do processo de “lazerificação” dos palheiros do Litoral⁹². As primeiras famílias a frequentar a praia vinham de Santa Maria da Feira e aí alugavam, compravam ou construía os seus próprios palheiros. A Câmara da Feira começou a marcar os arruamentos e a povoação foi-se desenvolvendo. Em 1876 existiam já três hotéis, sendo que a população nesta altura aumentaria de 500 ou 600 habitantes durante o ano para

⁸⁸ Alberto Pimentel, *O Porto há trinta anos*, Porto, Livraria Universal, 1893, pp.245-246. Citado em Luís Paulo Saldanha Martins, p.46.

⁸⁹ Ver Maria João Bastos da Cunha Gomes, *Praia da Granja 1860-1950. Gênese, apogeu e declínio de uma estância recreativo-balnear*, dissertação de mestrado em História de Arte, Teorias de Conservação e Restauro de Património Artístico, Porto, Universidade Lusíada, 1998.

⁹⁰ Carminda Cavaco, *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, p.205.

⁹¹ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, p.85.

⁹² Sérgio Palma Brito, vol.1, p.400.

cerca de 3000 durante a época de banhos⁹³. Pinho Leal refere como os habitantes de Espinho se aproveitavam das famílias que aí iam passar os meses de Julho a Novembro, aumentando os preços dos bens alimentícios, por vezes a níveis exagerados⁹⁴. Ramalho Ortigão destaca a variedade de origens dos banhistas de Espinho⁹⁵ e o facto de os seus banhistas manterem uma rivalidade acirrada com os frequentadores da vizinha Praia da Granja⁹⁶.

Sem dúvida a mais conceituada das vilas balneares do litoral-centro, a Figueira da Foz ganhou um grande impulso neste período. Por volta de 1861, por iniciativa de Francisco Maria Pereira da Silva, foi formada uma sociedade⁹⁷ com o intuito de erigir o depois denominado Bairro Novo, junto ao forte de Sta. Catarina. Este seria essencialmente construído ao longo das últimas décadas do século XIX, destacando-se pelo seu traçado regular e por ter sido um dos primeiros bairros em Portugal concebidos de raiz com um intuito turístico (com hotéis, casino, Assembleia Recreativa, etc.)⁹⁸.

Já em 1868 Vilhena de Barbosa destacava que “a afluência de famílias à Figueira na estação de banhos tem aumentado de um modo considerável n’estes ultimos tempos, principalmente depois da construção do caminho-de-ferro do norte”⁹⁹. Pinho Leal realçava a “extensa e belíssima praia, frequentadíssima por grande número de famílias de várias províncias (até de Espanha) na estação de banhos”, bem como “tres optimas hospedarias, e construiu-se ultimamente uma vastissima e de toda a magnificência”¹⁰⁰. Em 1876, Ramalho Ortigão destacava as casas do Bairro Novo, “em sítio elevado e sadio”, onde existia também um hotel, o Foz do Mondego, que “recebe hóspedes a 1\$000 réis por dia”. Nesta altura existiam pelo menos mais dois hotéis na vila, um pequeno teatro, uma praça de touros e dois clubes (um deles no Bairro Novo)¹⁰¹.

Em 1882 a Figueira da Foz era elevada a cidade, atingindo entre 30 a 40 mil habitan-

⁹³ Luís Paulo Saldanha Martins, p.50.

⁹⁴ Pinho Leal, vol.IV, 1874, pp.62-63. Citado em S. Palma Brito, p.400.

⁹⁵ “Aqui tal, como na Póvoa de Varzim, a diversidade de origens é grande: espanhóis de Salamanca, beirões, lisboetas e portuenses. São lavradores, burgueses, funcionários da administração, nobres e juizes, «a piscina consagrada da magistratura»”. – Luís Paulo Saldanha Martins, p.50.

⁹⁶ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, pp.117-122.

⁹⁷ A Companhia Edificadora Figueirense. - Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.187.

⁹⁸ Paula Pereira de Oliveira Dias considera que “o Bairro Novo vai basear-se, quer na sua organização, quer nos moldes de construção, em bairros de praias francesas então em voga, como Arcachon, Biarritz e Dieppe”. - Idem, pp.187-188. Sobre o Bairro Novo ver Francisco José da Cruz de Jesus, *Arquitectura balnear e modernidade. O exemplo do Bairro Novo de Sta. Catarina da Figueira da Foz (1928-1953)*, dissertação de mestrado em História de Arte, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999.

⁹⁹ *Archivo Pittoresco: semanario ilustrado*, vol.XI, 1868, p.338. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.404.

¹⁰⁰ Pinho Leal, vol. III, 1874, pp.187-188.

¹⁰¹ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, pp.143-144.

tes em inícios do século XX. Esta evolução demográfica em muito se deveu à inauguração, no mesmo ano, do ramal Figueira da Foz-Pampilhosa, da linha da Beira Alta, que veio a colocar a cidade em comunicação directa com todo o País e também com Espanha, possibilitando uma maior afluência de turistas e vilegiadores. Em 1888 era aberta uma segunda linha-férrea, a do Oeste, ligando a Figueira a Leiria e possibilitando a ligação com a capital. No ano seguinte era inaugurada a ligação com as linhas do Norte, tornando assim a Figueira da Foz uma praia altamente acessível para praticamente todas as regiões do país¹⁰². Paula M. Pereira de Oliveira Dias refere no seu artigo que os comboios praticavam um serviço especial de venda de bilhetes no Verão, que coincidia com a abertura da temporada de banhos (meados de Junho-inícios de Julho). De acordo com a *Gazeta da Figueira* de 1905, o banhista figueirense dispunha de uma brochura intitulada *Guia Prático do Banhista na Figueira da Foz*, que continha variadas informações úteis, como os horários e preços dos bilhetes de comboio e estruturas de apoio ao viajante, nomeadamente alojamentos. Por esta altura, o Bairro Novo contava já com cinco hotéis em funcionamento, próximos dos casinos e do mar¹⁰³. A ligação entre os vários pontos da cidade (incluindo a praia) e a estação de caminhos-de-ferro era feita por carreiras de carros “americanos”, à semelhança do que acontecia na Foz do Douro. É exemplificativa deste período uma frase do mesmo periódico: “A Figueira tem, apenas, uma grande industria – o verão; uma grande fabrica – a praia; uma inexgotavel materia prima – o mar; um infatigavel operário – o banhista”¹⁰⁴, demonstrando a importância que a praia da Figueira da Foz tinha neste período, sendo provavelmente a praia mais frequentada a nível nacional, estatuto preservaria durante as décadas seguintes.

No que toca à caracterização social dos veraneantes da Figueira, Ortigão destaca o seu cariz coimbrão e académico¹⁰⁵, sendo que em fins de Setembro se retiravam as famílias de Coimbra e algumas de Lisboa, dando lugar aos “lavradores da Beira, que vêm para esta praia depois das colheitas repousar dos trabalhos do campo”¹⁰⁶. Parece haver aqui, mais uma vez, uma divisão sazonal dos grupos sociais que frequentam a praia, tal como vimos em relação à Foz do Douro. De acordo com a *Gazeta da Figueira*, os espanhóis afluíam à praia a partir de

¹⁰² Paula M. Pereira de Oliveira Dias, pp.189-190.

¹⁰³ *Gazeta da Figueira*, nº1388, ed. Augusto Veiga, Figueira da Foz, Imprensa Lusitana, 5 de Julho de 1905. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, pp.190-191.

¹⁰⁴ *Gazeta da Figueira*, nº1403, 26 de Agosto de 1905. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.191.

¹⁰⁵ “O viajante sente ao entrar na Figueira, no tempo dos banhos, uma impressão semelhante à que se experimenta penetrando nos gerais da Universidade em dia lectivo. É a impressão do lente, do pedagogo, da aula. Tem-se uma espécie de terror mesclado de tédio. Há uma atmosfera especial de pedanteria, de rigor e de troca. Aspira-se vagamente o cheiro dos sapatos e das velhas batinas gordurosas na aula quente e fechada.” - Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, p.141.

¹⁰⁶ Idem, p.144.

meados de Julho, principalmente nos anos em que a taxas de câmbio se encontravam mais favoráveis¹⁰⁷. Os meses de maior movimento eram assim Agosto e Setembro, coincidindo com a presença dos vilegiadores espanhóis. A época balnear terminava por volta do dia 20 de Outubro, altura em que fechavam os casinos da cidade¹⁰⁸.

Outra das praias da zona centro que emergiu nesta altura como local de veraneio foi S. Pedro de Moel (ou Muel). Ao contrário da próxima Praia da Vieira, é dos poucos centros de veraneio do país, juntamente com a Granja, que não nasceu a partir de aldeias de pescadores¹⁰⁹, mas sim de um pequeno povoado que vivia das resinas provenientes do Pinhal de Leiria. Tendo já anteriormente as suas condições naturais atraído famílias nobres de Leiria, em meados do século XIX tornou-se uma estância balnear, “abandonada no Inverno, habitada na estação de banhos por pessoas da Marinha Grande ou de Leiria”¹¹⁰. Em 1860 era elaborado um plano de edificações pela administração florestal, tendo a construção de uma estrada ligando à Marinha Grande, por volta de 1880, proporcionado a S. Pedro de Moel uma afluência cada vez maior de banhistas.

Na zona do Oeste temos ainda outros exemplos: S. Martinho do Porto, considerada a praia das crianças devido às suas águas calmas rodeadas pela baía, mas também a praia dos artistas, a “San Sebastian portuguesa” (nas palavras de Carminda Cavaco); a Praia de Santa Cruz, com vivendas de gente abastada de Torres Vedras e outras localidades próximas¹¹¹; e a Ericeira, que referirei a seguir em função de Lisboa.

2.2.2. As praias à volta de Lisboa

Devido ao seu crescimento populacional e urbano, à sua importância económica e social e ao facto de ser o centro da vida política e da administração burocrática nacionais, a região de Lisboa assumiu-se neste período como o grande centro da vilegiatura marítima em Portugal. Porém, o crescimento da cidade fez com que a geografia das praias se fosse alteran-

¹⁰⁷ *Gazeta da Figueira*, nº1410, 20 de Setembro de 1905. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.191.

¹⁰⁸ Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.193.

¹⁰⁹ S. Palma Brito, vol.1, p.405.

¹¹⁰ Maria da Graça Santos, *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*, dissertação de mestrado em Geografia Humana, Fac. Letras da Universidade de Coimbra, 1992, p.87. Citado em S. Palma Brito, p.405.

¹¹¹ Carminda Cavaco, *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, p.207.

do (até em termos físicos) em relação ao que acontecia na primeira metade do século XIX. A praia da Junqueira foi, por exemplo, aterrada devido às obras do porto de Lisboa e à construção da linha-férrea¹¹². Pedrouços perdeu o fulgor que tinha até 1875¹¹³, em grande medida por culpa da transferência do *happening social* para outras praias da futura linha de Cascais¹¹⁴. Ramalho Ortigão descrevia Pedrouços nesta altura como “a mansão oficial da vilegiatura burocrática de Lisboa”, sendo ocupada essencialmente por funcionários do Estado e burocratas¹¹⁵. As praias de Paço de Arcos, conhecida desde meados do século pelo seu cariz puramente aristocrático (“a rainha das praias do Tejo”, segundo Branca de Gonta Colaço e Maria Archer), foram também dando lugar a gente de outros grupos sociais, nomeadamente da pequena burguesia¹¹⁶. Caxias, com o seu Paço Real, permaneceu um local de banhos para a família real até D. Luís se mudar para a casa dos governadores da cidadela de Cascais¹¹⁷.

2.2.2.1. O despontar de Cascais e dos Estoris

Até ao começo da construção da estrada para Oeiras em 1859¹¹⁸, Cascais não passava de uma pequena vila dependente da pesca e do comércio marítimo. Os poucos visitantes que

¹¹² S. Palma Brito, vol.1, pp.379-380. Maria Luísa M. Afonso Martins, p.103.

¹¹³ João Néu, vol. II, p.85.

¹¹⁴ Por exemplo, o *Novissimo Guia do Viajante em Lisboa* de 1863 faz questão de salientar: “Para além de Pedrouços há muitos sítios agradáveis, que proporcionam aos habitantes banhos tanto melhores quanto mais se aproximam da foz do Tejo - Algés, S. José de Ribamar, Dafundo, Cruz Quebrada, Caxias, Paço d’Arcos, Oeiras, e todo o litoral até Cascais, tem uma estrada muito boa, bordada de pequenas povoações, palácios, quintas d’uma vegetação admirável, e o Tejo casado com o oceano, umas vezes plácido, outras turbulento e terrível.” (p.34) “De Oeiras a Cascaes pode-se ir em omnibus, mas as carreiras d’estas carroagens só teem lugar no tempo dos banhos.” (pp.34-35) - *Novissimo Guia do Viajante em Lisboa. Obra indispensável aos que desejam conhecer esta notável cidade e seus suburbios*, Lisboa, Soc. Typ. Franco-Portuguesa, 1863. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.380.

¹¹⁵ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, p.53.

¹¹⁶ “[As famílias da velha nobreza] Partiram por isso para Cascais, formando na vila da cidadela uma outra praia da moda – e logo a burguesia as imitou, abandonando também Paço de Arcos por esse mesmo deslumbrante Cascais. A praia desdenhada passou então a ser a preferida pelos veraneantes da pequena burguesia, que se lhe conservam fiéis e voltam todos os anos, galhardamente.” – Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, pp.135-136. João Miguel Rodrigues Henriques considera que a “praia da moda” da zona de Lisboa começou por ser Pedrouços (como vimos no capítulo anterior relativamente à primeira metade do século XIX), sendo destronada por “Paço de Arcos, que, por sua vez, encontrou em Cascais o sucessor”. – João Miguel Rodrigues Henriques, p.58.

¹¹⁷ Thomaz de Mello Breyner conta nas suas memórias como o Infante D. Augusto, irmão de D. Luís, gostava de se banhar em Caxias durante a estação balnear. – *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner*, vol. I (1869-1880), Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1934, p.312. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.282. Branca de Gonta Colaço e Maria Archer referem que em “1870 ainda veraneavam em Caxias muitos fidalgos com as suas famílias”. – Branca de Gonta Colaço; Maria Archer, p.125.

¹¹⁸ Pedro Lourenço de Seixas Borges Barruncho, *Apontamentos sobre a história da villa e concelho de Cascaes*, Lisboa, Typ. Universal, 1873, pp.144-145. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.383.

por ali passavam vinham em busca das águas termais do Estoril e os guias de viagem praticamente não lhe faziam referência¹¹⁹. Porém, esta situação começou a alterar-se. Em 1863 o semanário *Archivo Pittoresco* fazia referência a carreiras diárias de “vapores da empresa Burnay” e de “carruagens omnibus”, que levavam muitas famílias a frequentarem a praia de Cascais no Verão¹²⁰. Em 1868 era a vez de a estrada Sintra-Cascais ser inaugurada¹²¹ – trata-se de um momento importante na consagração do carácter elitista da praia de Cascais, pois veio a permitir que as famílias que passavam os verões nas quintas de Sintra se deslocassem para o litoral durante a “estação de banhos”. Ramalho Ortigão afirmava que, “de todas as praias portuguesas, é principalmente Cascais a que herda de Sintra a elite do seu verão”¹²². Devido à falta de habitações ou às insuficientes condições das já existentes, muitas destas famílias começaram a construir *chalets* e palacetes, objecto de estudo na tese de Maria da Graça Briz¹²³. No início da década de 70 era construído o primeiro casino¹²⁴.

1870 foi o ano da primeira estadia real em Cascais, por parte da rainha D. Maria Pia¹²⁵. A corte dava assim o exemplo ao resto da alta sociedade, começando a sua vilegiatura sazonal em Sintra e prolongando-a depois na vila marítima. A cidadela de Cascais sofreu alterações e transformou-se numa residência real ocupada todos os anos, entre Outubro e Novembro, altura que, segundo Daniel Gelanio Delgado, era “ocasião para regatas, jogos de ténis, torneios, tiro ao pombo, bailes, pic-nics, teatro, touradas, etc.”¹²⁶.

A vila permanecia porém sem a maior parte das infra-estruturas capazes de a tornar uma estância balnear de renome. Em 1877-78, a princesa Maria Rattazzi queixava-se que Cascais era “um pequeno porto sem passeios, sem árvores, sem hospedarias, numa palavra, sem comodidade de espécie alguma (...) tudo está ainda por fazer”¹²⁷. Nas suas *Farpas*, Ramalho Ortigão lamentava a falta de alojamentos condignos e diversões em Cascais, que dispunha apenas de um único e “mediocre” hotel, de um “clube de sport” e de um “casino de aspecto pacato (...) onde à noite se joga ou se bailarica ao piano”¹²⁸.

¹¹⁹ João Miguel Rodrigues Henriques, pp.62-63.

¹²⁰ *Archivo Pittoresco*, vol.VI, 1863, p.341. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.383.

¹²¹ Pedro Barruncho, pp.145-146. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.384.

¹²² Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol.VI, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947, p.298.

¹²³ Maria da Graça Briz, *A arquitectura de veraneio. Os Estoris: 1880-1930*, dissertação de mestrado em História de Arte, Lisboa, UNL-FCSH, 1989.

¹²⁴ João Miguel Rodrigues Henriques, p.102.

¹²⁵ Idem, p.72.

¹²⁶ Daniel Gelanio Dalgado, *The Climate of Portugal and Notes on its Health Resorts*, Lisbon, Book Depot of the Academy Sciences, 1914, p.46. Citado em S. Palma Brito, vol.1, pp.385-386.

¹²⁷ Maria Rattazzi, *Portugal de Relance*, vol.II, Lisboa, Livraria Editora de Henrique Zeferino, 1882, p.46. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.385.

¹²⁸ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol.VI, p.298.

A situação começou a alterar-se sob a acção de Jaime Artur da Costa Pinto, presidente da Câmara de Cascais entre 1890 e 1909. Este promoveu um conjunto de obras e melhoramentos na vila sem precedentes, como a construção da Avenida D. Carlos I e do Passeio Maria Pia (1891), paralelo à Cidadela e defronte à baía de Cascais. Muitos destes melhoramentos pressupunham a destruição ou a apropriação por parte do município das antigas estruturas defensivas, que se opunham ao novo conceito de “abertura” defendido pela vilegiatura. Surgiram também novos espaços de lazer, como a Esplanada Príncipe Real Luís Filipe (1896), e outros melhoramentos importantes que respondiam à necessidade crescente dos seus habitantes das comodidades citadinas, como é o caso da iluminação a gás (1899). A proliferação de nomes alusivos à família real portuguesa não é mero acaso, testemunhando a íntima relação que se estabeleceu entre a família real e a vila balnear (ver figuras 1-3). Na sua tese de doutoramento sobre a Costa do Sol, João Miguel Rodrigues Henriques defende que nem mesmo o regicídio terá contribuído para o declínio de Cascais, pois a vila encontrar-se-ia em 1908 já perfeitamente consolidada enquanto estância balnear¹²⁹. Só com a edificação do projecto de Fausto de Figueiredo é que Cascais começaria a ceder o protagonismo, em termos turísticos, para o Estoril, por volta dos anos 30.

A primeira grande tentativa de promover um plano de urbanização de raiz na zona de Cascais coube à Companhia do Monte Estoril, da qual eram sócios Carlos Anjos e o 2º Conde de Moser. Esta foi criada em 1889, quase em simultâneo com a inauguração da ligação ferroviária entre Cascais e Pedrouços¹³⁰ (30 de Setembro de 1889), não sendo por acaso que o 2º Conde de Moser fazia parte da administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro¹³¹. A Companhia do Monte Estoril pretendia fundar “uma estância de Verão que deveria reunir os atractivos usados nas outras praias do estrangeiro”¹³², com a construção de hotéis (o primeiro, o Grande Hotel, data de 1898) e a abertura de um casino (o Grande Casino Internacional, 1899), sendo que a legalização do jogo entre 1890 e 1902¹³³ desempenharia aqui um papel importante. A compra de uma vivenda em Monte Estoril pela rainha D. Maria Pia em

¹²⁹ João Miguel Rodrigues Henriques, pp.158-173.

¹³⁰ Idem, p.120. Segundo o autor, entre 1893 e 1901 o tráfego de passageiros na Linha de Cascais sextuplicou, alcançando os 2 442 386 passageiros em 1901 (o autor também refere a venda dos chamados “bilhetes de banhos”, maços de trinta bilhetes cujo preço era mais económico). Devido ao sucesso da Linha de Cascais, surgiriam outros projectos de ampliação do ramal, como o da ligação entre Cascais e Sintra, através de Alcáideche (1902), aproveitando precisamente a antiga relação entre as duas povoações. Porém, este projecto nunca seria concretizado, sendo antes inaugurada uma linha de eléctrico entre Sintra e a Praia das Maças na mesma altura (ver figura 4). – Idem, pp.123-125.

¹³¹ Sérgio Palma Brito, vol.1, pp.364-365, 386.

¹³² Revista *Ocidente*, 1899. Raquel Henriques da Silva, “Sobre a Arquitectura do Monte Estoril - 1880-1920”, in *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, nº5, 1984, p.11. Citado em S. Palma Brito, p.387.

1889 veio a conferir um toque de distinção social ao local, embora D. Carlos continuasse a preferir Cascais até 1904¹³⁴, devido ao laboratório oceanográfico que instalara na Cidadela. A permanência de uma população abastada (aristocracia e alta burguesia), mesmo durante o Inverno, permitiu o sucesso do casino e a vitalidade do Monte Estoril, pelo menos até ao fim da Primeira Guerra Mundial¹³⁵. A localidade começou também a atrair alguns veraneantes estrangeiros, como salientava Daniel Dalgado em 1906¹³⁶, devido à excelência do seu clima.

Não obstante estes atractivos, é difícil considerarmos o Monte Estoril como o primeiro projecto de uma moderna estância de praia em Portugal. Maria da Graça Briz considera que o paradigma preferido na urbanização, ao invés de uma estância voltada para o mar, apontava antes para um esquema mais “intimista” e “romântico”, próximo da “ideia de montanha, cujo arquétipo próximo era Sintra, com toda a sua carga semântica, transposta para uma estância à beira mar (...). O Monte Estoril, praia que então se propunha tornar-se a mais importante do país e chamar as atenções do estrangeiro, urbaniza-se de forma ambígua, ora espreitando o mar e a praia, ora gozando a montanha com a sua verdura luxuriante, o seu lago, as suas ruas sinuosas”¹³⁷.

O vizinho S. João do Estoril seguiu um percurso urbanístico diverso, resultado de iniciativas dispersas. A urbanização foi promovida a partir de 1890, por um lado pela Câmara Municipal de Cascais, por pressão da empresa que explorava os Banhos da Poça (já frequentados desde a primeira metade do século XIX), por outro pelos proprietários dos terrenos a leste da praia, que tinham recursos financeiros para tal e cujos interesses também iam neste sentido¹³⁸.

Na Parede assistiu-se à intervenção do almirante José Nunes da Matta que, a partir dos anos 90 do século XIX, viria a promover a construção de um novo bairro entre a linha-

¹³³ João Miguel Rodrigues Henriques refere que é em 1900 que o jogo é proibido em Cascais, ao contrário do que acontece noutras praias portuguesas. – João Miguel Rodrigues Henriques, p.205.

¹³⁴ Carminda Cavaco, *A Costa do Estoril, Esboço Geográfico*, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1983, p.31. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.387.

¹³⁵ Sérgio Palma Brito, vol.1, pp.387-389. Este é o período designado por Branca de Gonta Colaço e Maria Archer como a “época aristocrática do Monte Estoril”. – Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, p.324.

¹³⁶ “Se o número de visitantes continuar a aumentar na mesma proporção que o ano passado, em breve os alojamentos serão insuficientes. Durante o Inverno de 1903-1904 quase não havia visitantes ingleses no Monte Estoril; em 1904-1905 a média diária era cerca de quinze e no ano passado aumentou para trinta.” – Daniel G. Dalgado, *The Climate of Lisbon, and of the Two Health Resorts in Its Immediate Neighbourhood Monte Estoril, on the Riviera of Portugal, and Cintra*, London, H. K. Lewis, 1906, p.36. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, p.134.

¹³⁷ Maria da Graça Briz, 1989, p.36.

¹³⁸ Raquel Henriques da Silva, "A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1980-1930", *Arquivo de Cascais. Boletim do Município*, nº 7, 1988, pp.97-104. Citado em S. Palma Brito, p.390.

férrea e o mar. Nunes da Matta é apontado como introdutor de um conceito inovador no urbanismo turístico em Portugal: o da democratização do espaço à beira-mar e da vista marítima, através da construção de espaços públicos (marginais) livres de construções privadas. Vários autores não têm dúvidas em relacionar esta sua concepção do espaço público com a ideologia republicana que perfilhava, conjuntamente com vários outros habitantes e visitantes da Parede¹³⁹. Na Parede assistiu-se ainda à inauguração do Sanatório de Santa Ana em 1904¹⁴⁰, que no ano seguinte seria transformado em sanatório marítimo, tornando-se assim no “primeiro estabelecimento sanatorial a potencializar o clima marítimo na prevenção e tratamento de tuberculosos extrapulmonares”¹⁴¹.

No Alto Estoril e em Carcavelos tentou-se igualmente fomentar a expansão urbanística, embora sem o mesmo sucesso que nos três casos anteriores. Ainda assim, Carcavelos, conhecida pela sua produção vinícola e pela sua colónia inglesa, beneficiou também da sua enorme praia, a maior da região, comentando o *Jornal de Cascais* em 1912: “O tempo está magnífico, notando-se já grande concorrência de famílias de Lisboa que vêm aqui em passeio e outras em procura de casas, sendo já poucas as que restam para alugar. Carcavelos, devido ao seu belo ar, água e praia, uma das mais bonitas da linha de Cascais, tem aumentado consideravelmente”¹⁴².

Na segunda metade do século XIX a costa de Cascais e do Estoril assumiu-se assim cada vez mais, a nível nacional, como a zona de vilegiatura marítima mais dinâmica em termos de investimento imobiliário e urbanístico e de distinção social. Por essa razão, em 1908 Daniel Gelanio Dalgado definia-a como a “Riviera de Portugal”¹⁴³, procurando uma analogia com a Côte d’Azur francesa (termo que surge no final do século XIX). Esta necessidade de criar uma zona de veraneio socialmente distinta, de cariz tendencialmente cosmopolita (não sabemos até que ponto os hotéis do Monte Estoril atraíram visitantes estrangeiros), iria estar na origem da expressão “Costa do Sol”, que surgiria só depois da Primeira Guerra Mundial.

¹³⁹ Ana Antunes, Carlos Ferreira, Francisco Pereira, *Parede – As Pedras e o Mar. Monografia da Parede*, Parede, Junta de Freguesia, 1997, p. 104; Raquel Henriques da Silva (1988), pp.138-139. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.393; João Miguel Rodrigues Henriques, pp.145-147.

¹⁴⁰ O edifício só foi, no entanto, definitivamente concluído em 1912. – João Miguel Rodrigues Henriques, p.149.

¹⁴¹ Ana Antunes; Carlos Ferreira; Francisco Pereira, p. 127. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.393.

¹⁴² *Jornal de Cascais*, 14 de Abril de 1912, p.2., citado em João Miguel Rodrigues Henriques, pp.155-156.

¹⁴³ D. G. Dalgado, *Notes on the Climate of Mont’ Estoril and the Riviera of Portugal*, Lisbon, by order and at the Press of the Royal Academy of Sciences, 1908, pp.5-6. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.395.

2.2.2.2. A Ericeira

Sobre a Ericeira o *Novissimo Guia de Portugal* dizia: “Nada tem de notável senão porque estando à borda de um golfo do Oceano, muitas pessoas ali vão passar uma parte do Verão e Outono para tomar banhos do mar, que são excellentes. As comunicações entre Mafra e a Ericeira são fáceis, e a estrada boa”¹⁴⁴. Na sua tese de mestrado, Rita Jerónimo aponta como principais atractivos desta praia os elevados teores de iodo (muito recomendados pelos médicos), o clima ameno e o cariz pitoresco da vila¹⁴⁵.

O que é certo é que a Ericeira, ainda antes de Cascais, chegou a contar com a presença da rainha D. Maria Pia, que aí tomou banhos de mar em 1864. Mais tarde, em 1891, contaria também com uma visita surpresa de D. Amélia, acontecimento a que a imprensa local deu grande destaque. À semelhança de Cascais, embora numa escala muito menor, a presença da família real contribuía para dar um toque de distinção social à Ericeira, até aí uma vila piscatória pobre e isolada¹⁴⁶ (ver figura 5).

Na sua obra de 1876 Ramalho Ortigão considerava a vila um local económico para alugar casa (“uma família de quatro pessoas aloja-se comodamente por seis libras por mês”) e que “a população indígena, composta principalmente de marítimos, é pacífica e abastada, d’onde resulta que o banhista não padece à exploração de que é objecto nas terras em que o habitante é indolente e pobre”. No entanto, o hotel possuía uma “cozinha sofrível” e os divertimentos também não abundavam, havendo apenas um clube e um pequeno teatro¹⁴⁷.

Ainda assim, a Ericeira viria a torna-se cada vez mais uma praia estimada por várias famílias da burguesia da região de Lisboa e do Oeste, verificando-se um aumento da população forasteira no final do século XIX¹⁴⁸. A crescente ocupação e popularização das praias junto a Lisboa, a presença ocasional da família real na vila e o estabelecimento de uma carreira diária de diligências entre Sintra e a Ericeira (1891) parecem ter sido factores determinantes para a emergência da Ericeira como praia de renome. Esta tendência manter-se-ia no sécu-

¹⁴⁴ Citado em S. Palma Brito, p.383.

¹⁴⁵ Rita Jerónimo, *Sazonalidade e tradição. A construção social do tempo na vila da Ericeira*, dissertação de mestrado em Antropologia: Patrimónios e Identidades, Lisboa, ISCTE, 1999, p.83.

¹⁴⁶ Manuel Pinheiro Chagas refere a chegada da “elegância lisbonense” à Ericeira durante a estação de banhos, no seu romance *Tristezas à Beira-mar*, Lisboa, Empresa Literária Universal, 1866, p.113. Citado em Rita Jerónimo, pp.82-83.

¹⁴⁷ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, pp.123-125.

¹⁴⁸ Rita Jerónimo, p.84.

lo seguinte.

2.2.3. As praias do Sul

Seguindo o paradigma desenhado na primeira metade do século XIX, durante a segunda metade do mesmo século as principais praias do país continuavam situadas a norte do Tejo. A obra emblemática de Ramalho Ortigão *As Praias de Portugal*, publicada em 1876, fazia eco desta realidade ao referir apenas as praias de Setúbal, Porto Brandão, Alfeite e Fonte da Pipa a sul do rio Tejo¹⁴⁹.

Sobre Setúbal, Ortigão afirmava que era “bastante frequentada pelos banhistas da província do Alentejo e da Estremadura espanhola”¹⁵⁰. Esta suposta afluência era precisamente uma das razões apontadas para a necessidade de construir a Linha do Sado, o que de resto era salientado pela Associação de Lojistas e Industriais da cidade em 1899¹⁵¹. Outra das praias da preferência de alentejanos e espanhóis era Sines, que na segunda metade do século XIX contaria já com 4 a 5 mil banhistas anuais¹⁵².

Quanto às praias algarvias, temos indícios que Albufeira, a praia da Luz e a de Cacela (Manta Rôta) já seriam frequentadas a nível local¹⁵³. Podemos observar nos guias do início do século XX um esforço de promoção destas praias, não obstante a sua inacessibilidade¹⁵⁴ e quase inexistência de infra-estruturas de alojamento¹⁵⁵. A Praia da Rocha foi a primeira a

¹⁴⁹ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, pp.147-152.

¹⁵⁰ Idem, p.147.

¹⁵¹ “Setúbal é uma estação de banhos justamente afamada em muitos pontos da Hespanha. As linhas em questão facilitam extraordinariamente a viagem, tornando-a mais commoda, mais rapida e seguramente mais barata; deve-se por consequencia prever, que os hespanhoes, que já hoje concorrem em grande numero a esta praia, hão de procura-la em muito maior numero, logo que aquellas linhas estejam em exploração”. – Sérgio Palma Brito, vol.1, p.406.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ O *Almanach do Algarve para 1903*, dir. Marcos Algarve e José Castanho, Vila Nova de Portimão, Tip. Minerva, 1903 faz menção às praias da Rocha (pp.43-45) e da Luz, afirmando que a segunda começa a ser frequentada por pessoas de Lisboa (p.58). Já a obra de Joaquim Baginha, *Guia do excursionista e banhista com indicação dos pontos dignos de visitar nas principaes estações, praias e thermas...*, Lisboa, J. Baginha, 1911 refere que Albufeira “possue uma magnífica praia muito concorrida nos mezes de agosto a outubro” (p.28).

¹⁵⁴ Paulo Pina refere que “o Algarve se encontrava relegado por efeito do seu isolamento de ilha – cercada de mar por dois lados; pelas águas de um rio ainda hoje sem réstea de ponte [em 1988 ainda não existia a Ponte Internacional do Guadiana, entre Castro Marim e Ayamonte], por outro; e trancada, a norte, pela dupla barreira natural erguida pela crista serrana, combinada com a extensa planura semi-desértica do Baixo Alentejo, que se lhe interpunha ao País” – Paulo Pina, p.217.

¹⁵⁵ S. Palma Brito, p.406.

tentar criar um grande pólo de veraneio na região algarvia, com a construção do casino. Ainda assim, Paulo Pina refere que no início deste século, “tirando alguns alentejanos e andaluzes que acorriam (...) às praias cálidas de Monte Gordo e da Praia da Rocha, o Algarve, como destino turístico, era praticamente desconhecido”¹⁵⁶. O Sul do país permaneceu essencialmente ignorado em termos de vilegiatura marítima pelo menos até à primeira década do século XX.

2.3. O turismo balnear durante a 1ª República (1910-1926)

A criação da Repartição de Turismo e do Conselho de Turismo, sob alçada do Ministério do Fomento, em 1911, assinalou um momento-chave na história do turismo português: o da institucionalização pública do turismo como actividade consagrada e alvo da atenção do poder político. Este acontecimento, contudo, já tinha um precedente na criação da Sociedade Propaganda de Portugal em 1906, o culminar de uma necessidade de institucionalizar e de organizar o turismo português após anos de crescimento contínuo.

Uma das consequências mais importantes da institucionalização do turismo nacional foi a criação das Comissões de Iniciativa¹⁵⁷ em locais que o governo definia como “estâncias” – “hidrológicas e outras, praias, estâncias climatéricas, de altitude, de repouso, de recreio e de turismo” (artigo 1º). As comissões de iniciativa eram organismos locais mas não autárquicos¹⁵⁸, criados com o objectivo de “promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus frequentadores um meio confortável, higiénico e agradável, quer executando obras de interesse geral, quer realizando iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria de turismo”¹⁵⁹. As comissões de iniciativa eram financiadas por uma taxa de turismo cobrada aos residentes das estâncias de turismo e às sociedades que aí exercessem qualquer actividade comercial ou industrial (artigo 5º)¹⁶⁰.

Consagrada a importância do turismo como actividade económica e de lazer, come-

¹⁵⁶ Paulo Pina, p.217.

¹⁵⁷ Lei nº1152, de 23 de Abril de 1921.

¹⁵⁸ Das comissões de iniciativa em estâncias de praia fazia parte o capitão do porto ou delegado marítimo, entre outros vogais (um delegado do município, outro da junta de freguesia, um médico, um delegado da Sociedade Propaganda de Portugal, um hoteleiro, um proprietário, um comerciante). – Lei nº 1152, 23/04/1921. Citado em S. Palma Brito, vol.1, p.488.

¹⁵⁹ Idem, artigo 1º.

çou-se a pensar em formas de integrar Portugal nos grandes circuitos turísticos da Europa. O sonho de Tomás Cabreira, ministro das Finanças em 1914, de fazer um “anel ferroviário” que pudesse trazer turistas de Madrid, passando pela Andaluzia, para visitarem o Algarve, foi uma dessas formas, embora o projecto nunca se concretizasse. A Primeira Guerra Mundial e toda a instabilidade política, económica e social dos anos subsequentes tiveram um impacto profundo no turismo, e também no turismo balnear, em Portugal.

Inauguradas as principais linhas do país, o comboio continuou a ser o transporte mais importante na deslocação das pessoas para as praias. O crescimento urbano e suburbano de Lisboa contribuiu nomeadamente para o desenvolvimento de toda a Linha de Cascais¹⁶¹. Este foi também o período de emergência do transporte rodoviário, quer individual quer colectivo¹⁶². Embora ainda não se apresentasse como um concorrente sério ao transporte ferroviário, a sua evolução seria determinante nas décadas seguintes, sendo a construção de estradas um elemento inseparável deste processo.

Foi durante a Primeira República que a ida à praia se impôs como prática social mais generalizada. Como afirma Joaquim Vieira no seu *Portugal Século XX. Crónica em Imagens*, “desaparecida a anterior classe dominante [...] a nomenclatura republicana, os novos-ricos que surgem a partir de certo momento e a arraia-miúda tomam conta dos espaços de convívio colectivo”¹⁶³. Neste fenómeno teria um papel importante a propaganda turística, que então começou a surgir de forma veemente, tentando captar novas clientelas para as antigas estâncias balneares.

Uma das fontes deste período através da qual é possível compreender o grau de importância das praias no panorama nacional, o tipo de pessoas que as frequentavam, bem como o seu potencial turístico, é o guia *As nossas praias: indicações gerais para o uso de banhistas e turistas*¹⁶⁴, publicado em 1918 pela Sociedade Propaganda de Portugal. O tom do guia é essencialmente apologético, optimista e confiante no progresso, fazendo parte dum pensamento positivista, inerente ao republicanismo português e à própria Sociedade Propaganda de Portugal.

¹⁶⁰ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.487-489.

¹⁶¹ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.455.

¹⁶² Segundo Sérgio Palma Brito, o número de automóveis ligeiros matriculados passou de 500 em 1910 para 3000 em 1920. – Idem, p.577.

¹⁶³ Joaquim Vieira, *Portugal Século XX. Crónica em Imagens 1910-1920*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p.27. Citado em Carlos Manuel de Freitas Almeida Nunes, *Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o turismo balnear*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p.67.

A obra indica-nos, por exemplo, que a Póvoa de Varzim era “uma das mais concorridas, mais alegres e mais animadas [praias] do Norte do país”, frequentada “por muitas das principais famílias do Minho, de Traz-os-Montes, do Douro e mesmo de Lisboa e até do visinho reino”. Já a praia da Granja, “a praia de elite do Porto e arredores”, “povoada de *chalets*”, tinha o aspecto de uma “vila inglesa, socegada e tranquila, muito diversamente do aspecto que apresentam as outras praias do nosso litoral”. A Figueira da Foz era considerada “a praia de banhos mais animada de todo o Norte e centro do país”, possuindo nesta altura já quatro casinos, além de um elevado número de estabelecimentos hoteleiros e de pensões que albergavam um número crescente de banhistas portugueses e espanhóis. Destaca-se ainda a Nazaré, praia “que maior número de agrupamentos de barracas de banhos possui, contando-se por dezenas o número dos seus banheiros”¹⁶⁵. Das praias da zona de Lisboa, a praia de Algés era “talvez a mais concorrida e popular de todas”¹⁶⁶. Verificam-se já queixas sobre a sujidade e os maus-cheiros na praia de Paço de Arcos (a antiga “rainha das praias do Tejo”) devido à proximidade de uma “fossa comum”, o que contrastava com a limpeza das praias do Estoril. No que respeita às praias do Sul, Sines é apresentada como uma praia de “clima por excelência temperado” e muito concorrida na época de banhos (o que parece confirmar uma tendência da segunda metade do século XIX), possuindo estabelecimentos de banhos frios e quentes. No Algarve, as praias mais elogiadas são as do Carvoeiro (“excelentes casas de habitação tanto permanente como temporária”), Armação de Pêra, Praia da Luz, Monte Gordo e a Praia da Rocha (“nem só como praia de banhos, pois também como estação de inverno ela apresenta uma temperatura média que excede a de todas as estâncias da Europa”). Em Albufeira refere-se a inexistência de hotéis, existindo apenas duas “modestas hospedarias”¹⁶⁷.

Efectivamente, durante o período da 1ª República o Algarve parece continuar a ser um destino relativamente ignorado pelos turistas e vilegiadores, principalmente estrangeiros. Já foi mencionado o sonho de Tomás Cabreira de trazer à região, por via férrea, os turistas que visitavam a Andaluzia, porém, além do problema da falta de comunicações e de infra-estruturas, parecem haver razões culturais para este fenómeno. Num livro divulgador da

¹⁶⁴ *As nossas praias: indicações gerais para o uso de banhistas e turistas*, Lisboa, Tipografia Universal, 1918.

¹⁶⁵ *Idem*, pp.18, 25, 31, 54. Esta afirmação não parece descabida de sentido pois os banheiros eram, nesta altura, frequentemente indivíduos ligados à actividade piscatória, elemento indissociável da vila da Nazaré.

¹⁶⁶ Também sobre Algés, Branca de Gonta Colaço e Maria Archer escrevem: “Em 1915 ainda a praia de Algés era muito concorrida. A Caparica não fôra descoberta, até à data, e ninguém procurava os seus areais de maravilha. A Cruz Quebrada, pelo mesmo ano, só dispunha duma pequena praia muito mais reduzida que a de Algés. A burguesia modesta de Lisboa ia nesse tempo aos banhos de Algés com o mesmo entusiasmo que a anima a procurar, hoje [1943], o areal deslumbrante e as ondas altaneiras da Praia do Sol”. – Branca de Gonta Colaço; Maria Archer, p.79.

¹⁶⁷ *As nossas praias: indicações gerais para o uso de banhistas e turistas*, pp.58, 78, 81, 82 e 88.

região citado por Paulo Pina, o seu autor, Carlos de Sousa Leal, referia que “a província merece ser visitada, mas o *touriste* não vai encontrar que admirar mais do que belos campos e formosas praias”, faltando os tão apreciados monumentos que proliferavam noutras partes do país. Não obstante o baixo custo de vida no Algarve, incluindo o preço dos hotéis, estes deixavam “contudo, bastante a desejar em certas comodidades e exigências modernas”. Carlos Leal considerava que “uma vez melhorado o serviço do caminho de ferro, de forma a que a viagem seja rápida e cómoda, afluirão os *touristes* e pessoas, cuja saúde necessite de um clima muito temperado e marítimo”, desaconselhando a visita no Verão, “porque o calor é excessivo”¹⁶⁸. Parecem assim haver também razões relacionadas com a concepção do corpo e da saúde, ainda influenciadas pelo paradigma da “praia fria”, que contribuía para o afastamento dos vilegiadores das praias algarvias (ver capítulo 4).

A pouca animação nas praias algarvias ficava a cargo dos locais, de alguns vilegiadores alentejanos e, ainda menos, espanhóis. A única povoação balnear que iniciou uma tentativa de urbanização foi a Praia da Rocha, em grande medida devido ao casino que aí se instalara ilegalmente, sendo que a concessão de uma zona de jogo temporária se deu apenas em 1927. Em 1910 era inaugurado o primeiro estabelecimento hoteleiro, o Hotel Viola, que se manteria como o único nas décadas seguintes, sempre lotado por uma clientela habitual. Maria João Duarte refere que, por essa escassez de alojamento¹⁶⁹, muitos dos forasteiros ficavam nas pensões e hospedarias de Portimão, “sendo transportados em carroças puxadas por burros” até à praia¹⁷⁰. Começaram também a construir-se os primeiros *chalets*, de uma forma espontânea, sem um projecto de urbanismo turístico que os enquadrasse e que regulamentasse as normas arquitectónicas. Ainda assim, o guia da Sociedade Propaganda de Portugal de 1918 demonstrava confiança perante o surto construtor na Praia da Rocha, afirmando que o desenvolvimento da estância “é seguro e pode dizer-se garantido quando a Europa entrar na normalidade”¹⁷¹.

De acordo com José Manuel Pearce de Azevedo (primeiro presidente da Região de Turismo do Algarve), citado por Paulo Pina, nas décadas de 20 e 30 começaram também a chegar ao Algarve várias famílias britânicas, que iriam constituir uma comunidade estrangeira-

¹⁶⁸ Paulo Pina, p.217-221. A obra citada é: Carlos de Sousa Leal, *O Algarve*, Lisboa, Pedro Bordallo Pinheiro, 1917.

¹⁶⁹ O *Inquérito sobre o abastecimento de águas...* afirma que em 1911 a Praia da Rocha possuía apenas 5 casas e 32 habitantes fixos. - Obra citada, p.19.

¹⁷⁰ Maria João Raminhos Duarte, *Portimão – Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, Lisboa, Colibri, 2003, p.171. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.465.

¹⁷¹ *As nossas praias...*, p.88.

ra precisamente na Praia da Rocha. “São reformados, indivíduos na sua maioria das ex-colónias britânicas, atraídos pelo clima do Algarve e que se alojam naquela praia, trazendo com eles os hábitos do seu país”. Devido à influência desta comunidade, ter-se-ia construído o primeiro campo de golfe do Algarve por volta de 1927¹⁷².

2.3.1. O Estoril de Fausto de Figueiredo

Em 1913 o empresário e membro da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses Fausto Cardoso de Figueiredo, juntamente com o seu sócio Augusto Carreira de Sousa, adquiriram uma quinta onde ficavam as termas de Cascais, cujo balneário fora entretanto recuperado por José Viana em 1880. Ambicionavam aí promover uma urbanização que rivalizasse com o Monte Estoril e S. João do Estoril, entretanto já em pleno desenvolvimento. Segundo Raquel Henriques da Silva, a queda da monarquia levava a um gradual desinteresse por Cascais, associado à família real, e pelo Monte Estoril, seu vizinho, com a sua arquitectura tida como “aristocrática” e “decadente”. Ao mesmo tempo valorizavam-se novas zonas, como a Parede, associada a um veraneio de cariz puramente medicinal e cientificamente certificado¹⁷³.

O carácter inovador do projecto de Fausto de Figueiredo e de Augusto Carreira de Sousa – “Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva” –, apresentado em 1914, prendia-se com a sua ambição de criar de raiz uma estação turística que “dotasse o país do lugar central, merecido e necessário no turismo mundial”¹⁷⁴. Como vimos, já haviam sido feitos anteriormente projectos de cariz assumidamente turístico na Granja, na Figueira da Foz (Bairro Novo) e no Monte Estoril, mas não com este grau de qualidade e de ambição. Segundo Paulo Pina, o sucesso do empreendimento deveu-se à trilogia “praia, termas e jogo”, algo até aí nunca concertado em Portugal¹⁷⁵. O projecto beneficiou do apoio estatal, através do Decreto nº1 121 (2/12/1914), que criava apoios para o investimento em equipamentos turísticos, bem como da concessão da zona de jogo permanente pelo Decreto nº14 643, de 3 de

¹⁷² Paulo Pina, p.223.

¹⁷³ Raquel Henriques da Silva, “Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva - As etapas de um projecto 1914-1932” in *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município*, nº 10, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1991, p.43. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.461.

¹⁷⁴ Raquel Henriques da Silva, 1991, p.44.

¹⁷⁵ Paulo Pina, p.35.

Dezembro de 1927.

O contributo de arquitectos franceses, nomeadamente de Henri Martinet, que elaborou os projectos iniciais e o plano inicial da Estação, foi importante na medida em que trouxe para Portugal a experiência internacional de várias décadas no desenvolvimento de estações integradas. O projecto de Martinet previa a construção de uma praça ladeada de edifícios destinados ao comércio de “artigos elegantes”, que antecedia um extenso relvado, que por sua vez conduzia a um grande casino com esplanada, ladeado de duas avenidas “bordadas de palmeiras”, por sua vez ladeadas de duas colunatas (pérgolas) que podiam ser transformadas em galerias de Inverno. Outros elementos essenciais do projecto, além do casino, eram o Palace Hotel, as termas do Estoril, o Hotel do Parque (de preços mais acessíveis), um “pequeno pavilhão destinado a banhos de sol, de luz, e outros modernos sistemas terapêuticos”, o “palácio dos Sports” e, finalmente, na praia, com as suas cabines de banhos de mar e o café-restaurante, uma *promenade*¹⁷⁶.

Em 1916, na presença do Presidente da República Bernardino Machado, era colocada a primeira pedra do Casino e dois anos depois inauguravam-se as termas¹⁷⁷. Porém, o projecto viria a sofrer atrasos e paragens sucessivas, essencialmente devido à Guerra e aos anos de instabilidade que se seguiram¹⁷⁸. Algumas das ideias iniciais, como a de criar uma rede de *tramways* eléctricos à volta do Parque, seriam mesmo canceladas, embora a electrificação da linha-férrea de Cascais, outro dos objectivos previstos, viesse a ser concluída em 1926¹⁷⁹. Em 1924, no seu *Guia de Portugal*, Raúl Proença referia que o Casino se encontrava já em construção, partilhando as expectativas de muitos, que o Estoril se tornasse “de aqui a dez anos” numa das grandes estâncias da Europa¹⁸⁰. Ao mesmo tempo, a “Sociedade Estoril-Plage” promovia a urbanização e o loteamento dos terrenos circundantes, onde iria surgir a zona residencial do Estoril¹⁸¹.

Enquanto as novas unidades hoteleiras do Estoril não eram inauguradas, as localida-

¹⁷⁶ Raquel Henriques da Silva, 1991, p.48. Citado em Sérgio Palma Brito, pp.461-462.

¹⁷⁷ Paulo Pina, p.35.

¹⁷⁸ O guia *As nossas praias...* salienta a importância do projecto de Fausto de Figueiredo: “uma obra grandiosa sob todos os aspectos, o que virá a exercer uma influência enorme, pode mesmo dizer-se que decisiva, sobre a indústria do turismo entre nós, com as consequentes vantagens, sobretudo económicas, que dessa indústria em toda a parte resultam”. E acrescenta ainda: “terminando a guerra, que hoje ensaguenta os campos da Europa, principalmente, por certo que os trabalhos dessa planeada transformação, devem tomar grande intensidade.” - *As nossas praias: indicações gerais para o uso de banhistas e turistas*, p.49.

¹⁷⁹ Sérgio Palma Brito, vol.1, pp.461-462.

¹⁸⁰ Raúl Proença, *Guia de Portugal. Lisboa e arredores*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p.116. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.463.

des vizinhas de Monte Estoril e S. João do Estoril mantinham a sua importância como centros de vilegiatura marítima, apesar de uma expansão menos expressiva que no período anterior. Monte Estoril manteve-se como destino privilegiado da Linha de Cascais, afirmando-se em Agosto de 1916 que “esta linda estância balnear se encontra positivamente cheia de banhistas, restando apenas 4 chalets por alugar”¹⁸². Já a Parede continuou a sua vocação terapêutica, inaugurando a Comissão de Iniciativa de Cascais em 1925 um grande paredão junto à praia, de modo a permitir que “os doentes que procuram a cura do sol possam fazê-lo junto ao mar, como os médicos prescrevem”¹⁸³.

Num plano completamente diverso, em 1927, em S. Pedro do Estoril (antigo sítio de Cai-Água) assistia-se à instalação da Colónia Balnear Infantil do jornal *O Século*. A colónia funcionaria anualmente nos meses de Setembro e Outubro. No primeiro ano a colónia contava já com 300 crianças “cómoda e higienicamente instaladas”, funcionando na antiga fábrica de conservas de Carlos Correia¹⁸⁴. Em 1928, a colónia foi transferida para as instalações da Associação de Socorros Mútuos Monte Pio Aliança, na Parede, fixando-se, de 1929 a 1931, no chalet *Fiúza*, na mesma localidade, e voltando apenas a São Pedro do Estoril em 1932 (ver capítulo 4).

Pela portaria nº2867, de 10 de Agosto de 1921, o Estoril e os Banhos da Poça (S. João do Estoril) eram definidos como “estações hidrológicas”, tuteladas pelas comissões de iniciativa de Monte Estoril, Estoril, Alto Estoril e S. João do Estoril. Já o Decreto nº 8714, de 14 de Março de 1923, classificava como “estâncias de praia do Concelho de Cascais a zona do Estoril, S. João do Estoril, Parede e Carcavelos”¹⁸⁵. Parece assim haver uma transferência de protagonismo das termas para as praias, até a nível legislativo, traduzindo também a este nível uma certa mudança de mentalidades. Não tardaria a surgir a denominação “Costa do Sol” para a zona de Cascais a Carcavelos, que seria o grande *slogan* para as décadas vindouras.

¹⁸¹ Maria da Graça Briz, “A arquitectura do Estoril: da Quinta do Viana ao Parque Estoril - 1880-1930” in *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural*, nº8, 1989, p. 64.

¹⁸² *A Nossa Terra*, 20 de Agosto de 1916, p.2. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, p.246.

¹⁸³ Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais, *Relatório e Contas da Gerência de Maio de 1922 a Dezembro de 1924*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1925, p.5. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, p.273.

¹⁸⁴ *O Século*, 30 de Dezembro de 1927, p.8. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, pp.249-250.

2.4. O turismo balnear nas décadas de 30 e 40

A instauração da ditadura militar em 1926, a institucionalização do Estado Novo em 1933, a Grande Depressão, a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) são acontecimentos que obviamente marcaram esta fase do turismo balnear português. Particularmente as duas guerras causaram um grande impacto nas praias portuguesas, na medida em que o conflito espanhol veio a reduzir a principal fonte de turistas estrangeiros para as estâncias balneares (uma das praias mais afectadas será a Figueira da Foz¹⁸⁶); já o conflito mundial possibilitou que Portugal, e nomeadamente Lisboa, acentuasse a sua função de “ponte” da Europa para a América e o resto do Mundo. Ao mesmo tempo, a neutralidade portuguesa atraía um grande número de refugiados fugidos a uma Europa ocupada pelos nazis. Destes refugiados, muitos habitariam temporariamente zonas balneares como a Costa do Sol, a Costa da Caparica, a Foz do Arelho, a Praia das Maças, a Ericeira e a Figueira da Foz, por serem locais onde havia condições para o seu alojamento graças à grande capacidade hoteleira¹⁸⁷. Numa primeira fase da guerra, sensivelmente até 1941¹⁸⁸, o turismo português beneficiou daquela tendência, embora esta viesse a diminuir bastante nos anos seguintes do conflito. O número de turistas e vilegiadores estrangeiros em Portugal só restabeleceria a sua normalidade, ou seja, os valores de 1936, no final dos anos 40¹⁸⁹.

Em termos institucionais, as décadas de 30 e 40 podem ser divididas em dois períodos. O primeiro, que começa em 1927, é marcado pela transferência da entretanto denominada “Repartição de Jogos e Turismo” para o Ministério do Interior. Segundo Paulo Pina, esta medida seria um sintoma da desconfiança do novo regime perante a “deambulação de estrangeiros pelo país”¹⁹⁰. Em 1929 era formado o Conselho Nacional de Turismo, órgão deliberativo e não consultivo, que se iria encarregar essencialmente da propaganda externa do turismo português. A nível local, assistiu-se a um progressivo esvaziamento de funções das comissões

¹⁸⁵ Sérgio Palma Brito, vol.1, p.464.

¹⁸⁶ O jornal *Diário da Praia*, do Verão de 1936, salientava que o mês de Julho “não teve a frequência e o movimento dos anos anteriores, porque não se registou a chegada de muitas das famílias espanholas que aqui vêm todos os anos”. – *Diário da Praia*, Ano II, nº64, 5 de Agosto de 1936, p.1.

¹⁸⁷ Carlos Manuel Almeida Nunes, p.70.

¹⁸⁸ O presidente da Câmara Municipal de Cascais Roberto Raposo Pessoa, num relatório da gerência referente ao ano de 1941, considerava o ano “verdadeiramente excepcional” com uma afluência mensal de 1000 a 1200 refugiados estrangeiros. – *Hotel Palácio. Boletins de alojamento de estrangeiros. 1939-1945*, Cascais, Câmara Municipal, 2004, p.13. Citado em Irene Pimentel, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006, pp.138 e 171.

¹⁸⁹ S. Palma Brito, vol.2, p.664.

¹⁹⁰ Paulo Pina, p.29.

de iniciativa criadas pela República, que foram extintas em 1936 e “substituídas” pelas juntas de turismo – no fundo, órgãos auxiliares da administração municipal nas denominadas “zonas de turismo”¹⁹¹. Deste primeiro período, há a destacar, a nível de produção legislativa, a promulgação da primeira lei hoteleira do turismo português (Decreto nº19 101, de 4 de Dezembro de 1930), que estabeleceu critérios respeitantes à qualificação dos estabelecimentos hoteleiros.

O segundo período começa precisamente em 1940, quando as competências do Conselho Nacional de Turismo são transferidas para a Presidência do Conselho e, através desta, para o Secretariado de Propaganda Nacional. Esta transferência veio a permitir que o turismo nacional fosse melhor integrado na “política do espírito” levada a cabo por António Ferro. Este faria do turismo, mais do que um “indiscutível factor de riqueza e de civilização, um meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política” (segundo palavras do próprio¹⁹²). A acção mais visível do SPN (SNI a partir de 1944) ao nível do turismo foram as Pousadas de Portugal, a primeira das quais inaugurada em 1942. As pousadas constituíram sobretudo um instrumento de propaganda de uma imagem do país (rural, humilde e pitoresca) que o regime queria veicular, mais do que um factor de receitas turísticas. Em grande parte por essa razão, as pousadas não tiveram praticamente impacto ao nível do turismo balnear marítimo, sendo antes inauguradas em localidades e locais históricos do interior do país.

As décadas de 30 e 40 foram em grande medida um período de continuidade em relação ao anterior no que toca ao desenvolvimento dos meios de transporte (como o automóvel e o avião), que atingem um nível de sofisticação bastante elevado em vésperas da Segunda Guerra Mundial. Acompanhando este processo, desenvolveram-se vias de comunicação (principalmente estradas¹⁹³) e infra-estruturas essenciais (o aeroporto da Portela abre ao tráfego internacional em 1942) cuja importância para o turismo nacional deve, no entanto, ser um pouco relativizada. O automóvel, público e colectivo, embora começasse a ser um meio de

¹⁹¹ Segundo Sérgio Palma Brito, a noção de zona de turismo era só aparentemente equivalente à de “estância”, criada pela lei nº1152 (23 de Abril de 1921), pois correspondia mais a uma noção do Direito Administrativo do que a uma “realidade da oferta turística”. – Sérgio Palma Brito, vol.2, pp.603, 1044.

¹⁹² António Ferro, *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*, Lisboa, edições SNI, 1949, pp.34-35. S. Palma Brito, vol.2, p.677.

¹⁹³ O decreto nº12 100, de 31 de Julho de 1926, aprovava o plano geral de estradas nacionais, passando o turismo a ser um factor relevante para a classificação das estradas. A expressão “estradas de turismo” surgiu nos relatórios no início dos anos 30. – Idem, vol.2, p.577; *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, coord. António Carvalho, Almada, Câmara Municipal, 2010, p. 20.

transporte cada vez mais utilizado, ainda não era um competidor sério perante o comboio¹⁹⁴. O fraco poder de compra da população portuguesa e o estado deplorável da maior parte das vias são factores a ter em conta e que em grande medida impossibilitavam os banhistas de se deslocarem para supostas “praias de eleição”¹⁹⁵. Quanto ao avião, só com a Segunda Guerra Mundial começaria a assumir um papel importante no tráfego de passageiros (muitos deles refugiados) com outros países e continentes, sendo que a nível interno nunca chegaria a ter expressão.

Devido em grande parte à acção do ministro Duarte Pacheco, iniciou-se um período importante no urbanismo português, em que seriam aprovados planos urbanísticos para várias localidades e zonas do país. No que toca às praias, o exemplo mais importante foi sem dúvida o da Costa do Sol, que analisaremos de seguida. Porém, está longe de ser um caso único. Para citar apenas alguns exemplos, veja-se a Praia de Moledo (Caminha), cujo plano geral de melhoramentos foi elaborado a pedido da comissão de iniciativa local. Segundo Margarida Sousa Lobo, este plano “surge como o precursor de uma série de acções de ordenamento de praias e termas que se vêm a desenvolver ao longo das duas décadas seguintes”¹⁹⁶. Veja-se igualmente o plano para a Praia do Cabedelo (Viana do Castelo) que, tal como o da Praia da Rocha, resulta de um concurso público. Outro exemplo importante é o plano de Cassiano Branco para a Costa da Caparica, localidade que se começa a desenvolver na década de 30, como veremos mais aprofundadamente no capítulo final desta tese. Por fim, refira-se o plano geral da Quarteira, datado de 1942, que, na tentativa de criar um aglomerado de veraneio coexistente com o antigo aglomerado piscatório, obrigaria à construção de uma nova rede viária e a várias demolições¹⁹⁷.

As praias socialmente “preferidas” permaneceram essencialmente as mesmas durante as décadas de 30 e 40. A título de exemplo, se observarmos uma tabela “de classificação das

¹⁹⁴ Segundo Sérgio Palma Brito, o número de automóveis ligeiros matriculados em Portugal passou de 24 500 em 1931 para 39 000 em 1940 (Idem, vol.2, p.577). António Lopes Vieira, por outro lado, afirma que em 1926 haveriam 19 460 veículos registados e, em 1940, 61 373. Segundo estes dados, o parque automóvel teria crescido neste período a um ritmo anual (2794 unidades) triplicado em relação ao período de 1911 a 1925 (920 unidades) - António Lopes Vieira, “Os transportes rodoviários em Portugal 1900-1940” in *Revista de História Económica e Social*, nº5, Janeiro-Junho 1980, p.58. De acordo com os dados de Joaquim Vieira, entre 1940 e 1950, o número de automóveis ligeiros matriculados teria passado de 39 146 para 73 523 (correspondendo a um aumento médio anual ainda maior, de 3438 automóveis) – Joaquim Vieira, *Portugal Século XX – Crónica em imagens*, Vol. 1940-1950, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p.214.

¹⁹⁵ É de notar que a Estrada Marginal (EN6) bem como a Auto-estrada Lisboa-Cascais foram projectos levados a cabo como parte integrante das comemorações centenárias de 1940, substituindo a antiga estrada que ligava Cascais à capital. – Sérgio Palma Brito, vol.2, p.576.

¹⁹⁶ Margarida Sousa Lobo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995, p.113. S. Palma Brito, vol.2, p.631.

¹⁹⁷ Margarida Sousa Lobo, pp.126, 142. Citado em S. Palma Brito, vol.2, pp.631-632.

praias do Continente”, a propósito das verbas a pagar “para armar barracas e toldos e estabelecer divertimentos nas praias”, que consta no Decreto nº12 822 de 1 de Novembro de 1926, verificamos que eram consideradas praias de “1ª ordem: Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Granja, Espinho, Figueira da Foz, Cascais, Estoris e Praia da Rocha; 2ª ordem: Âncora, Leça da Palmeira, Matosinhos, Foz do Douro, Nazaré, S. Martinho do Porto, Ericeira, Praia das Mações, Parede, Paço de Arcos, Cruz Quebrada, Trafaria, Setúbal e Monte Gordo¹⁹⁸; 3ª ordem: todas as outras”. Esta hierarquização não oferece grandes surpresas no que respeita a uma tradição social das praias portuguesas, talvez exceptuando o caso da Praia da Rocha, provavelmente devido ao surto urbanístico que aí se fez sentir durante as décadas de 10 e 20 e aos planos de concessão de uma zona de jogo, que seriam concretizados pelo Decreto nº14 643, de 3 de Dezembro de 1927.

Por fim, uma nota sobre este decreto regulamentador do jogo em Portugal. A associação praia-lazer-jogo-turismo vem de trás, tendo como precedentes as estâncias termais oitocentistas da Europa Central. Em Portugal desde o século XIX que proliferavam casinos e salas de jogo em estâncias marítimas como a Póvoa de Varzim, a Figueira da Foz, Cascais e o Monte Estoril, como já tivemos ocasião de ver. Embora o jogo não fosse uma prática legalizada, as autoridades toleravam-no, aproveitando-se dos seus dividendos e cedendo às pressões das clientelas interessadas em mantê-lo. Uma sala de jogo ou um casino era a grande consagração de uma praia como local digno de ser socialmente frequentado. Como afirma Paulo Pina, “não que o vulgar banhista se lance, fremente, para os golpes da sorte projectados no plano verde. Isso deixa-o ele aos *habitués*. Mas gosta de sentir por perto aquele casarão feérico e atrevidote [o casino], que lhe faculta uma acrescida importância, no regresso à pacatez do ambiente natal”¹⁹⁹ (ver capítulo 3).

O Decreto nº 14 643 veio regulamentar e controlar a prática do jogo em Portugal, com vantagens claras para o Estado e para as localidades onde os casinos foram instalados – e uma boa parte delas eram precisamente estâncias balneares. Segundo o artigo 3.º deste decreto, seriam criadas duas zonas de jogo permanente – no Estoril e na Madeira – e seis zonas de jogo temporário – em Santa Luzia (Viana do Castelo), em Espinho, na Curia, na Figueira da Foz, em Sintra e na Praia da Rocha. Repare-se que, deste total de oito zonas de jogo, quatro são praias, sendo que a zona de jogo de Santa Luzia acabaria por ser transferida também para uma estância balnear, a Póvoa de Varzim. Esta circunstância parece demonstrar que as clas-

¹⁹⁸ *O Inquérito sobre o abastecimento de águas...* de 1935 considera a praia de Monte Gordo como “uma das melhores do Algarve”, possuindo a povoação 1800 habitantes fixos e 1500 de população flutuante. – p. 16.

ses dirigentes já se haviam consciencializado da importante interdependência entre o turismo balnear e o jogo. Outro aspecto curioso do decreto diz respeito à consignação das receitas fiscais do jogo, expressa no artigo 50.º, segundo o qual 2% das receitas fiscais do jogo seriam destinadas ao Instituto de Socorros a Náufragos, o que poderá denotar já uma lógica que associa a segurança e o conforto nas praias às receitas do turismo.

2.4.1. A Costa do Sol

As décadas de 30 e 40 foram o período de consolidação da denominada “Costa do Sol” como maior centro de vilegiatura balnear em Portugal, que agora passava a assumir uma feição claramente internacional e cosmopolita. O termo “Costa do Sol” surgiu de forma aparentemente espontânea, parecendo simultaneamente traduzir a ambição do projecto de Fausto de Figueiredo centrado no Estoril, que levaria ao desenvolvimento de toda a “linha de Cascais”, e o prestígio crescente destas praias como estâncias por excelência da elite lisboeta e de turistas e vilegiadores estrangeiros de renome. Por fim, parece traduzir também uma mudança de hábitos balneares, cada vez mais voltada para o sol e para o bronzado como elementos de lazer e de prestígio social, associada a um estilo de vida despreocupado e desportivo (ver figura 6), ao invés da praia como local terapêutico, onde o divertimento estava normalmente associado ao espaço exterior à praia (ver capítulos 3 e 4). Paulo Pina fala mesmo de um conflito de gerações entre aqueles que se rendiam às “seduções da moda e dum jeito de viver mais desportivo e ar-livrista” e aqueles que privilegiavam a “quietude bucólica, dos mundanismos de salão e até das próprias virtudes curativas”²⁰⁰.

Um exemplo deste contraste é a diferença que se estabeleceu entre as praias do Estoril e da Parede. A Parede manter-se-ia como local de vilegiatura de vocação essencialmente terapêutica, em virtude do seu Sanatório²⁰¹, e preferencialmente como “centro de turismo

¹⁹⁹ Paulo Pina, p.45.

²⁰⁰ Paulo Pina, p.45.

²⁰¹ Curiosamente, devido à inclusão dos banhos solares no conjunto dos efeitos benéficos da estadia balnear (ver capítulo 4), em 1930 vai ser inaugurado na Parede um solário para o tratamento dos doentes. - *Jornal de Cascais*, 20 de Outubro de 1930, citado em João Miguel Rodrigues Henriques, p.250. Sobre a Parede nesta altura, escrevem Branca de Gonta Colaço e Maria Archer: “Centenas de doentes andam na Parede alongados em tabuleiros, sobre os carrinhos de rodas empurrados por mão amiga. Passeiam pela Avenida Marginal, vão ao cinema, assistem às competições desportivas nos campos de jogos do Rádio Clube, visitam-se uns aos outros nas respectivas moradias” (p.251).

interno residencial”²⁰², devido à inexistência de hotéis. O Estoril, pelo contrário, assumiria uma feição cada vez mais ligada ao lazer e ao turismo internacional.

À medida que o projecto de Fausto de Figueiredo se ia desenvolvendo, crescia a urbanização em torno do “Parque Estoril”, reforçada pela expansão dos transportes (a electrificação da linha de Cascais, como já vimos, data de 1926). A lei de regulamentação do jogo criou o enquadramento legal necessário para o relançamento do projecto do casino, que foi finalmente inaugurado em 1931. No ano anterior tinha sido também inaugurado o Hotel Palácio, uma das pérolas do projecto original de Martinet que, conjuntamente com as piscinas, o campo de golf e o campo hípico, seria explorado pela Sociedade Arrendatária Internacional. A par do casino, o Hotel tornou-se num dos ex-líbris do “novo Estoril” de Fausto de Figueiredo, sendo apresentado pela imprensa e pela ditadura militar como um marco na indústria hoteleira em Portugal. Em 1934 a Costa do Sol possuía, além do Palácio, mais sete hotéis (Paris, Parque, Atlântico, Miramar, Grande Hotel Estrada e Grande Hotel de Itália), todos concentrados na zona dos Estoris²⁰³.

A expansão do Estoril levou a uma crescente subalternização dos centros de vilegiatura vizinhos de Monte Estoril e de S. João do Estoril²⁰⁴. Estas praias sofreram inclusivamente um processo de desassoreamento devido à construção de canos de descarga de esgotos²⁰⁵. Com a promulgação do Decreto nº 27 704, de 18 de Maio de 1937, era criada a Junta de Turismo de Cascais com sede no Estoril, prova de que o poder político se apercebia da necessidade de criar uma zona de turismo na Linha, sediando-a onde o potencial turístico era maior²⁰⁶.

²⁰² Idem, p.38.

²⁰³ Sérgio Palma Brito, vol.2, p.588; Raquel Henriques da Silva, “Estoril, Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportiva - As etapas de um projecto: 1914-1932” in *Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município*, nº 10, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1991, pp.54-55. De acordo com Paulo Pina, em 1932 o Estoril atraía “2500 hóspedes estrangeiros por uma média de dezoito dias, dobrando as dormidas registadas no conjunto dos três mais frequentados hotéis lisboetas, o Avenida Palace, o Metrópole e o Europa”. – Paulo Pina, p.35.

²⁰⁴ Em 1943, Branca de Gonta Colaço e Maria Archer escrevem: “A nota cosmopolita, internacional, turística, enervante, banal como o mundo *standardizado*, ficou limitada ao Estoril. O Monte Estoril, génito dum outro século, conserva-se indemne da mácula estrangeirada. Conserva o seu ar de bucolismo português, de jardim de convento, de elegância antiga e recatada” (p.325).

²⁰⁵ *Jornal de Cascais*, 20 de Agosto de 1930, p.4. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, pp.246-247. *Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento das praias...*, 1935, p.2.

²⁰⁶ De acordo com Vital Moreira, as zonas de turismo sediadas fora da sede de município eram nesta altura precisamente as mais importantes para a política nacional de turismo – era o caso de estâncias termais como o Luso e a Curia, bem como zonas de jogo como o Estoril (Cascais) e a Praia da Rocha (Portimão). – Idem, pp.603-604.

Em 1933, o Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco encarregava o arquitecto Alfred Agache (vice-presidente da Sociedade Francesa de Urbanismo) do “estudo preliminar da urbanização da zona de Lisboa ao Estoril e Cascais”²⁰⁷. Fazia parte deste estudo a construção de uma estrada marginal, de maneira a valorizar a orla costeira entre Lisboa e Cascais, dotando-a daquela que era então denominada como “a nossa primeira estrada de turismo”²⁰⁸. Segundo Agache, “a primeira intenção do governo era valorizar algumas praias que bordam a Costa do Sol pela rectificação da antiga estrada costeira, muito estreita e incómoda, que desejava transformar em estrada marginal”. Porém, por sugestão de Agache, o governo alargou o âmbito do estudo à região de Lisboa e arredores²⁰⁹. Algumas destas propostas foram depois utilizadas nos diplomas que regulamentavam a urbanização da Costa do Sol (1935) e as expropriações dos Centenários (1938)²¹⁰. De acordo com a proposta de lei apresentada pelo governo em 1935, “a região situada a oeste de Lisboa, abrangendo as praias que se estendem de Algés a Cascais, mercê das condições naturais que a caracterizam, tem-se desenvolvido rapidamente nos últimos anos e ocupa hoje, sob o aspecto turístico, uma posição de excepcional relevo na vida do País. (...) Tomou o Governo a iniciativa de ordenar o estudo do plano geral de urbanização da Costa do Sol, englobando as vias de comunicação com Lisboa e Sintra, a arborização das escavadas e áridas colinas que a envolvem e a expansão e aformoseamento das variadas e numerosas praias que a marginam”²¹¹. No seguimento desta proposta, a lei nº 1909, de 22 de Maio de 1935, definia a Costa do Sol como “a região que abrange a parte dos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais, limitada, ao norte, por uma linha paralela à nova auto-estrada projectada [Lisboa-Cascais] e a 100 metros além do seu eixo, e, ao sul, pelo Tejo e o oceano” (artigo 1.º). Estamos perante a institucionalização legal da expressão “Costa do Sol”.

Segundo a tese de mestrado de Margarida Pereira, o plano de Agache previa que as localidades de Algés, Dafundo e Cruz Quebrada fossem consideradas «subúrbios», pela dependência em relação a Lisboa; Caxias, Paço de Arcos, Oeiras e Santo Amaro seriam as praias “dirigidas” às famílias das classes médias; Parede, a praia medicinal; “o centro balnear elegante e do turismo de luxo” integraria os Estoris e Cascais²¹². Esta concepção parece corresponder à tendência geral de urbanização do litoral a oeste de Lisboa, em simultâneo com a

²⁰⁷ Decreto-lei nº 22 444, de 8 de Abril de 1933.

²⁰⁸ Preâmbulo do decreto-lei nº 22 444. Citado em S. Palma Brito, p.626.

²⁰⁹ Margarida Pereira, *O processo de decisão na política urbana. O exemplo da Costa do Sol*, dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional, Lisboa, FCSH, 1994, pp.82-83.

²¹⁰ Fernando Gonçalves, “Evolução histórica do Direito do urbanismo em Portugal (1851-1988)” in *Direito do Urbanismo*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1989, pp.255-256. S. Palma Brito, vol.2, p.627.

²¹¹ Proposta de lei de 5/02/1935, preâmbulo. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.627.

progressiva transferência das praias socialmente frequentadas para ocidente de S. Julião da Barra, particularmente para o Estoril.

Porém, apesar do apoio de Duarte Pacheco ao projecto de Alfred Agache, o ministro contaria com a oposição de vários interesses associados à propriedade fundiária da região, assustados pelas expropriações de solos englobadas no plano. A saída de Duarte Pacheco das Obras Públicas em 1936 representou um triunfo momentâneo destes interesses anti-intervencionistas, a que nem o seu retorno à pasta em 1938 se conseguiu furtar. O ministro acabou por morrer em 1943 e o plano de urbanização foi-se arrastando, sendo finalmente aprovado em 28 de Dezembro de 1948²¹³, decorridos quinze anos do início do estudo. Entretanto, por ocasião dos centenários de 1940, era inaugurada a Estrada Marginal, uma das grandes obras de propaganda do regime.

A Segunda Guerra Mundial teve um grande impacto na Costa do Sol, não só ao nível do turismo, como das mentalidades. O conhecido escândalo em torno dos fatos-de-banho das “refugiadas”, a maior exposição dos corpos em público, por exemplo nas esplanadas, o facto de as mulheres fumarem em público, são exemplos de hábitos ainda pouco implantados em Portugal mas que a partir daí começaram a ser prática regular nas praias da Costa do Sol. Além disso, os anos da Guerra consagraram a zona de Cascais e dos Estoris como local privilegiado de uma elite de exilados, particularmente membros de famílias reais, que vieram para Portugal, nalguns casos não mais regressando²¹⁴. A partir da década de 40 o Estoril ficou associado, além do cariz elitista que já possuía em termos nacionais²¹⁵, ao *glamour* e ao *jet-set* (expressão cunhada nos anos 50) internacionais, apimentado por “celebridades” que frequentariam os seus hotéis e praias ao longo das décadas seguintes.

2.4.2. A Praia da Rocha

A Praia da Rocha atravessou um período atribulado durante os anos 30. A concessão

²¹² Margarida Pereira, p.96.

²¹³ Decreto-lei n.º 37 251. Sérgio Palma Brito, vol.2, pp.629-630.

²¹⁴ Juan de Bourbon, pai do rei Juan Carlos, permaneceu no Estoril durante várias décadas até à morte de Franco; Umberto II de Sabóia, foi obrigado a deixar Itália em 1946 e viveu em Cascais até à sua morte em 1983 (ficou conhecido no *jet-set* como o “avô da Europa”); Carol II de Hohenzollern-Sigmaringen, rei da Roménia, morreu no Estoril em 1953.

de uma zona de jogo temporária pelo decreto de 1927 fomentou a especulação imobiliária, levada a cabo pela elite portimonense, nomeadamente pelos industriais conserveiros, que começaram a construir as suas casas de Verão na Praia da Rocha. No final dos anos 20 foi criada a comissão de iniciativa, ao mesmo tempo que se procurava promover a imagem de um triângulo turístico “Praia da Rocha-Sagres-Monchique”. Nesta altura, começaram também as obras de remodelação do Hotel Viola, que foi reinaugurado em 1932 com o nome de Grande Hotel da Rocha, enquanto a Câmara de Portimão fazia obras de saneamento e uma sociedade formada pela elite local construía o Pavilhão Avenida, inaugurado em 1930. Embora circulassem rumores de investimento inglês na exploração do jogo, nada se concretizou. Em 1936 era inaugurado um novo hotel, numa antiga vila privada, o Hotel Bela Vista²¹⁶.

A Comissão de Iniciativa abriu concurso em 1935 para a elaboração de um plano de urbanização da Praia da Rocha que, segundo Margarida Sousa Lobo, teria sido “um dos raros concursos públicos organizados na década de trinta para elaboração de um plano de urbanização”. A proposta aprovada acabou por ser a do arquitecto Carlos Ramos e do engenheiro António Emídio Abrantes, que preconizava a demolição de casas e a expropriação de terrenos limítrofes ao mar, em favor da sua utilização pública²¹⁷. No ano seguinte, Frederico Ramos Mendes, presidente da Comissão de Iniciativa e um dos grandes defensores do plano, insurgia-se no I Congresso Nacional de Turismo contra o estado da Praia da Rocha e contra o desleixo do poder central perante as iniciativas de desenvolvimento da estância, defendendo a necessidade de aprovação do plano²¹⁸. Porém, desde logo começaram os problemas, com os proprietários lesados pela expropriação a insurgirem-se contra o modelo (tal como acontecia na mesma altura na Costa do Sol), acusando-o de “estrangeiro”, e propondo um modelo alternativo de cariz mais “modesto e regional”. Pressionando os membros da comissão de iniciativa, conseguiram que o plano não fosse homologado por Duarte Pacheco, vendo-se a nova comissão de iniciativa na necessidade de encomendar um novo plano, que só seria posto em execução em 1942 e já com muitas alterações. Ainda em 1936, as comissões de iniciativa foram extintas e o contrato de concessão da zona de jogo foi rescindido pelo Ministério do Interior²¹⁹, sob pretexto da reduzida frequência de veraneantes na Praia da Rocha, agravada

²¹⁵ Branca de Gonta Colaço e Maria Archer descrevem o Estoril como “o mostruário da alta burguesia lisboeta” (p.307).

²¹⁶ Maria João Raminhos Duarte, pp.173-175. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.2, p.586.

²¹⁷ Margarida Sousa Lobo, *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco*. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.587. Joana Isabel Ricardo Gaspar de Freitas, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, p.339.

²¹⁸ Frederico Ramos Mendes, *Memória Justificativa dum Plano de Melhoramentos da Praia da Rocha*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.

²¹⁹ Sérgio Palma Brito, vol.2, pp.587-588.

pelo começo da Guerra Civil de Espanha. Foram assim em grande medida frustradas as tentativas de transformar a Praia da Rocha numa grande estância de veraneio de nível nacional e internacional.

2.5. A praia na emergência do turismo português moderno (1950-1974)

A grande fase de crescimento do turismo português iniciou-se na verdade na década de 60. Foi a fase do começo da explosão do turismo no Algarve e da chegada em massa de turistas estrangeiros, principalmente europeus, ao país. Esta fase de crescimento exponencial manter-se-ia até 1974, altura em que as conturbações políticas do país e a crise económica dos anos 70 lhe colocariam entraves.

A partir de meados do século XX assiste-se a um fenómeno novo na vilegiatura estival europeia. Este fenómeno é caracterizado pela ida para as praias do Sul da Europa (a chamada “bacia alargada do Mediterrâneo”) de turistas do Norte, Centro e Ocidente europeu (Reino Unido, França, Bélgica, Holanda, Escandinávia e Alemanha Ocidental essencialmente). Razões para este verdadeiro movimento migratório sazonal reportam-se ao facto de a Europa se encontrar em expansão económica depois dos anos difíceis do Pós-Guerra, que se traduziu num aumento do poder de compra e do tempo livre disponível, mais concretamente com a maior importância das férias pagas. Assistiu-se ao nascimento da geração “baby-boom” e à construção dos modernos estados sociais que vão apoiar esta geração de generalizado bem-estar.

A estas condições favoráveis, há que juntar o desenvolvimento tecnológico no transporte aéreo, absolutamente determinante para compreendermos a razão de ser deste “boom” das praias do Mediterrâneo. Após o final da Segunda Guerra Mundial, existia um grande excedente de frota aérea de fins militares que foi transformada em aviação civil e utilizada pelos *tour operators*. Estes *tour operators* começaram a divulgar a ideia de que o Sul da Europa possuía praias de areia fina, clima ameno e apetecível e uma vida exótica e barata²²⁰ – a fórmula “*Sand, Sun and Sea*”. Obviamente que o desenvolvimento tecnológico e o custo do

²²⁰ Alguns destes *tour operators* (como o Club Olympique, criado em 1949, e o Club Méditerranée, criado por Gerard Blitz em 1950) passaram a oferecer mais do que a viagem (através do voo *charter*) e a estadia no seu pacote de viagem, incluindo refeições, bebidas, momentos de lazer e de descontração, actividades desportivas, etc. – são os *all inclusive resorts*.

transporte aéreo nesta altura ainda não permitiam a propaganda de destinos turísticos mais longínquos (como acontece por exemplo hoje em dia), o que de certa forma “confinou” o turista europeu à bacia do Mediterrâneo. A redução dos custos dos voos de médio curso (2 a 5 horas) ajudou a embaratecer as *package tours*, o que não aconteceria com os voos de longo curso (mais de 7 horas) que permaneceriam caros e pouco acessíveis à maioria das classes médias durante o resto do século XX. A evolução tecnológica do transporte aéreo é um factor explicativo importante, até porque a barreira do som dificilmente viria a ser quebrada (se exceptuarmos o caso singular do *Concorde*).

Os países da Europa do Sul, particularmente Itália, Grécia e Espanha, foram os primeiros a beneficiar deste fenómeno turístico, tanto mais que os regimes eram favoráveis ao turismo (a Itália é um dos países fundadores da CEE, o regime franquista começou a abrir-se ao turismo externo e a Grécia, finda a guerra civil, fez o mesmo). Em contrapartida, nos países de turismo balnear do sudeste europeu (nomeadamente a Bulgária, a Roménia e algumas partes da URSS), o clima de Guerra Fria obviamente não beneficiou este intercâmbio. Este conjunto de circunstâncias iria direccionar o turista ocidental, por maioria de razão, para a bacia mediterrânica, onde existiam condições políticas mais favoráveis.

No caso português, este sistema dos operadores turísticos e dos voos *charter* só começou a ter um verdadeiro impacto no turismo nacional a partir dos anos 60. Até aí, assistiu-se a um retomar do turismo que, embora nos moldes tradicionais (o transporte marítimo e ferroviário atingiram nesta altura o limite da sua importância relativa perante o transporte aéreo e rodoviário), representava já uma viragem importante. Basta atentarmos nos números: até 1950, o número de visitantes estrangeiros nunca ultrapassara o valor anual de 55 mil; em 1960, eram já 352 mil as entradas anuais²²¹. Os factores já indicados para o crescimento do turismo europeu parecem oferecer uma explicação plausível para estes números, não obstante a verdadeira explosão só se dar na década seguinte.

Apesar da importância crescente do turismo nas receitas do país, ele não era explicitamente referido no I (1953-1958) e II Planos de Fomento (1959-1964). Ainda assim, foram promulgadas três leis, segundo Sérgio Palma Brito, “determinantes para o fomento da oferta turística”²²²: a Lei nº 2 073, de 23 de Dezembro de 1954 (“disposições relativas ao exercício da indústria hoteleira”), a Lei nº 2081 (“disposições sobre interpretação e aplicação da Lei nº 2 073”) e a Lei nº 2082, de 4 de Junho de 1956, que criava o Fundo de Turismo. Estas leis

²²¹ Sérgio Palma Brito, vol.2, p.708.

parecem representar uma viragem do pensamento marcadamente ideológico que pontuara as duas décadas anteriores para uma visão tendencialmente economicista do turismo português.

No que toca ao turismo balnear, é de assinalar que durante os anos do pós-guerra o Estoril assumiu grande protagonismo a nível nacional e internacional como praia por excelência das “realezas exiladas” e de uma elite agora conotada com a expressão “*jet-set*”. Tornou-se igualmente, em definitivo, o centro de veraneio das elites da região de Lisboa. O Decreto nº41 205, de 26 de Julho de 1957, demonstrava a atenção que o poder político cada vez mais tinha para com o Estoril, ao criar a Junta de Turismo da Costa do Sol, sediada precisamente em Santo António do Estoril, e que iria substituir a antiga Junta de Turismo de Cascais, assumindo como área de jurisdição todo o concelho de Cascais.

As tradicionais praias do Norte e Centro mantiveram o seu prestígio natural até ao advento do “fenómeno algarvio” nos anos 60. Desta década há a destacar igualmente o desenvolvimento de uma praia que se assumiria cada vez mais como a “favorita” das classes populares lisboetas, a Costa da Caparica, e que, como procurarei explicar, de certa forma iria anteceder a viragem para as “praias quentes” do Sul do país na década seguinte.

Os anos 60 são marcados por um conjunto de mudanças estruturais em Portugal, nomeadamente o êxodo rural e a emigração para os países da Europa, o crescimento dos subúrbios das grandes cidades (principalmente Lisboa) e o aumento generalizado do nível de vida da população. Em termos políticos iniciou-se a Guerra Colonial, factor essencial para a queda do regime do Estado Novo, e assistiu-se à substituição de Salazar por Marcello Caetano em 1968.

O período marcelista correspondeu, de um modo geral, a uma maior abertura ao turismo externo, embora Salazar há muito se tivesse “rendido” à importância das receitas turísticas para o país. A tutela dos serviços de turismo continuou a pertencer à Presidência do Conselho, embora o SNI fosse extinto em 1968, quando foram criadas a Secretaria de Estado da Informação e Turismo e a Direcção-Geral de Turismo. O país beneficiou durante os anos 60 da vinda de peritos estrangeiros, nomeadamente através de acordos com a OCDE e a EFTA. A integração do turismo como actividade económica, pela primeira vez, num plano de fomento – Plano Intercalar de Fomento (1965-67) – era um sinal de que o poder político começava a encarar finalmente o turismo sob um prisma essencialmente desenvolvimentista e não meramente propagandístico. No III Plano de Fomento (1968-1973) o turismo era consi-

²²² Idem, p.723.

derado “sector estratégico do desenvolvimento económico”²²³ e foram-lhe atribuídas verbas importantes. Também a sociedade civil parecia acordar para a realidade turística, com a realização de vários colóquios e congressos dedicados ao turismo, como o I Colóquio Nacional de Turismo, em 1961.

Os processos que vimos tomarem forma nos anos 50 (*tour operatours, voos charter*) conheceram um grande desenvolvimento nesta altura, principalmente em Espanha, nas suas zonas insulares (Maiorca, Canárias), e nas ilhas gregas. Portugal tomou parte na popularidade dos destinos do Sul, bem mais competitivos em termos de clima, onde o turista da Europa do Norte podia gozar férias a preços reduzidos e quase garantidos, graças ao sistema das *package tours*.

Um dos elementos que melhor nos permite compreender esta viragem dos anos 60 são as campanhas de promoção turística. Como explica Maria José Aurindo na sua tese de mestrado dedicada às representações dos destinos na propaganda turística, se até aos anos 50 as brochuras e cartazes valorizavam sobretudo os elementos históricos e pitorescos da paisagem, bem como as tradições e a cultura popular (numa lógica derivada da “política do espírito” de Ferro), foi nos anos 60 que se começou a exprimir uma visão litoralizante do turismo português e que este assumiu finalmente a sua vocação balnear. Foi também nesta altura que o Algarve começou a ter uma forte projecção ao nível da promoção turística²²⁴.

A grande mudança deste período deveu-se em larga medida ao aumento espectacular da procura, principalmente externa. Entre 1961 e 1967, o número de turistas que entraram em Portugal passou de 376 mil para 2,5 milhões²²⁵. O transporte aéreo desempenhou aqui um papel decisivo, com a expansão dos voos de médio curso e a inauguração dos aeroportos de Porto Santo (1960), Madeira (1964) e Faro (1965)²²⁶. Deve-se assinalar que a construção do Aeroporto de Faro, prevista desde 1947, não estava contemplada no I e no II Planos de Fomento, havendo uma decisão “súbita” por parte do governo, através do Decreto nº44 299 de 24 de Abril de 1962, de arrancar com as obras. Esta decisão esteve muito provavelmente relacionada com a necessidade de o regime utilizar a entrada de estrangeiros como factor de propaganda (o milhão de entradas é atingido ainda em 1964) e, claro, com a consciência do

²²³ Lei nº2 133, de 20 de Dezembro de 1967, p. 427. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.794.

²²⁴ Maria José Aurindo, pp.152 e 166 e ss.

²²⁵ Sérgio Palma Brito, vol.2, pp.753, 766-769.

²²⁶ Segundo Carminda Cavaco, dos 2 510 668 estrangeiros entrados em Portugal em 1968, 1 662 417 foram por terra, 446 611 por mar (sobretudo em trânsito) e 401 640 pelo ar. – Carminda Cavaco, *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, p.227.

potencial económico que as férias nas praias do Sul representariam para o turismo algarvio²²⁷.

Ao nível da procura interna, é difícil medi-la com tanta precisão como as entradas de estrangeiros, porém, é uma certeza que o número de turistas e vilegiadores bem como o número de banhistas portugueses nas praias aumentou nestes anos. Este é um fenómeno essencialmente relacionado com a crescente industrialização, terciarização e aumento do poder de compra da sociedade portuguesa, não esquecendo o papel que a expansão do parque automóvel teve nestes anos (o número de automóveis ligeiros matriculados passou de 184 257 em 1960 para 558 738 em 1970²²⁸), o que iria permitir um acréscimo importante dos níveis de mobilidade e da procura de praias até aí menos frequentadas.

A crescente massificação das férias daria origem a um debate, ao nível das esferas políticas e da sociedade civil portuguesa, entre aqueles que defendiam um “turismo de luxo” e um “turismo de massas”. A questão residia na suposição de que Portugal, pelo facto de atrair maioritariamente estrangeiros de baixo e médio nível económico (comparativamente com outros países), não deveria apostar numa oferta de qualidade/ luxo, até para manter a sua competitividade em termos de preços²²⁹. Outros, no campo oposto, pensavam que “a posição geográfica de Portugal continuaria a dificultar o seu acesso a correntes de menores possibilidades financeiras, pelos custos das distâncias, ainda não reduzidas sensivelmente através dos «charters»”²³⁰ e, por essa razão, deveria apostar principalmente numa oferta de luxo. Esta seria a perspectiva que iria prevalecer ao nível da classe política²³¹ e que iria influenciar decisivamente a qualidade do turismo português, reorientando-o cada vez mais para empreendimentos de luxo (nomeadamente nos chamados “núcleos turísticos”). O debate manteve-se, porém, ao longo das décadas seguintes.

A década de 60 constituiu um momento importante para a democratização do turismo balnear em muitas áreas tradicionalmente associadas às elites. Um fenómeno como a deslocação das áreas turísticas mais luxuosas para locais até aí não explorados que, como vimos, já acontecera em muitas praias do país desde o século anterior (por exemplo, com as praias do

²²⁷ S. Palma Brito, vol.2, p.758.

²²⁸ Joaquim Vieira, *Portugal Século XX – Crónica em imagens*, Vol. 1960-1970, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p.214. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.2, p.756.

²²⁹ Sérgio Palma Brito, vol.2, p.710 e 749-750.

²³⁰ Carminda Cavaco, *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, p.227.

²³¹ Como Carminda Cavaco explica, “nos objectivos do Plano Intercalar de Fomento, quanto ao alargamento da capacidade hoteleira, reforça-se a preferência pelo «turismo de luxo» em detrimento do turismo de massas, tendo em conta que aquele deixa mais divisas por habitante e proporciona maiores lucros, e esquecendo que os turistas menos ricos gastam somas menores mas que globalmente podem ser muito vultosas e que estas

Tejo), levaria à popularização de certas praias anteriormente caracterizadas por um elevado prestígio social. O impacto do Algarve como fenómeno de imitação social despoletou, por exemplo, a “desocupação” de algumas praias do Norte e Centro tradicionalmente frequentadas por grupos sociais mais privilegiados.

Foi também nos anos 60 que muitas áreas tradicionalmente associadas à vilegiatura balnear se urbanizaram, à medida que os subúrbios das grandes cidades (particularmente Lisboa, mas também o Porto) se iam expandindo. Na margem norte do Tejo, temos o exemplo da Costa do Sol que, embora mantivesse a sua faceta elitista na zona litoral, começou a sofrer um processo de suburbanização nas partes interiores dos concelhos de Cascais e Oeiras. Na margem sul, temos o caso da Costa da Caparica, cujo maior desenvolvimento urbano se dá após a inauguração da ponte sobre o Tejo, em 1966 (ver capítulo 5). Estas áreas tradicionalmente associadas ao veraneio e à vilegiatura sazonal, não obstante terem mantido esta vocação turística, cada vez mais se tornariam núcleos habitacionais povoados durante o ano inteiro, com o desenvolvimento de actividades económicas e infra-estruturas que iam muito além do aproveitamento turístico. Com o desenvolvimento das comunicações (estradas, auto-estradas, Ponte Salazar) e dos transportes (particularmente o transporte individual), estas praias começaram a ser também cada vez mais frequentadas aos fins-de-semana.

Em termos de urbanismo turístico, a grande novidade dos anos 60 foi o aparecimento dos "*mega resorts*" fora de contexto urbano²³², particularmente na região do Algarve. Os blocos de apartamentos em meio urbano começaram igualmente a expandir-se significativamente neste período, podendo haver uma partilha entre uma função residencial permanente e uma função turística. Os pólos turísticos que se desenvolveram na segunda metade do século XX, um pouco à imagem do que vimos para os Estoris desde o século XIX, partiram sempre de um conjunto de iniciativas, muitas vezes combinadas: de uma empresa (caso de Vilamoura e da Quinta do Lago), de particulares influentes em conjunto com a autarquia, ou então de um projecto urbanístico promovido especificamente pela autarquia (embora não no Algarve, temos os exemplos de Vila Nova de Mil Fontes, da Ericeira e de Santa Cruz).

Um dos fenómenos mais interessantes ao nível de “resorts” foi, a par do Algarve, a

alcançam mais facilmente as populações locais de níveis modestos, que só assim lucram, de forma directa, com o turismo da sua região”. – Idem, p.222.

²³² *Resorts* em larga escala constituídos por um conjunto de hotéis ou de casas de férias, ou por ambos. É o caso da Aldeia Turística das Areias de S. João (Albufeira), da Penina (Portimão), que inclui um campo de golfe, e de Vale do Lobo (Loulé), também com golfe e acesso directo à praia. – Sérgio Palma Brito, vol.2, p.762. É o caso também de Tróia, embora orientado no sentido de um turismo de massas.

península de Tróia. Na primeira metade dos anos 60 foi feito o primeiro plano de urbanização e em 1970 iniciaram-se as primeiras obras do complexo turístico, sob a égide da empresa “Torralta” de Agostinho da Silva. O plano geral de urbanização dividia o terreno em duas áreas: uma zona atlântica com um núcleo central composto por um hotel-casino, centro de negócios e torres de apartamentos de quinze pisos, com um vasto conjunto de equipamentos de apoio à praia, piscinas olímpicas a sul e um campo de golfe; e uma zona essencialmente residencial dispersa por vários pólos, constituída por blocos de apartamentos mais baixos e por três torres que constituiriam o Aparthotel Marina. Os apartamentos funcionariam em regime de *time-sharing*, uma tipologia de habitação colectiva e periódica praticamente desconhecida em Portugal mas que havia feito muito sucesso em Espanha durante os anos 60. Este era um projecto pensado para o turismo de massas, em especial para as classes médias da Grande Lisboa²³³. O complexo turístico de Tróia contou com a participação de cerca de 27 mil accionistas, naquela que foi considerada a primeira experiência de “capitalismo popular” em Portugal, ajudada por uma campanha promocional agressiva. O projecto viria porém a sofrer grandes revezes após o 25 de Abril.

Entretanto, a regulamentação da vigilância nas praias sofria um processo de modernização, sinal de que o poder central acompanhava as novas exigências do turismo balnear. Em 1956 iniciou-se a formação de nadadores-salvadores, que viriam a substituir os antigos banheiros na vigilância das praias (ver figura 7). Em 1958, o ISN, até aí uma organização privada, era tornado organismo público²³⁴. Em 1959, era aprovado o Regulamento de Assistência aos Banhistas nas Praias²³⁵. Segundo este regulamento, a assistência aos banhistas deveria ser feita mediante “serviços de banhos, de vigilância e de enfermagem”, competindo a sua instalação aos concessionários das instalações balneares ou das zonas de praia (art. 1º). A autoridade marítima é que determinava para cada concessão o número mínimo de banheiros, o número e o tipo de embarcações de assistência, bem como o material de salvamento necessário, o número e a localização dos postos de vigia, e a sinalização dos locais perigosos interditados aos banhistas (art.12º). Neste decreto a época balnear era pela primeira vez definida, entre 1 de Julho e 15 de Outubro de cada ano (art.13º), sendo que os concessionários só poderiam exercer a sua actividade fora da época balnear quando fossem “devidamente autori-

²³³ Eduardo Cardoso Mascarenhas de Lemos, *Modelos urbanos e a formação da cidade balnear. Portugal e a Europa*, dissertação de doutoramento em Arquitectura, especialidade de Planeamento Urbano, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Wroclaw, Polónia, 2006. O autor afirma que, para além de Tróia, apenas no Alvor (Algarve) se realizou uma experiência semelhante de pólo turístico de massas, embora numa escala bem menor.

²³⁴ Carlos Manuel de Oliveira Severo, p.77.

²³⁵ Decreto n° 42 305, de 5 de Junho de 1959.

zados pela autoridade marítima local, que para isso verificará as necessárias condições de segurança” (art.14º). O decreto seria revisto dez anos depois, definindo-se então a época balnear entre 1 de Junho e 30 de Setembro²³⁶, reflectindo o que parece ser uma mudança na mentalidade dos banhistas no que respeita aos “meses quentes” (ver capítulos 3 e 4).

Ao mesmo tempo, começaram-se a notar preocupações por parte do poder político com o problema da poluição das praias, como o demonstram o Decreto-Lei nº46 619, de 27 de Outubro de 1965, e o Decreto-Lei nº90/71, de 22 de Março. Estes decretos, emanados do Ministério da Marinha, ocupavam-se da “poluição causada pelos óleos, combustíveis e lubrificantes usados pelos navios”, procurando proteger as “águas, praias e margens, tanto na zona contígua e mar territorial como nos portos, docas, caldeiras e na zona marítima dos rios”²³⁷.

2.5.1. O Algarve nos anos 60

Nos anos 60 o litoral sul do país foi verdadeiramente descoberto, com a ocupação das praias algarvias pelo turismo de massas. A inauguração do aeroporto de Faro permitiu integrar o Algarve nos circuitos turísticos internacionais e aproximá-lo dos centros emissores de clientela, os países da Europa Ocidental. De acordo com Joana Gaspar de Freitas na sua tese dedicada ao litoral português, “entre 1962 e 1965, assistiu-se ao crescimento contínuo do número de turistas ingleses, que se concentravam sobretudo nas praias entre Albufeira e Faro. Nos anos seguintes, aumentou a procura por parte dos alemães que se instalavam preferencialmente a barlavento, em Lagos, Portimão e Sagres”²³⁸.

Ao mesmo tempo, as antigas povoações costeiras iam-se modernizando, sendo dotadas de um vasto conjunto de infra-estruturas de comunicação, de alojamento e de lazer, além da construção de novos empreendimentos turísticos feitos de raiz fora dos meios urbanos, como os *resorts* das Areias de S. João, da Penina, de Vale de Lobo, da Quinta do Lago e de Vilamoura. Segundo Sérgio Palma Brito, foram determinantes para o arranque destes projectos dois factores: a aprovação do Plano Urbanístico do Algarve pelo Ministério das Obras

²³⁶ Decreto –Lei nº49 007, de 13 de Maio de 1969.

²³⁷ Sérgio Palma Brito, vol.2, pp.719-720, 765-766, 932.

²³⁸ Joana Gaspar de Freitas, *O litoral português na época contemporânea...*, p.147.

Públicas e a intervenção de promotores, investidores e turistas, estrangeiros e nacionais, numa escala até aí nunca antes vista em Portugal²³⁹.

O Estudo Preliminar do Plano de Valorização Turística do Algarve, elaborado pelo SNI em 1963, demonstrava já uma atenção das instituições públicas perante o fenómeno das praias algarvias, considerando que “o movimento turístico europeu de imediação da Riviera Francesa (...) de que já se verificaram efeitos da sua projecção para a costa italiana e para a costa espanhola” alcançaria “o Algarve como meta natural dessa expansão”²⁴⁰. O estudo previa que “as extensões de praias que vão desde a Praia da Rocha até à foz do Odiáxere, em Alvor”, e a que se desenvolvia “entre Monte Gordo e Vila Real de Santo António”, seriam as que melhor poderiam corresponder a um tipo de “turismo intenso de exploração industrial, com diversões de toda a ordem”. No capítulo V referia-se que “as estâncias climáticas, balneares ou termais” eram “as bases do desenvolvimento turístico; mesmo quando se apresentavam como “casos isolados”, constituíam “pólos de atracção urbanística” que conduziavam à “criação de novos aglomerados populacionais”²⁴¹.

No início do ano seguinte, uma equipa de urbanistas liderada pelo italiano Luigi Dodi enviava para o Ministério das Obras Públicas um documento intitulado “*Planeamento Urbanístico da Região do Algarve. Esboço da Faixa Marginal. Memória Descritiva*”, no qual se começavam a levantar preocupações com a preservação paisagística e ambiental da região. No capítulo II sugeria-se, para as “zonas com valor paisagístico”, a “construção com carácter muito extensivo e pouco frequente e com altura muito limitada”. Estas zonas seriam toda a faixa costeira ocidental até Quarteira e as principais estradas com interesse turístico²⁴². No capítulo IV, o estudo considerava essencial ligar-se Lisboa ao Algarve por uma auto-estrada paralela à costa ocidental e que depois continuasse pela costa meridional até à fronteira espanhola. Esta auto-estrada não só permitiria a rápida comunicação entre a capital e o Algarve, como a “rápida ligação dos aeroportos a todas as localidades da região”²⁴³.

No seguimento deste estudo, o Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve apre-

²³⁹ S. Palma Brito, vol.2, p.762. “Com efeito, o interesse dos estrangeiros pelo Algarve precipitou uma corrida à compra de propriedades – especialmente junto ao mar – que fez subir o seu valor comercial e deu lugar a um verdadeiro delírio especulativo em nome da competição pelos grandes lucros”. – Joana Gaspar de Freitas, *O litoral português na época contemporânea...*, p.256.

²⁴⁰ Paulo de Carvalho e Cunha, *Plano de Valorização Turística do Algarve. Estudo Preliminar*, Lisboa, SNI, 1963, p.54. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.800.

²⁴¹ Paulo de Carvalho e Cunha, pp.10-11, 23, 41. Citado em S. Palma Brito, vol.2, pp.799-800.

²⁴² Dodi, Reggio, Morini e Toschi, *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve. “Esboço da Faixa Marginal, Memória Descritiva”*, 31/01/1964, p.9. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.803.

²⁴³ Idem, pp.15-16.

sentou em Maio de 1964 um novo relatório²⁴⁴. Neste estimava-se um potencial turístico na região, por comparação com a costa italiana, de 10 mil turistas por quilómetro de praia. Calculado o comprimento das praias do Algarve, “verdadeiramente utilizável”, em 67 km²⁴⁵, o Algarve poderia teoricamente albergar cerca de 677 mil turistas em simultâneo, num prazo de 30 anos²⁴⁶. Ao mesmo tempo, salvaguardar-se-iam os 60 km de falésias, impedindo aí a construção. O relatório previa também a orientação da grande massa de turistas para as zonas junto das grandes praias, reservando-se as instalações hoteleiras de maior categoria para os “locais adjacentes a praias mais pequenas, onde geralmente a paisagem natural tem elevado interesse”²⁴⁷.

Estes dois estudos dariam origem a um relatório apresentado à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, e que seria recebido pelo ministro Arantes de Oliveira com bons olhos. Porém, um parecer do SNI, datado de Agosto de 1964, criticava o relatório, afirmando não poder aceitar-se “os princípios enunciados (...) que” pretendiam “sugerir o aproveitamento qualitativo em função das praias”. Considerava “a possibilidade de se dotar o Algarve, até 1982, com 260 000 camas” como “manifestamente inaceitável”, pois equivaleria “à necessidade de se construírem anualmente 90 hotéis com 100 quartos cada” e “implicaria a imigração anual, manifestamente impossível, de cerca de 14 700 pessoas” para a região. Criticava ainda a orientação tomada quanto às comunicações, nomeadamente o facto de os caminhos-de-ferro não serem contemplados no plano, e a construção da nova auto-estrada, “praticamente e em grande parte, decalcando o seu percurso pelo caminho-de-ferro”, o que criaria “uma posição de concorrência” que se afigurava “pouco desejável”. Por fim, uma nova via rápida paralela ao litoral Sul também não seria conveniente, pois apareceria “como uma duplicação da EN125” e prejudicaria a “própria expansão urbanística de muitas localidades importantes”²⁴⁸. Parecem ter havido vozes no SNI que não concordavam com uma expansão rápida do turismo algarvio, pelo menos nos moldes que o Ministério das Obras Públicas e os urbanistas pretendiam²⁴⁹.

²⁴⁴ *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve – “Esboçeto” e Orientação Geral*, Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, Maio 1964. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.806.

²⁴⁵ Dodi, Reggio, Morini e Toschi, *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve*. “Esboçeto da Faixa Marginal, Memória Descritiva”, 31/01/1964, p.13. Citado em S. Palma Brito, vol.2, pp.803-804.

²⁴⁶ *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve – “Esboçeto” e Orientação Geral*, Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, Maio 1964, p.22. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.808.

²⁴⁷ *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve*, pp. 20-21, 24, 29, 79-80. Citado em S. Palma Brito, vol.2, pp.807-809.

²⁴⁸ Idem, p.20. SNI, *Parecer sobre o Relatório do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve*, Agosto 1964, pp.9-10, 11, 20. Citado em S. Palma Brito, vol.2, p.812.

²⁴⁹ O próprio Salazar, num despacho de 1965 citado por Paulo Pina, manifesta a sua apreensão relativamente à ausência de um plano que promova o progresso equilibrado da região: “Receio que estejamos estragando o

Em Outubro de 1966 Luigi Dodi concluía a primeira parte do *Anteplano Regional do Algarve*. Neste trabalho o autor voltava a insistir nalguns pontos que já defendera nos relatórios de 1964, nomeadamente a necessidade de concentrar a população algarvia em grandes núcleos, junto às praias e fora das áreas protegidas²⁵⁰. Esta população não deveria ser meramente turística, pois as excelentes condições climatéricas do Algarve permitiam-lhe ser um local apetecível de “residência prolongada para pessoas desejosas ou necessitadas de repouso”. Dodi chamava a atenção para a necessidade de concentrar as atenções “essencialmente sobre uma estreita faixa de terreno junto ao mar”, de forma a “fomentar no Algarve um turismo de certo nível destinado a nacionais e a estrangeiros. Essa faixa constitui, portanto, a matéria-prima para tal fomento”. Considerava, porém, que se estava “longe da capacidade teórica das praias como do começo de um turismo de massas, que só por si” poderia “remover a paralisia económica e dar impulso a um desenvolvimento da região”. O autor salientava também que existiam “actividades desportivas” que poderiam “constituir motivo de atracção, como a caça e pesca submarina, além de – evidentemente – outros desportos clássicos de água (vela, remo, natação, etc.)”²⁵¹. O anteplano teve desta vez uma recepção favorável por parte do SNI, que no mesmo ano elaboraria um novo plano para a região, o *Planeamento Turístico do Algarve*. Este baseava-se em muitos dos pressupostos do trabalho de Dodi, considerando a aposta no turismo de qualidade o primeiro passo para fomentar um turismo de massas na região²⁵².

A 18 de Março de 1970 o Decreto-lei nº 114/70 criava a Região de Turismo do Algarve, confiando à nova Comissão Regional o cumprimento de um plano de infra-estruturas urbanísticas até finais de 1974²⁵³. Parecia ser a primeira grande confirmação política do fenómeno turístico algarvio.

Em matéria de jogo, em 1969 o Algarve foi adjudicado como zona de jogo permanente a uma única empresa, podendo a respectiva exploração exercer-se em dois casinos situados

Algarve com a pressa de dotá-lo de certo número de quartos, considerado necessário ao desenvolvimento do turismo (...) O turismo há-de passar e o Algarve fica. E se o deformarmos por causa do turismo, nunca mais o recompondemos” (Paulo Pina, p.225). É de notar que, entre 1962 e 1970, o distrito de Faro registou um aumento da capacidade hoteleira de 6 247 camas (154% de crescimento), superior ao de Lisboa (5 665 camas, apenas 35% de crescimento) e de Setúbal (842 camas, 53%). – Carminda Cavaco, *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, p.253.

²⁵⁰ Segundo Dodi, um dos objectivos do Plano era sustentar a emigração da população algarvia, que levava à sua redução nos anos 50. – Sérgio Palma Brito, vol.2., p.825.

²⁵¹ Dodi, *Anteplano Regional do Algarve*, Milão, Outubro 1966 (policopiado), trad. Portuguesa DGSU, pp.72, 150, 178, 179. Citado em S. Palma Brito, vol.2, pp.825-827.

²⁵² Joana Gaspar de Freitas, *O litoral português na época contemporânea...*, p.270.

²⁵³ S. Palma Brito, vol.2, pp.772-773; Paulo Pina, p.225.

em concelhos diferentes – Alvor (Portimão) e Monte Gordo (Vila Real de Santo António)²⁵⁴. Dois anos depois esta podia ser já exercida em três casinos²⁵⁵, em perspectiva da abertura do casino de Vilamoura, o que demonstra a importância que o turismo algarvio, associado ao jogo, assumia já no início dos anos 70.

²⁵⁴ Decreto nº 49 463, de 27 de Dezembro de 1969. Citado em S. Palma Brito, p.787.

²⁵⁵ Decreto nº134/71, de 8 de Abril de 1971.

Capítulo 3 – A praia e as culturas sociais

3.1. A praia e a aristocracia

Como vimos a propósito do chamado “ressurgimento” dos banhos do mar no Ocidente a partir do século XVIII, este aparente ressuscitar de uma prática antiga deveu-se em grande medida à acção de uma elite social, que rompeu com o conceito tradicional de vilegiatura (rural ou termal) e a transferiu para o litoral. Esta elite é geralmente apontada como a aristocracia setecentista inglesa, como tivemos ocasião de ver. Porém, as práticas organizadas da vilegiatura marítima europeia, com o desenvolvimento das primeiras estâncias balneares no continente e a criação de um “estilo de vida” balnear, só se dão a partir da primeira metade do século XIX. Talvez por essa razão, sejam as “classes burguesas” apontadas por alguns sociólogos e historiadores (caso de Maria da Graça Briz, ver nota 28) como o grupo social responsável por este processo, ao veicularem uma cultura higienista e racionalista do corpo diferente da aristocrática (como veremos, esta separação não é assim tão radical), e simultaneamente promovendo um conceito de vilegiatura num espaço que não é fechado (como as propriedades aristocráticas), mas sim público e aberto ao resto da sociedade – a praia²⁵⁶.

A socióloga Helena Cristina Ferreira Machado, na sua obra *A construção social da praia*, fala de um processo de “culturalização da praia” ou mesmo de um “processo civilizacional” (Norbert Elias²⁵⁷), por parte das classes sociais mais elevadas, isto é, um processo pelo qual “as manifestações brutas e directas da natureza marítima podem ser apropriadas e utilizadas nos padrões de comportamento e de sensibilidade” destas classes. Este processo

²⁵⁶ A propósito disto, a *Ilustração Portuguesa* num artigo de 1906 compara a vilegiatura em Sintra e em Cascais por parte da aristocracia: “Sintra é um centro de reunião tradicionalmente exclusivista. A centenária vila ficou sempre aristocrática, através dos tempos e das revoluções. Sintra é ainda hoje, com raras excepções, apanágio de uma casta. Sintra é, hereditariamente, uma propriedade particular: a propriedade de uma classe. A vida de Sintra é ainda uma vida senhorial, uma vida de quinta, ao abrigo de muros heráldicos. (...) Em Cascais nada resta que lembre o passado. (...) esta grande família mundana, que habita Sintra de Julho a Setembro, dando-se ao luxo de um exclusivismo que está longe de manter logo a seguir em Cascais, essa pequena sociedade elegante e não formalista, que faz escola de boas maneiras, não é, a bem dizer, uma nata fidalga, que se retrai à convivência do intruso com receio de desmerecer na sua nobreza inacessível. A nobreza, hoje, é mais de educação que de sangue. (...) Sintra conservou-se, pela sua natureza topográfica, uma vilegiatura de proprietários. Os seus hotéis dão apenas de almoçar aos lisboetas nos domingos e quase só hospedam ingleses. Não há uma praia, um parque, um casino, um club, que favoreça a reunião de elementos estranhos.” – “Sintra – Vilegiatura da Nobreza” in *Ilustração Portuguesa*, nº31, Lisboa, Empreza do Jornal *O Seculo*, 24/09/1906. Citado em Maria da Graça Briz, 1989, pp.10-11.

não seria conduzido apenas pelas elites, mas por estas acompanhadas de intermediários – nomeadamente os médicos, que já tivemos ocasião de referir a propósito da divulgação do discurso terapêutico sobre os banhos de mar, em Inglaterra e em Portugal. A autora conclui assim que “o processo social de classificação dos banhos de mar como «prática civilizada» foi dinamizado e sucessivamente construído por estratégias de diferentes actores, entre os quais a aristocracia e os médicos ao seu serviço”. Pelo facto de o intermediário – neste caso o médico, logo depois o banheiro – se revelar essencial para quebrar a fronteira entre a “natureza” (o mar) e a “civilização” (o nobre), Helena Machado considera que a interacção entre as elites sociais e a natureza marítima vai estar absolutamente dependente daquilo que estes intermediários dizem sobre a forma de utilização da água do mar²⁵⁸. Porquê este processo ter sido concretizado apenas a partir do século XVIII? Baseando-se mais uma vez em Norbert Elias, Helena Machado coloca a hipótese de a estadia à beira-mar por parte da aristocracia corresponder a uma “prática de distinção social”, num contexto em que a sua posição social estaria ameaçada por vários factores (nomeadamente a formação do Estado absolutista, a ascensão social das camadas burguesas, o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização). Além disso, a prática dos banhos de mar, apoiada pelo discurso médico, constituiria uma espécie de “terapia do corpo e da alma”, necessidade criada pela padronização dos comportamentos aristocráticos ao longo dos séculos anteriores²⁵⁹ (ver capítulo 4).

A praia vai assim deixar de ser o “território do vazio” (para utilizar a expressão de Corbin) e o mar o símbolo do caos, da destruição e da punição divinas, para se tornarem cada vez mais objecto de novas leituras e emoções. Desta forma a praia transforma-se de um local originalmente “não civilizado”, frequentado desde há séculos por marinheiros, pescadores e varinas, para um local “civilizado”, ou seja, socialmente distinto. A presença das elites é que irá determinar quais as praias que sofrem este processo, originando assim um sentimento de emulação por parte das classes situadas hierarquicamente abaixo, a começar pelas “classes médias”. Como afirma Alain Corbin, “na Inglaterra, na França e às vezes nas margens do Báltico, é a alta aristocracia que desempenha o papel condutor; muito frequentemente, são as próprias famílias reais que determinam a criação ou a voga das estações; são elas, de qualquer

²⁵⁷ Norbert Elias, *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, Lisboa, D. Quixote, 2004.

²⁵⁸ Helena Cristina Ferreira Machado, pp.42-43. É de notar que o “banho santo” estará sempre à margem destas lógicas, traduzindo antes o que seria uma ligação primordial com o mar, que será primeiramente partilhada pelas classes populares) (ver figura 8).

²⁵⁹ Idem, pp.61-62.

maneira, que provocam o efeito de moda”²⁶⁰.

Em Portugal, à semelhança do que aconteceu em Inglaterra e noutros contextos europeus, este “processo civilizacional” da praia começou, como vimos no capítulo anterior, na segunda metade do século XVIII. Este fenómeno deu-se sob o impulso de um discurso médico sobre os banhos de mar, que no entanto só começou a ser divulgado de forma sistemática nas primeiras décadas do século XIX. Basta pensarmos nas praias de Póvoa de Varzim e Figueira da Foz, que começaram desde cedo a ser frequentadas por membros das elites vindos de longe, devido aos supostos benefícios terapêuticos. Estes indivíduos eram essencialmente de origem real ou nobre (veja-se o que sucede entre Caxias e Pedrouços), religiosos ou cónegos regrantes (Póvoa de Varzim, Figueira da Foz, Santo António do Estoril), os grupos sociais hierarquicamente melhor colocados durante o Antigo Regime português. Note-se que a grande aristocracia portuguesa, além de sensível aos efeitos terapêuticos do mar, seguia também uma tendência que, como vimos, se iniciara em Inglaterra na segunda metade do século XVIII e em França a partir dos anos 20 do século XIX. Na sua tese de doutoramento, a historiadora Joana Gaspar de Freitas explica que, “durante o período do exílio (em consequência das guerras liberais) ou em viagens de recreio, alguns titulares da nobreza portuguesa tiveram oportunidade de conhecer as praias da moda em Inglaterra e França, onde se familiarizaram com as regras, as práticas e as sensações associadas ao usufruto do espaço costeiro, cujos modelos introduziram nas estâncias balneares nacionais”²⁶¹. Existia assim um sentimento claro de emulação e uma necessidade de fazer da praia um espaço de distinção social²⁶².

Desde cedo, começou-se igualmente a observar indivíduos de origem possivelmente não nobre (famílias da burguesia inglesa em Leça, as famílias portuenses na Foz do Douro descritas por Ramalho Ortigão²⁶³, estudantes e funcionários da Universidade de Coimbra na Figueira da Foz, etc.) a frequentar as praias, o que traduziria uma mudança que estaria a ser operada na sociedade portuguesa, principalmente após a consolidação do liberalismo. Esta “sociedade burguesa” estabelecer-se-ia de forma veemente durante a Regeneração, período que ofereceu as condições políticas, económicas e sociais ideais para o triunfo de um “estilo de vida” burguês em Portugal.

²⁶⁰ Alain Corbin, p.287.

²⁶¹ Joana Gaspar de Freitas, *O litoral português na época contemporânea...*, p.69.

²⁶² Maria Luísa M. Afonso Martins, p.34.

3.2. A "apropriação" burguesa da praia

Como vimos no capítulo dedicado à evolução da vilegiatura marítima entre o início da Regeneração e o fim da Monarquia, este período foi marcado essencialmente pela consolidação de um conjunto de praias, associadas a um paradigma burguês, que de um modo geral se manteria até à década de 60 do século XX. É neste período que são “canonizadas” as praias socialmente bem frequentadas, cânone que Ramalho Ortigão bem expressa na sua obra *As praias de Portugal*, e que sofre poucas alterações nas décadas que se seguem.

É de notar, por um lado, que os conceitos de "burguesia" ou de "classes burguesas" devem aqui ser matizados pela sua heterogeneidade e dificuldade de compartimentação social. Por outro lado, aquilo que chamamos uma “apropriação burguesa da praia” não o é de facto, pois outros estratos sociais – a começar pela família real, passando pelos pares do Reino e pelas antigas famílias da alta e baixa nobreza, acabando nos camponeses e pescadores – continuaram, como é óbvio, a frequentá-la. Porém, foi na segunda metade do século XIX que se assistiu em Portugal a um confluir de condições que contribuiu para que o paradigma da “praia burguesa” (já vamos ver o que isto significa) se impusesse. Algumas destas condições já foram referidas anteriormente – é um período de estabilidade política, em que se impõe um modelo de monarquia constitucional em que vigoram dois partidos que se vão alternando (o rotativismo), pelo menos até 1890, em contraste com a primeira metade de oitocentos, pontuada por conflitos sociais e guerras civis; é um período de relativa estabilidade económica para o país (pelo menos até à crise financeira dos anos 90), em que se assiste à construção de um conjunto de meios de comunicação e transportes, nomeadamente estradas macadamizadas e linhas-férrreas, e a uma grande expansão urbana e demográfica; por fim, é um também um período de relativa estabilidade social, na medida em que o descontentamento das classes populares está em grande medida contido pelo sistema político e pelo crescimento económico, e em que sectores da alta burguesia tomam a dianteira das actividades económicas nacionais, nomeadamente o comércio, a indústria e a finança, ao mesmo tempo que surgem novos grupos sociais ligados às profissões liberais, bem como uma pequena burguesia cidadina.

Reuniam-se assim as condições necessárias para que as classes burguesas impusessem o seu estilo de vida e tomassem a dianteira na concretização de um modelo de praia diferente do anterior. O principal símbolo, e provavelmente também o principal factor, desta mudança

²⁶³ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, pp.29-44.

foi o comboio. Este meio de transporte veio facilitar o acesso à praia não só por parte das classes burguesas, mas também dos camponeses, que podiam pela primeira vez realizar excursões de apenas um dia à praia (ao domingo, dia de folga do trabalho²⁶⁴), rompendo assim com uma dependência ancestral dos calendários de trabalho. Porém, como salienta Helena Machado, a própria viagem de comboio ajudou a “reproduzir desigualdades sociais”, havendo comboios diferentes para grupos com poder económico diferente²⁶⁵. Este processo de generalização do ir à praia já estava a ter lugar ainda antes da expansão do caminho-de-ferro, com a construção de melhores estradas, ligando os núcleos urbanos às vilas balneares (Foz do Douro, Cascais, etc.), e com o desenvolvimento de meios de transporte, quer terrestres (*chars-à-bancs*, americanos), quer fluviais (carreiras de vapores), que expressavam este desejo de imitação daquilo que era até então uma prática dispendiosa (o viajar e vilegiar), consignada em grande medida à aristocracia.

Em simultâneo com este processo, a burguesia formou um novo paradigma do que era a estadia na praia. Mantendo o pressuposto da “praia terapêutica”, levou este conceito mais longe, no sentido da construção de um corpo vocacionado para o trabalho e para o progresso, fortalecido pela água e pelo clima marítimos. Porém, a praia terapêutica/ curativa será direccionada sobretudo para o universo feminino e infantil (ver figuras 9-20), na tentativa de regravar os corpos da mulher e da criança (ver capítulo 4), enquanto que para o “pai de família” o ir à praia era sobretudo um acontecimento social.

Esta divisão relacionava-se com a concepção de que ao homem cabia a responsabilidade pela esfera pública e à mulher a da esfera privada (a família), ocupando espaços distintos no seu quotidiano. Enquanto para o homem o espaço público era “uma dimensão importante da formação da sua personalidade, uma área de evasão legítima, de liberdade”, para a mulher era um espaço onde se corria o risco de perder a virtude, caindo no vício e na desgraça²⁶⁶. Tendo em conta a praia como espaço público, é fácil perceber por que razão nesta altura os banhos de mar e a permanência no areal eram geralmente curtos: enquanto se cumpria o

²⁶⁴ “É a villegiatura dominical dos pobres, contagiados pelo exemplo dos ricos.” – Carlos Malheiro Dias, *Cartas de Lisboa*, 2ª série, Lisboa, Livraria Clássica, 1905, p.299. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.70.

²⁶⁵ Helena Machado, pp.73-74.

²⁶⁶ Idem, pp.130-131. Como refere Alain Corbin, “para uma mulher da burguesia, há algo de extraordinário em deixar a *privacy*, ainda que seja uma carruagem de banho, e deparar-se no espaço público, os cabelos soltos, os pés descalços, os quadris à mostra, ou seja, em trajes que se reserva para aquele com quem se escolheu partilhar a intimidade. (...) Para as burguesas condenadas ao lar, mais que para as aristocratas habituadas à vida mundana, a prescrição médica possibilita uma liberdade inesperada, reserva de insólitos prazeres.” Já para as mulheres das classes baixas há quase um desconhecimento deste pudor – “Menos preocupado com o

“ritual terapêutico” do banho de mar durante a manhã por parte das mulheres, das crianças e de todos aqueles que o quisessem fazer (“por necessidade poucos, por snobismo muitos”²⁶⁷), a praia tornava-se um local propício ao *voyeurismo* (“mirones que se detêm a observar as meninas durante o banho”), à má-língua²⁶⁸ ou ao *flirt*²⁶⁹. Ao banho matinal sucedia um conjunto de espaços e actividades de lazer e convívio – os terraços, as esplanadas, os miradouros, os passeios junto à praia, os piqueniques, os chás, etc. – de que a mulher podia legitimamente usufruir, isenta dos perigos do meio urbano (ver figura 21). Pelo contrário, os espaços onde predominava o universo masculino – cafés, casinos, salas de jogo – eram normalmente vedados à mulher²⁷⁰.

É curioso observar como, à medida que a “praia terapêutica” foi dando lugar à “praia lúdica”, os espaços de sociabilidade foram transferidos do exterior da praia (esplanadas, terraços, miradouros) para o próprio areal (ver figuras 22 e 23). Isto fez com que a praia se tornasse um local predilecto dos jovens de ambos os sexos, no qual se estabeleciam “rituais de sedução, nomeadamente através dos jogos e do desporto”²⁷¹.

medo da violação ocular, menos penetrado pelo sentimento da *privacy*, o banho popular autoriza a mistura dos sexos”. – Alain Corbin, pp.89 e 94.

²⁶⁷ António Mesquita de Figueiredo, “Figueira da Foz, Estação Balnear” in *Ilustração Portuguesa*, Vol. II, 1906, pp.147-154.

²⁶⁸ Veja-se, por exemplo, a crónica do jornal *A Praia*, de 1896, em que o autor descreve a praia de S. João do Estoril como um local de hipocrisia e maledicência. - *A Praia*, dir. Luis da Matta, José da Graça e A. de Vasconcellos Cohen, nº1, S. João do Estoril, 1896.

²⁶⁹ Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.194.

²⁷⁰ Idem, pp.132-134. Eduardo Sequeira, na sua obra *À beira-mar*, oferece-nos um retrato crítico do quotidiano burguês numa praia: “A vida na praia entre nós é geralmente duma monotonia atroz. Findo o banho, almoça-se, e a parte masculina procura na cidade ou villa próxima as suas quotidianas ocupações que lhe façam decorrer rápido o dia, regressando à beira-mar à noute para jantar e dormir, a fim de poder levantar-se no dia seguinte, cedo, para o banho. A esposa e as filhas, essas, passam o tempo em casa, nas mesmas ocupações ménagères da cidade sem uma única distração, sem fazerem o menor passeio, nem procurarem re confortar o depauperado organismo aspirando à beira d’agua as fortemente salutaras brisas marítimas. Às vezes, e felizmente não em todas as praias, lá vão um pouco à assembleia, estragar o que obtiveram a bem da saúde com os banhos, na walsa estonteadora, e corromperem-se moralmente na corriqueira bisbilhotice feminina, enquanto o chefe da casa arruína as finanças na classica batota, o terrível cancro de todas as estações balneares”. – Eduardo Sequeira, *À beira-mar*, Porto, Livraria Cruz, 1889, p.14. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.336.

²⁷¹ Helena Machado, p.134-135. A propósito do convívio no areal, António Alçada Baptista escreve sobre a sua infância nos anos 30: “Na praia temos uma barraca alugada e um toldo. Minha mãe escolhe sempre uma barraca ao pé das famílias conhecidas, sobretudo católicas, gente sã porque, nas praias, se não se intensificar a nossa vida espiritual, com facilidade se pode cair na dissolução dos costumes. Antes da época balnear, nas homilias das missas, os padres chamam a atenção para os perigos que se avizinham nas praias. Falam na modéstia do vestir e na castidade sobretudo do olhar que, na estação calmosa, está mais exposta às tentações do demónio.” – António Alçada Baptista, “Com os olhos de 1939”, Crónica no *DN Magazine*, 1978. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.2, p.593.

3.3. A diferenciação social na praia

O “ir à praia” no sentido moderno do termo deu-se por intermédio de um “processo civilizacional” levado a cabo pelas elites, sendo que estas adoptaram determinadas praias como locais de distinção social. Porém, as praias socialmente prestigiadas foram mudando ao longo do tempo, à medida que as elites mudavam as suas estadias à beira-mar para outros locais e que as praias anteriormente consideradas “de elite” se iam popularizando e dando lugar a outros grupos sociais²⁷². Como afirma Maria Luísa M. Afonso Martins, “a população balnear é muito instável, vai escolhendo as praias por imposição da moda, sempre que os seus recursos económicos lho permitem, e afastando-se progressivamente para sítios que lhe permitam um certo pioneirismo”²⁷³. Além disso, dentro das mesmas praias, os horários e os períodos de frequência não eram os mesmos para todas as classes sociais.

Determinadas praias (Póvoa de Varzim, Foz do Douro, Figueira da Foz, Caxias, Algés e Pedrouços) desde cedo (finais do século XVIII) destacaram-se pelas elites que as frequentavam. À medida que os grupos sociais intermédios e mais baixos começaram igualmente a frequentar estas praias²⁷⁴, “surgiram” outras de cunho marcadamente elitista (Granja, Paço de Arcos²⁷⁵, Cascais, Estoris, etc.) que de alguma forma se sobrepuseram às primeiras²⁷⁶ – recorde-se a importância que a corte (no caso de Cascais²⁷⁷) ou a construção de novos

²⁷² Como refere João Miguel Rodrigues Henriques, “a ambição de manter um ambiente de distinção conduziu, mesmo, as elites sociais, fomentadoras da vilegiatura marítima, a procurar novos espaços assim que consideravam profanada a parcela de litoral que haviam eleito.” – João Miguel Rodrigues Henriques, p.58.

²⁷³ Maria Luísa M. Afonso Martins, p.145. A ser verdade esta afirmação, poderá denotar um certo aventureirismo e obsessão com a terra virgem, associados à praia.

²⁷⁴ Luís Paulo Saldanha Martins salienta que praias como a Foz do Douro e a Póvoa de Varzim, por se situarem próximas de um grande núcleo populacional (a cidade do Porto), apresentavam um leque social mais diversificado. A ausência de gastos em alojamento, possibilitada pela deslocação do banhista à praia e regresso no mesmo dia, permitia que estas praias fossem frequentadas por grupos sociais de menos posses. O mesmo teria sucedido com as praias da barra do Tejo. – Luís Paulo Saldanha Martins, p.53.

²⁷⁵ “Mais tarde também se refugiaram na praia elegante [Paço de Arcos] todos os banhistas que abandonavam Pedrouços e as outras praias vizinhas de Lisboa, banhistas espavoridos com a invasão desses lugares pelos veraneantes da burguesia endinheirada”. – Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, p.135.

²⁷⁶ Em finais do século XIX, António Bandeira refere a propósito das praias da Linha de Cascais: “Assim como Pedrouços é a praia do Commercio, Paço d’Arcos a da Burocracia, e os Estoris as da Burguesia, Cascais é a praia do *High-Life*.” – António Bandeira, “As praias portuguesas” in *Brasil-Portugal*, Anno I, nº18, dir. Augusto de Castilho, Jayme Victor, Lorjó Tavares, ed. Luiz Antonio Sanches, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Outubro de 1899, p.7. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.145.

²⁷⁷ “Cascais, com a adjacência dos Estoris (...) era a corte na intimidade, em robe-de-chambre, mais fáceis as relações, mais acessíveis e amáveis, tu cá, tu lá. Quase tudo gente do rei, que ia para lá cedo, por meados de Setembro, cansados de Sintra onde D. Carlos raro pernoitava”. – Raul Brandão, *Memórias*, Vol.I, Lisboa, Relógio d’Água, 1998, p.227. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.344. Como afirma João Miguel Rodrigues Henriques, “a vilegiatura cascaense ficou a dever à Família Real a sua definitiva nobilitação”. – João Miguel Rodrigues Henriques, p.61.

empreendimentos (caso da Granja, do Bairro Novo na Figueira da Foz, da Companhia do Monte Estoril e do Estoril de Fausto de Figueiredo) tiveram no “processo de civilização” destas novas praias. Algumas das antigas praias “de elite” sofreram também os efeitos nefastos da expansão urbana e industrial na zona de Lisboa – casos de Pedrouços, Algés, Cruz Quebrada, Caxias e Paço de Arcos –, o que levou ao seu progressivo despovoamento e, no primeiro caso, desaparecimento físico. Por fim, as novas concepções sobre o corpo contribuíram para uma gradual valorização das praias mais quentes (e portanto mais a Sul), processo que se afirmou nos anos 60 (ver capítulo 4). Disto tudo não podemos alhear o papel fundamental que os vilegiadores e turistas estrangeiros assumiram no “processo de civilização” das praias portuguesas.

Dentro de um mesmo contexto espaço-temporal, o “ir à praia” por parte de vários grupos sociais variava consoante diversos factores – um deles era o espaço físico da própria praia, onde este grupos geralmente tinham áreas mais ou menos delimitadas²⁷⁸. Outro factor eram as alturas do ano e do dia – atendendo às preocupações médicas, havia a noção por parte das elites, pelo menos durante o século XIX, que os banhos de mar preferencialmente não deveriam ser tomados nos meses quentes (Julho e Agosto) ou, pelo menos, nas alturas do dia em que o sol estivesse mais elevado²⁷⁹. Assim, uma boa parte da alta sociedade preferia passar os meses quentes nas suas quintas (em Sintra, em Oeiras ou no Ribatejo, por exemplo)²⁸⁰, rumando às suas casas de praia apenas em Setembro e aí ficando até Novembro²⁸¹ (altura em

²⁷⁸ Veja-se o que António Bandeira diz a propósito das praias de Paço de Arcos: “A de leste é uma praiasita pacata, onde mergulha um resumido numero de pessoas. A do meio é uma praia de *high-life*, para raros apenas. A de oeste é a praia geral, onde se vê Paço d’Arcos em *maillot* às riscas, a tomar o seu banho, de manhã cedo.” – António Bandeira, *Idem*. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.145.

²⁷⁹ A propósito disto, Sérgio Palma Brito cita um artigo do jornal *O Panorama (Jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, dir. Alexandre Herculano, nº18, Lisboa, Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, de 2 de Setembro de 1837, p.141: “... os banhos do rio e do mar só podem ser permitidos no clima e na estação que mantenha a água em conveniente grau de temperatura – Em Portugal só começamos a fazer uso destes últimos banhos desde o mês de Setembro até o de Novembro. (...) Mas é porventura verdade, como o afirma uma preocupação vulgar, que seja perigoso tomar banhos durante os caniculares, isto é, desde o meado de Julho até o meado de Agosto? Este ponto merece explicação. É certo que a constelação da canícula (aliás cão celeste) nenhuma influência maligna exerce, e não há razão de proibir cegamente, por causa de um medo astrológico, os prazeres e vantagens do banho frio, ou antes fresco, durante os grandes calores dessa época; mas é também certo que nesse espaço de tempo, mais do que nenhum outro, se devem temer os raios solares, então mais ardentes que nunca; porque uma impressão violenta do sol pode não só determinar erupções rubras incómodas na pele, mas também uma febre cerebral e apoplexia. Em geral, para tomar banhos devem as manhãs e as tardes ser preferidas ao meio-dia: as manhãs na força do estio; e as tardes no princípio e no fim da estação de banhos”. – Sérgio Palma Brito, vol.1, p.240.

²⁸⁰ Segundo Maria da Graça Briz, “a mais arreigada tradição de veraneio em Portugal” era “o climatismo, a fuga ao calor para a quinta de recreio ou de «fresco» no campo ou na serra”. – Maria da Graça Briz, “Vilegiatura balnear – imagem ideal/ imagem real” in *Revista de História de Arte*, nº3, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História de Arte – FCSH-UNL, 2007, p.260.

²⁸¹ “Com os primeiros dias de Setembro, terminou o período consagrado pela moda à vilegiatura de Sintra. Desde que o mês de Agosto finda, até que S. Carlos começa, prescrevem as praxes que esta estação marítima suceda à estação de montanha. Enchem-se nesta época, até deitar por fora, as praias de banhos da baía do Tejo

que se iniciava a temporada no Teatro S. Carlos²⁸²). O conceito de “estação de banhos” (algo variável na sua duração²⁸³) era assim definido pela frequência dos grupos sociais mais elevados. Note-se que algumas destas famílias podiam prolongar a estadia na praia até cerca de três meses, o que revela a sua independência face ao trabalho. Por seu lado, os camponeses, lavradores e proprietários rurais do interior frequentavam as praias apenas terminado o Verão e o período das colheitas²⁸⁴. Parece haver então, além de uma hierarquização social das praias, uma sazonalidade social no “ir à praia”.

Devido ao seu papel nos trabalhos rurais, os pequenos proprietários e assalariados eram geralmente os últimos grupos sociais a frequentar a praia ao longo do ano. Eram frequentemente associados à expressão “banhista de alforge” por levarem o seu farnel para a praia²⁸⁵, uma vez que não tinham meios financeiros para comprar alimentos no local nem uma casa perto onde pudessem cozinhar. Esta situação contrastava com as famílias das elites, que tomavam as refeições nas casas de férias situadas perto da praia, ou eventualmente nos cafés e clubs. Como afirma Helena Machado, este era considerado, já por si, um elemento de menor sofisticação por parte dos camponeses, em contraste com o comportamento “civilizado” das classes mais elevadas.

Mais tarde, quando assistimos a um maior desenvolvimento dos transportes, seria possível a estes “banhistas de alforge” frequentarem as praias cada vez mais nos mesmos períodos que os outros grupos sociais, por exemplo aos fins-de-semana. As estratégias de distinção social passariam assim pelo horário de frequência da praia. Os camponeses e as pessoas de fracos recursos económicos começavam a frequentar a praia e tomavam o seu

e do litoral, desde Setúbal até Âncora. Lisboa inteira debanda”. - Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol.VI, p.297. Já Thomaz de Mello Breyner afirma nas suas memórias: “A aristocracia, autêntica ou feita à pressa, bem como a alta burguesia, só voltavam das quintas, de Sintra e das praias, depois de 20 de Outubro. Achava-se até indecente e possidónio vir antes dessa data para a Capital”. – *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner*, vol.I, p.313. Citado em S. Palma Brito, p.344.

²⁸² “A sociedade lisboeta tinha dois pontos principais de contacto – Cascais e o Teatro de S. Carlos. Era aí que os ricos, ou os que aparentavam, procuravam impor-se a certa roda, que dificilmente os recebia.” – Raul Brandão, *Memórias*, vol.I, p.225. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.344.

²⁸³ Paula M. Pereira de Oliveira Dias aponta-a, no caso da Figueira da Foz em inícios do século XX, para o período entre meados de Julho (altura em que chegavam os banhistas espanhóis) e 20 de Outubro (altura em que os casinos encerravam). – Paula M. Pereira de Oliveira Dias, pp.191-193. Luís Paulo Saldanha Martins afirma que nas praias do Norte durante o século XIX a estação compreendia fundamentalmente Agosto e Setembro, embora muitas famílias continuassem a frequentar a praia pelo Outono dentro, sempre que as condições meteorológicas o permitissem. – Luís Paulo Saldanha Martins, pp.46-47.

²⁸⁴ Na Ericeira do último quartel do século XIX, a imprensa faz referência à chegada dos lavradores apenas em Novembro, terminada a vindima. – *Jornal de Mafra*, nº67, 1888. Citado em Rita Jerónimo, p.105.

²⁸⁵ “Em Outubro chega pelo rio a ultima camada de banhistas, conhecida nesta praia pela denominação pacata e burguesia de banhistas de alforge. E no alforge traz ella a saborosa linguiça, o alentado paio beirão e o côrdo presunto, mimos da culinaria portuguezmente provinciana.” – Amorim Pessoa, *Almanach da Praia da*

banho de mar logo pelo nascer do sol²⁸⁶, a fim de melhor se protegerem dos raios solares e também aproveitarem melhor o dia²⁸⁷. Por seu turno, os indivíduos de grupos sociais mais elevados tomavam o seu banho num período tardio da manhã, muitas vezes ao meio-dia (hora do “banho aristocrático”, segundo Helena Machado²⁸⁸), não se importando tanto com os malefícios da radiação solar, uma vez que dela se podiam proteger alugando toldos. Mas também ao nível do vestuário era visível uma dicotomia social: enquanto os grupos sociais mais baixos não usavam fato de banho, nem mesmo quando iam ao mar (usavam a roupa do trabalho ou ficavam apenas em roupa interior²⁸⁹), as elites faziam questão de exibir a indumentária específica para o veraneio, sinal de que consagravam uma importante parte do seu tempo de ócio ao banho de mar²⁹⁰.

Já mais recentemente, com a divulgação massificada do “ir à praia”, verificar-se-ia uma mistura de grupos sociais no mesmo espaço e nas mesmas alturas do dia. Helena Machado considera que a distinção social far-se-ia então por meios mais variados e difusos, nomeadamente a “exercitação de determinadas técnicas corporais, modos de pensar o próprio corpo e de o apresentar aos outros”. A principal diferença, para a socióloga, é que o camponês nunca conseguiu romper de forma total com o seu quotidiano de trabalho, ao contrário do cidadão, que fez da praia um local de “ruptura com os constrangimentos da vida quotidiana”. Isto é demonstrado por uma série de factores que marcam a ida à praia do camponês: a alimentação, o bronzeado desigual, a postura corporal, a inibição com que encara a nudez, os objectos que utiliza, a forma como lida com o mar, o modo como encara o ócio²⁹¹ (ver figuras 24 e 25). Além disso, manteve-se a dicotomia social ao nível dos espaços públicos que rodeiam a praia: enquanto que para as classes urbanas o ir à praia sempre implicou frequentar os espaços públicos mais próximos (cafés e restaurantes, por exemplo), para o camponês o ir à praia limita-se ao espaço da praia, que não custa dinheiro e é simbolicamente o que mais lhe

Figueira para 1878-1879: Guia completo do banhista n'esta frequentada praia, Figueira da Foz, Typographia Foz do Mondego, 1878, p.204. Citado em Helena Machado, p.49.

²⁸⁶ “Logo no dealbar da manhã, junto às penedias ásperas, o banhista pobre inagura, mal o sol põe pintas d’oiro nas cristas das vagas, o dia de banho... Tudo gente humilde, que faz a sua cura d’águas com recato e economia – ou pessoa que dá tem de tomar conta do seu mister, ou aldeão convisinho tão vazio de cobres, que não tem os magros centavos que custa o pingue de aluguer duma barraca de lona, substituída pelas furnas que a água cavou nas rochas enormes.” – *Revista Terras de Portugal*, ano VI, nº38, Tipografia Peninsular, Set. 1931. Citado em Helena Machado, p.50.

²⁸⁷ “Se o médico lhes receitava vinte banhos, tomavam dois por dia, um de manhã outro à tarde, para reduzir economicamente a demora de dez dias”. – M. Cardoso Martha, “O banhista de alforje (usos e costumes)” in *Album Figueirense: revista mensal regionalista*, Ano III, nº10, Figueira da Foz, 1936, p.310. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.192.

²⁸⁸ Helena Machado, p.50.

²⁸⁹ “... os homens vestiam ceroulas enquanto as mulheres vestiam camisa...” – *Idem*, p.55.

²⁹⁰ Helena Machado, p.50.

²⁹¹ *Idem*, pp.51,52-55.

interessa²⁹².

Também em relação aos pescadores se verifica um contraste social. Aquilo que é um olhar secularizado sobre o mar e a natureza, com vista à sua domesticação, por parte das elites, frequentemente é para os pescadores uma relação mística de submissão e de conformismo perante as leis naturais (o “banho santo” vem na lógica desta relação). Por outro lado, sendo o mar por excelência o local de trabalho do pescador, este, tal como o camponês, nunca se consegue desligar totalmente dele – mesmo durante os períodos em que não está no mar, não se afasta dos seus instrumentos de trabalho (as redes, os barcos, etc.)²⁹³ (ver figuras 26-28). A antropóloga Rita Jerónimo considera que, tendo sido os pescadores ao longo de vários séculos representados como pertencentes às mais baixas camadas sociais e económicas (mais abaixo ainda que os camponeses), assistiu-se, em determinado período, a um fenómeno de marginalização destes – nas praias consideradas socialmente “bem frequentadas” e apontadas como turisticamente rentáveis, os pescadores foram sendo “escondidos” dos turistas (habitando em bairros específicos, fora do centro das vilas, como na Costa da Caparica e na Ericeira). Mais recentemente, com o desenvolvimento do “turismo cultural”, deu-se um fenómeno inverso – os pescadores começaram a ser “reciclados” como mais-valia turística a rentabilizar²⁹⁴.

Por fim, uma referência sobre um grupo específico que foram os vilegiadores e turistas estrangeiros e o papel que estes desempenharam no “processo de civilização” das praias portuguesas. Durante a Segunda Guerra Mundial, nas vilas balneares receptoras de refugiados, como por exemplo Cascais e a Ericeira, é quase um lugar-comum dizer que os estrangeiros contribuíram fortemente para a “liberalização de comportamentos” e para a inculcação de

²⁹² A propósito desta divisão social dos espaços na Figueira da Foz, um articulista do *Album Figueirense* de 1936 refere que o banhista de alforge, “à noite, permitia-se o luxo de uma volta pelas ruas do Bairro-Novo, pasmado ante os frequentadores dos casinos e cinemas ou boquiaberto, a ver e ouvir da rua o movimento e a música dos cafés onde não entrava”. – *Album Figueirense*, Ano III, nº10, p.309. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.193.

²⁹³ Maria Helena Machado, pp.55-58.

²⁹⁴ Rita Jerónimo, pp.108, 60. Carlos Manuel Almeida Nunes refere que, ainda durante a “fase S.P.N/S.N.I., a figura do pescador, as actividades ligadas à pesca artesanal, foram integradas nos programas de dinamização da actividade turística promovidos pela política cultural do Estado Novo, através da recuperação, readaptação e reinvenção de usos e costumes locais, posteriormente associados ao folclore e tipicidade regional ou local.”. – Carlos Manuel Almeida Nunes, p.74. Como aponta Francisco Oneto Nunes, “mesmo após a implantação da indústria turística moderna, depois do enorme desenvolvimento dos espaços de lazer e da sua diversificação, a pesca e os pescadores – tornando-se parte integrante da paisagem – continuarão ainda a constituir atracção, satisfazendo as necessidades escópicas de quem vem de férias à praia, servindo de motivo para bilhetes-postais, fotografias, quadros e azulejos exibidos por toda a parte, em estações de caminhos-de-ferro, em cafés e restaurantes, etc.” – Francisco Oneto Nunes, “O trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos, as modalidades do olhar” in *Etnográfica*, Vol. VII (1), 2003, p.137.

novos hábitos balneares²⁹⁵. Em relação ao sexo feminino, o choque comportamental foi maior, com as refugiadas a usarem *bikini*, fumarem e irem ao café – hábitos que em Portugal estavam longe de enraizados e que provocavam escândalo, principalmente entre aqueles que não estavam habituados a ambientes cosmopolitas. Na década de 60 foram os turistas europeus (alemães, franceses, holandeses, ingleses) a contribuir para a divulgação de determinadas praias (nomeadamente no Algarve) e a fomentar fenómenos já existentes, como o campismo (ver capítulo 5).

²⁹⁵ Rita Jerónimo, pp.88-89.

Capítulo 4 – A praia e o corpo

4.1. O discurso médico sobre os banhos de mar

Como vimos nos dois primeiros capítulos, um dos principais factores que impulsionaram o redescobrir da prática dos banhos de mar na Europa foram as descobertas científicas dos médicos de então, que viram na utilização do banho frio uma forma de tratar e de prevenir determinado tipo de enfermidades. Estas descobertas foram acompanhadas do desenvolvimento de várias áreas científicas, como a geologia, a oceanografia, a climatologia, a medicina e a higiene, que ganharam um grande impulso durante o século XVIII.

Segundo Alain Corbin, foi a obra de John Floyer, *A História do Banho Frio* (1701-1702), a precursora de toda uma panóplia de tratados sobre os efeitos benéficos da água do mar e o seu modo de utilização. Floyer baseava-se em exemplos da Antiguidade (os estudos de Hipócrates, Celso, Coelius Aurelianus e Galeno) e nos trabalhos de Francis Bacon²⁹⁶ e do médico holandês Hermond van der Heyden para provar que a água fria produziria efeitos benéficos no organismo (“fecha os poros, aviva, comprime e condensa o ar contido nos humores”). O banho frio contribuiria para enrijecer o corpo, constituindo uma prática importante para os povos do norte, possuidores de águas frias o ano todo. O efeito era, além de terapêutico, moralizador – o banho frio corrigia “as maneiras viciosas de viver”, atenuava “a veemência das paixões” e devia, “assim, entrar na educação dos jovens”²⁹⁷. Corbin demonstra como o discurso de Floyer virou moda na Inglaterra dos meados do século XVIII, à medida que as “curas marítimas” se iam divulgando, como se de milagres se tratassem. E um pouco por toda a Europa iam surgindo novos tratados sobre o assunto, sendo os mais importantes o de Richard Russell (1750) – o médico inglês cognominado “o profeta do mar”²⁹⁸ –, e em França o de Maret (1766), que aperfeiçoou o ritual do banho de mar e aumentou o catálogo dos seus benefícios²⁹⁹.

²⁹⁶ “O banho do corpo na água fria favorece a longevidade”. – Citado em A. P. Buchan, *Practical observations concerning sea-bathing with remarks on the use of the warm-bath*, London, 1804, p.118. Corbin, p.75.

²⁹⁷ Esta perspectiva era influenciada por uma ideologia ruralista, como bem explica Alain Corbin: “O curista, longe dos miasmas da cidade, respirando o mais puro dos ares, desfrutando diariamente do espectáculo da dimensão marinha, sentindo o choque das repetidas imersões e entregando-se a exercícios tonificantes, dispensa facilmente os prazeres ilícitos, abandona sem queixas a sua vida irregular”. – Alain Corbin, p.84.

²⁹⁸ Corbin, p.79.

²⁹⁹ Maria Luísa M. Afonso Martins, p.11.

As qualidades essenciais apontadas pelos médicos a respeito da água do mar eram a frieza, a salinidade e a turbulência, sendo que as virtudes do ar marítimo começaram também a ser estudadas e divulgadas com o triunfo das teorias de Lavoisier sobre o oxigénio³⁰⁰. Ao mesmo tempo, a urbanização crescente e a preocupação com a saúde do corpo contribuíram para difundir a ideia de que existiam patologias inerentes à vida citadina, mas que podiam ser combatidas pelo contacto sazonal com a Natureza³⁰¹.

De um modo geral, as praias do Mediterrâneo eram vistas pelos nórdicos como muito menos salubres, devido às doenças que aí proliferavam no ar em razão do calor excessivo³⁰². Isto não impediu que nascesse em Portugal um discurso médico sobre os banhos de mar, que vinha no seguimento dos trabalhos feitos em Inglaterra. Ainda que o país fosse marcado por um contraste entre um litoral Norte predominantemente atlântico e um litoral Sul predominantemente mediterrânico³⁰³, a ênfase do discurso médico e da procura de banhos de mar era colocada a Norte do Tejo, pelo menos enquanto se manteve o paradigma da praia fria.

A primeira obra escrita em português sobre a hidroterapia marítima foi, como vimos, o livro de Jacob de Castro Sarmiento, publicado em Londres em 1753. Neste trabalho, pretendia-se divulgar em Portugal os estudos que Richard Russell havia feito em Brighton desde a primeira metade do século XVIII, mostrando como em Inglaterra se havia usado a água do mar, através do banho ou da ingestão, como terapia contra várias doenças. Porém, o autor alertava também para os perigos do excesso de banhos de mar, se deixados ao arbítrio do doente – “A moda, o prazer, a companhia facilitam excessos, que muitas vezes são difíceis se não impossíveis de remediar”³⁰⁴. Isto vem ao encontro do que Helena Machado refere a propósito da íntima ligação entre as elites e a prescrição dos médicos. O autor falava ainda dos efeitos benéficos da água do mar aquecida, traduzindo uma justificação para a existência, no futuro, de estabelecimentos de banhos quentes em algumas praias portuguesas³⁰⁵.

O trabalho de Jacob de Castro Sarmiento serviu de inspiração a outros tratados publicados em Portugal no começo do século XIX em que os banhos de mar eram referidos: foi o

³⁰⁰ Por essa razão, muitos sanatórios serão construídos junto ao litoral, para aproveitar precisamente os benefícios do ar marítimo no tratamento de doenças como a tuberculose. É o caso da Parede, como já vimos.

³⁰¹ Corbin, pp.74-85.

³⁰² Veja-se, por exemplo, o que diz Henry Fielding sobre as áridas margens do estuário do Tejo. - Henry Fielding, *The journal of a voyage to Lisbon*, London, 1755, pp.235-236. Citado em Corbin, p.167.

³⁰³ Contraste analisado na obra de Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 6ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991.

³⁰⁴ Jacob de Castro Sarmiento, pp.32-33. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.235.

caso das obras de Francisco Tavares. *Intruções e cautelas practicas...* de 1810³⁰⁶, e de Francisco de Mello Franco, *Elementos de hygiene...*, de 1814³⁰⁷. Já o opúsculo de autor desconhecido *Aviso a'cerca dos banhos do mar, ou direcção precisa a's pessoas que houverem de fazer uso delles*, cuja primeira edição data de 1820, foi dos primeiros trabalhos portugueses a debruçarem-se especificamente sobre os banhos de mar e o seu modo de utilização. A obra refere, por exemplo, que a época em que estes deviam ser tomados correspondia ao período de 15 de Julho a 15 de Outubro, com preferência de 20 de Agosto a 10 de Setembro³⁰⁸. Como vimos no capítulo 3, este discurso serviu de base ao conceito de “estação de banhos”, embora esta muitas vezes fosse “adiada” pelas elites para o período entre Setembro e Novembro – o que se relacionava, se excluirmos os ditames sociais, com uma noção de que nos “meses caniculares” não era bom estar-se exposto ao sol e ao calor, devendo-se procurar a frescura de outros locais. O opúsculo refere também que ao longo do dia só deveriam ser tomados, no máximo, dois banhos: um às 7 e o outro às 10 horas da manhã e nunca de tarde; ou, para as pessoas débeis, apenas um banho às 9 horas da manhã³⁰⁹ – provavelmente para excluir as horas de maior exposição solar³¹⁰. O autor aconselhava ainda sobre a forma de tomar banho – “de súbita emersão, e sem molhar a cabeça, e nele só deve haver a demora, que for precisa para se sair dele com segurança: o que se consegue, de dois até três minutos”³¹¹. Esta prescrição do “banho curto” seria seguida durante um largo período de tempo, como vimos ante-

³⁰⁵ Idem, pp.33-34. Citado em Sérgio Palma Brito, vol.1, p.235. Francisco Oneto Nunes aponta o fim da prática de aquecimento da água do mar em recipientes para os anos 50 do século XX, precisamente numa altura em que as praias de água mais quente estavam a entrar na moda. – Francisco Oneto Nunes, p.140.

³⁰⁶ Francisco Tavares, *Instruções e cautelas practicas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes, principalmente de Caldas; com a noticia daquellas, que são conhecidas em cada huma das Provincias do Reino de Portugal, e o methodo de preparar as aguas artificiaes*, Cap. VI, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1810. Citado em Sérgio Palma Brito, pp.237-238.

³⁰⁷ Francisco de Mello Franco, *Elementos de hygiene ou dictames theoreticos e praticos para conservar a saude e prolongar a vida*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1814. Maria Luísa M. Afonso Martins considera esta a primeira obra de carácter científico publicada em Portugal em que surgem indicações terapêuticas sobre os banhos de mar. – Maria Luísa M. Afonso Martins, p.12.

³⁰⁸ *Aviso a'cerca dos banhos do mar, ou direcção precisa a's pessoas que houverem de fazer uso delles*, Lisboa, Imprensa do Gandra, 1821, p.4.

³⁰⁹ Idem, pp.6-7. A obra *Guia do Banhista ou Breves Reflexões Therapeuto-Hygienicas a respeito dos Banhos de Mar*, datada do século XIX, aconselha que os banhos devem ser tomados o mais afastados um do outro, “para que os effeitos secundarios do primeiro banho não se vão confundir com os effeitos primitivos do segundo; poder-se-ha tomar o primeiro banho uma hora depois de nascer o sol, e o segundo uma hora antes de por se”. - J. B. S. R., *Guia do Banhista ou Breves Reflexões Therapeuto-Hygienicas a respeito dos Banhos de Mar*, Braga, Viúva Germano, 18-., p.9.

³¹⁰ Porém, como vimos, as elites terão tendência para subverter esta prescrição, por uma questão de distinção social (as classes sociais mais baixas é que tomam o banho no começo da manhã) e pela própria evolução infraestrutural (os toldos fazem com que os banhos se possam prolongar pelas horas de maior calor).

³¹¹ *Aviso a'cerca dos banhos de mar...*, pp.8-10. Uma obra posterior, intitulada *Higiene e Medicina Popular*, refere que os banhos frios não devem durar mais de dez minutos. – Guilherme Centazzi, *Higiene e Medicina Popular*, Lisboa, Tip. de António José da Rocha, 1843, p.235. Citado em Sérgio Palma Brito, p.240.

riormente³¹². Por fim, o opúsculo aconselha os banhos em praias afastadas dos desaguedouros dos rios, uma vez que estes contribuiriam para retirar a salinidade da água do mar, diminuindo assim a sua eficácia no tratamento³¹³, como de resto Richard Russell apontara já no século anterior³¹⁴.

Mas a que tipo de “pacientes” eram especialmente dirigidos os banhos de mar? A obra de 1843, *Higiene e Medicina Popular*, de Guilherme Centazzi, aconselhava esta prática “às pessoas lymphaticas, escrofulosas, rachiticas, mal humoradas, ás senhoras debeis, inactivas, e pouco menstruadas; ou ás que soffrem os incommodos precusores desta funcção etc.”³¹⁵. A pessoas diferentes eram prescritos banhos e praias diferentes, por exemplo, no que toca à força das ondas – eram aconselhadas as vagas mais fortes para os corpos mais fracos –, à temperatura da água – a mais fria era aconselhada aos corpos mais robustos, por constituir um “banho de choque” – ou à hora do banho³¹⁶ – Ortigão, por exemplo, aconselhava o banho de tarde às pessoas mais débeis, por ser a altura do dia em que a temperatura do mar sobe um pouco³¹⁷.

É óbvio que este discurso foi evoluindo com o tempo, havendo noções que entraram em desuso ou que foram substituídas por outras, nomeadamente as que vinham do estrangeiro. Por exemplo, em 1906 foram reproduzidos os conselhos do médico Constantin James³¹⁸, que minorizava totalmente o papel das ondas na hidroterapia e aconselhava que a cabeça devia sempre molhar-se – duas opiniões opostas ao que defendiam vários autores durante o século XIX³¹⁹.

Por outro lado, verificavam-se lacunas importantes no discurso científico. A obra de Luís Pereira da Costa, *Banhos de Mar. Elementos de Hydroterapia Marítima*, datada de 1882, por exemplo, referia o total desconhecimento das propriedades das praias portuguesas, no que respeita a “análises químicas, temperaturas da água e do ar marítimo, elevação das

³¹² O *Guia do Banhista ou Breves Reflexões Therapeuto-Hygienicas a respeito dos Banhos de Mar* afirma que, não se podendo estabelecer regras fixas quanto à duração do banho, este nunca deve exceder os 15 minutos, “para as pessoas fortes, robustas ou que exercem a natação” e os 5 minutos, “para as fracas, quer por doenças, quer por natureza” (p.9).

³¹³ *Aviso a’cerca dos banhos do mar...*, pp.12-13.

³¹⁴ Alain Corbin, p.82.

³¹⁵ Guilherme Centazzi, p.235.

³¹⁶ Helena Machado, pp.125-126.

³¹⁷ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*, p.165.

³¹⁸ “Os banhos de mar” in *A Nossa Pátria*, nº42, Lisboa, Typ. de J. F. Pinheiro, 15 de Setembro de 1906, p.2. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.21.

³¹⁹ O *Guia do Banhista ou Breves Reflexões Therapeuto-Hygienicas a respeito dos Banhos de Mar* aconselhava já a prática de molhar a cabeça ao entrar no banho “para as pessoas de temperamento sanguineo e tendencia apopletica” (p.8).

marés, direcção predominante dos ventos, força impulsiva das ondas ou às condições orográficas das praias³²⁰. Isto parece demonstrar que as preferências do banhista português não atendiam tanto às características terapêuticas de cada praia, mas antes a outros factores, nomeadamente o social, como já tivemos ocasião de ver.

Nem todos os médicos eram, de resto, de opinião que os banhos de praia tivessem efeitos assim tão “miraculosos”. Num artigo de 1849³²¹ o médico Manuel Coutinho considerava-os em grande medida uma “mania” e uma superstição popular, uma romaria já institucionalizada que os médicos receitavam aos seus pacientes apenas por rotina, desconhecendo na verdade as suas verdadeiras virtudes terapêuticas³²² – os banhos de mar produziam, no fundo, um efeito placebo.

Não obstante, foi-se generalizando em Portugal a noção de que a água do mar e as propriedades marítimas – o ar, a areia, os mariscos³²³ – possuíam vários efeitos benéficos, a começar na higiene pública³²⁴, mas também em relação a doenças específicas (doenças de pele, gota, esterilidade, raquitismo) ou a indivíduos que padecessem de estados físicos (caso das mulheres e das crianças³²⁵) e psíquicos (melancolia, problemas nervosos, hidrofobia) mais frágeis. Mas mais do que isso, e como afirma Manuela Hasse, “as forças regeneradoras da água e, em especial, do mar, não cuidavam apenas de estimular o restabelecimento da saúde dos que se encontravam debilitados. Face ao depauperamento da nação, o mar intervinha mais uma vez como um meio excepcional de recobrar os corpos e os homens, de permitir que o bem, expresso na saúde, se afirmasse, de levantar um país dominado pelo abatimento”³²⁶.

³²⁰ Luís Pereira da Costa, *Banhos de Mar. Elementos de Hydrotherapia Marítima*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882, p.20. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, pp.54-55.

³²¹ Manuel Joaquim Moreira Coutinho, “Memória sobre o uso dos banhos de mar”, *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, T.V, Lisboa, Julho 1849, p.51. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, pp.15-16.

³²² Da mesma opinião é a personagem do marido que, num folheto de cordel publicado em 1825, proíbe a mulher de ir aos banhos, alegando que os médicos os recomendam para arranjam clientes no Inverno, devido às doenças que os banhos provocam. - *Os Banhos do Mar ou Os Olhos de huma Senhora Banhados em Lagrimas, por se ver contrariada no desejo de hir a elles*, Porto, Typ. à Praça de S. Thereza, 1825, p.8.

³²³ Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.183.

³²⁴ Como aponta Maria Luísa M. Afonso Martins, regista-se no começo do século XIX em Portugal uma preocupação crescente com os “problemas de higiene, da conservação da saúde e da prevenção da doença por parte do poder político-administrativo e da opinião pública” (a Junta da Saúde é criada em 1813), em grande parte devido às epidemias que assolaram as populações das cidades. – Maria Luísa M. Afonso Martins, p.12.

³²⁵ Dada a extrema fragilidade do corpo infantil, o *Guia do Banihista ou Breves Reflexões Therapeutico-Hygienicas a respeito dos Banhos de Mar* opõe-se, por exemplo, ao “banho de choque” nas crianças, dando o exemplo da Inglaterra e do Norte da Europa, em que as “mães banham os filhos em água fria (...) prevenindo assim as escrofulas, o rachitismo, as convulsões e a epilepsia, tornando-os por esta forma menos impressionáveis às variações atmosfericas; mas não o fazem d’uma maneira subita, o que condemnamos; principiam por agua morna, diminuindo-lhe gradualmente a temperatura até a da atmospheria” (pp.13-14).

³²⁶ Manuela Hasse, *O divertimento do corpo. Corpo, lazer e desporto na transição do séc.XIX para o séc.XX*, em Portugal, Lisboa, Editora Temática, 1999, pp.316-317.

Este era um discurso que se tornaria hegemónico a partir da segunda metade do século XIX, como veremos a seguir.

4.2. A nova concepção do corpo pela burguesia

Já vimos como as classes burguesas constituíram um paradigma social da vilegiatura marítima. Mas mais do que isso, a burguesia veiculava uma concepção do corpo que, aliada ao discurso médico, se tornaria um paradigma em Portugal durante a segunda metade do século XIX e, pelo menos, nas duas primeiras décadas do século XX.

Este processo de racionalização do corpo iniciou-se, como explica Helena Machado, no século XVIII sob a égide da aristocracia e não da burguesia. Segundo Norbert Elias (*O Processo Civilizacional*), os padrões comportamentais da aristocracia europeia ter-se-iam delineado entre o final da Idade Média e o século XVII, padrões estes caracterizados por uma separação rigorosa dos comportamentos e dos espaços “públicos” e “privados” e por uma necessidade simultânea de “controlo das pulsões”. A socióloga defende então que a estadia na praia e o contacto com a natureza em estado puro – nomeadamente com o mar – foi uma consequência desta necessidade de padronização dos comportamentos aristocráticos; sob a égide do discurso médico, a ida à praia começou a ser vista pela aristocracia como uma espécie de “terapia do corpo e da alma”, ou seja, uma forma de educar os corpos no sentido de uma racionalização dos “sentimentos e das energias biológicas” e de uma consciência moral³²⁷.

Por outro lado, na transição do século XVIII para o século XIX ter-se-ia assistido em Portugal a um crescente predomínio dos “valores do trabalho, sobriedade de comportamentos e crítica à ociosidade e luxúria, que coincidiria com a ascensão das camadas burguesas”³²⁸. Segundo Jorge Crespo, esta ideologia teria sido acompanhada por uma nova concepção do corpo: disciplinado e robusto, vocacionado para o trabalho e para o progresso, o mais resistente possível às enfermidades, não desperdiçador de energias e moralmente fortalecido³²⁹. A concepção burguesa do corpo, ao invés de ver no corpo do aristocrata um corpo disciplinado

³²⁷ Helena Machado, p.61.

³²⁸ Idem.

³²⁹ Jorge Crespo, *A História do Corpo*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990, p.273. “Considerava-se que os homens que tinham ocupação quotidiana estavam libertos da degeneração física e moral”. – Jorge Crespo, “O proces-

física e moralmente, via-o antes como um corpo passivo, mole, desregrado, “inapto para se responsabilizar por si próprio”³³⁰ e, como tal, mais sujeito às enfermidades, aos excessos, aos vícios, à devassidão e à ostentação pessoal – no fundo, efeitos nefastos que advinham de uma vida mundana nas cidades que não estimulava a regeneração física³³¹. A praia inseriu-se assim num processo regenerador do corpo e da mente, em que o contacto com a natureza e, neste caso, com as virtudes marítimas era considerado um elemento essencial³³². Todo o discurso terapêutico em torno dos banhos de mar é um reflexo deste processo.

Como já foi referido anteriormente, o discurso terapêutico, regenerador e moralizador sobre o corpo na praia aplicou-se sobretudo às mulheres e crianças das elites. Como explica Jorge Crespo, “em relação ao sexo feminino, que sempre tinha vivido separado das vicissitudes do mundo concreto, surgiam as maiores desconfianças quanto à capacidade de se adaptar ao curso da «natureza», à verdadeira vida. Aliás, para além dos higienistas, que levantavam os problemas específicos à sua área de intervenção, os moralistas sentiam predilecção especial pela crítica das mulheres que, na sua perspectiva, nada mais tinham exercido, durante a sua vida, do que práticas de ociosidade e de sedução. Nestes termos, se fosse necessário reunir num ser humano todos os males da ociosidade, era numa figura de mulher que, com maior facilidade, se podia encontrar a pretendida síntese. A regeneração estaria em causa sempre que as jovens mulheres não eram bem educadas, ou seja, formadas numa perspectiva de utilidade e de contenção dos gestos, de apoio generoso aos homens de trabalho”³³³. Um exemplo deste olhar sobre o feminino era o facto de a medicina conceber a mulher como mais susceptível de determinadas doenças nervosas – nomeadamente a histeria (considerada uma espécie de disfunção sexual) – que poderiam ser combatidas através do contacto com os elementos marítimos.

Já para a criança, o banho de mar constituía uma forma de melhorar a sua saúde (mais débil que a do adulto), mas também de lhe inculcar sentimentos e valores morais, que lhe permitiriam no futuro conduzir uma sociedade física e moralmente decadente para a sua regene-

so de civilização do corpo em Portugal” in José Neves e Nuno Domingos (org.), *Uma História do Desporto em Portugal*, vol.1, p.27.

³³⁰ No século XVIII “encarava-se o corpo como uma herança, atraente ou não, legada pelos antepassados.” - Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p. 179.

³³¹ É interessante relacionarmos esta noção do corpo aristocrático com a noção de decadência física e espiritual da raça, que surge de forma veemente em Portugal na segunda metade do século XIX.

³³² Helena Machado, pp.77-84.

³³³ Jorge Crespo, “O processo de civilização do corpo em Portugal”, p.31.

ração e para o progresso³³⁴. Um exemplo importante desta ligação entre o corpo infantil e as praias eram as colónias balneares infantis. Na sua tese de mestrado, Sílvia Pintão Ferreira estuda as origens destas colónias em Portugal, salientando os seus objectivos pedagógicos (por exemplo, os hábitos de limpeza e companheirismo incutidos nas crianças), as suas preocupações biológico-antropológicas (as crianças eram pesadas e medidas regularmente) e os cuidados com a melhoria física das crianças - através de uma alimentação adequada, da actividade física e do usufruto do sol, do ar marítimo e, claro está, dos banhos de mar³³⁵.

Tendo em consideração um conceito de “férias” associado à valorização dos exercícios naturais (considerados eficazes para combater determinadas doenças e “desordens físicas”, como a tuberculose e o raquitismo), as colónias balneares foram criadas por iniciativa privada, dirigindo-se especialmente às crianças mais pobres e fisicamente mais debilitadas. Durante uma primeira fase o principal objectivo era controlar os surtos de tuberculose na cidade de Lisboa mas, mais tarde, as colónias assumiram uma vocação claramente “escolarizada e disciplinadora”³³⁶. A mais importante destas colónias balneares foi a do jornal *O Século*, cuja acção caritativa se iniciou em 1908 em parceria com o Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, e que em 1927 se instalaria em S. Pedro do Estoril. Porém, desde 1899 que se assistia a experiências semelhantes sob a direcção deste instituto e por iniciativa da rainha D. Amélia, em que diariamente eram transportadas para a praia da Trafaria crianças consideradas “linfáticas e débeis” (ver figura 29). Entre 1905 e 1910, funcionaram colónias de férias, também a cargo da Assistência Nacional aos Tuberculosos, no Porto e na Figueira da Foz³³⁷.

A fim de combater uma suposta “degeneração e abastardamento” da sociedade, na segunda metade do século XIX simultaneamente desenvolveu-se a prática de exercícios físi-

³³⁴ Idem, pp.119-122. Veja-se, por exemplo, o que Ortigão diz a propósito das mulheres e das crianças em *As Praias de Portugal*, pp.21-22 e 173-185.

³³⁵ Sílvia Pintão Ferreira, *Colónias balneares. Uma inovação socio-pedagógica no equilíbrio físico e moral da criança pobre (1908-1943)*, dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, UL-Fac.Psicologia, 2004, pp.46-47.

³³⁶ Idem, pp.50-51. A Comissão Organizadora da “Colónia Balnear Infantil para os Filhos dos Sargentos da 2ª Região Militar”, inaugurada em 1950 na Figueira da Foz, enuncia os objectivos desta iniciativa: “dar, durante a época de verão aos filhos da classe militar mais necessitada, uma estadia na praia que, acompanhada duma alimentação substancial e conveniente, teria, sem dúvida, efeitos benéficos no seu desenvolvimento e conservação da sua saúde; fomentar pela convivência estabelecida na Colónia, entre os seus filhos, laços mais profundos de amizade e camaradagem entre todos os filhos dos sargentos da Região, reforçando assim o espírito da unidade desta classe; melhorar o nível de educação e moral das crianças por uma cuidada assistência por parte do pessoal dirigente da Colónia; estabelecer laços de solidariedade entre todos os elementos, Comandos, Oficiais e Praças da Região, fazendo-os colaborar numa nobre iniciativa de carácter colectivo.” – *Colónia Balnear Infantil para os Filhos dos Sargentos da 2ª Região Militar*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1950, p.3.

³³⁷ Sílvia Pintão Ferreira, p.64.

cos diferentes dos antigamente praticados pela aristocracia³³⁸ (como a esgrima e a equitação). Estes exercícios – a marcha, a corrida, os lançamentos, os saltos, a natação – eram encarados como uma forma de combater os hábitos sedentários e citadinos e de estimular o desenvolvimento físico. Um elemento comum a estes desportos é que aproveitavam o ar livre, sendo muitos deles praticados no litoral ou junto às praias³³⁹ – o caso da natação, do pólo aquático, da vela, do remo (figura 30) ou da pesca. Outros, como o *cricket*, o *lawn-tennis*, o futebol, o ciclismo, embora não envolvendo a água, foram surgindo em várias povoações litorâneas de renome (casos da Figueira da Foz e de Cascais), traduzindo o imaginário corporal e social que se pretendia para as estâncias balneares. Nalgumas povoações litorâneas desenvolveram-se inclusivamente associações e clubes desportivos (como a Associação Naval e o Gymnásio-Club Figueirense na Figueira da Foz, ou em Cascais o Sporting Club) que organizariam competições numa escala até então nunca vista em Portugal³⁴⁰. Estes desportos apareceram, em grande medida, por impulso e influência dos ingleses residentes no país (por exemplo, em Carcavelos), reflectindo a vincada anglomania da sociedade portuguesa do fim do século XIX³⁴¹.

4.3. O reaparecimento da vilegiatura marítima – terapia ou prazer?

Perante o que foi explicado anteriormente, seria viável que a ida à praia, no sentido moderno do termo, tivesse como principal motivo a terapia do corpo (física e mental). Porém, como vimos, a praia começou também desde cedo a ser um espaço de distinção social, não apenas no seu espaço físico como também nas modalidades em que esta era frequentada e nos espaços envolventes.

Mas quando falamos da “praia terapêutica” e da “praia social”, temos também de falar na “praia lúdica”, cuja origem é difícil de datar, uma vez que as fontes sugerem-no num

³³⁸ “O desenvolvimento da educação física fundamentava-se num discurso científico novo que, em ruptura com o passado, rejeitava a ideia de um corpo imutável e definitivamente formado por determinações externas.” – Jorge Crespo, “O processo de civilização do corpo em Portugal”, p.38.

³³⁹ Como afirma Manuela Hasse, “o passeio, a procura do ar livre, as distrações no campo ou à beira-mar, revelam-se auxiliares dos médicos. A mudança introduzida na rotina, a diversão do espaço, o efeito do campo e a atraente sedução do mar e das vagas e o seus resultados terapêuticos, não deixam de ser recomendados sem hesitação pelos médicos que observavam a influência do meio no estado de saúde geral dos indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades”. Manuela Hasse, p.126.

³⁴⁰ Sobre estas competições ver Manuela Hasse, pp.315-332 e 343-358.

³⁴¹ Paula M. Pereira de Oliveira Dias, pp.180-182.

tom quase sempre crítico³⁴². Maria Luísa Afonso Martins considera que, se na primeira metade do século XIX a ida à praia é alvo de críticas que concernem ao “fenómeno enquanto moda e aos álibis terapêuticos que esconderiam outros pretextos”³⁴³, na segunda metade do século as críticas “têm como objecto um modelo de veraneio, o das elites que tornaram as estações balneares em locais de divertimento e de prazer. (...) É a moral burguesa, a valorização do trabalho, a crítica à vida de luxo e de prazer aristocráticos que estes textos denunciam”³⁴⁴.

Sabemos, ainda assim, que o “prazer” da vilegiatura marítima foi desde o início um factor importante para muitos banhistas, tanto mais não fosse pelo convívio e pela vida social inerentes. Helena Machado aponta que desde cedo a estadia balnear expressava um desejo claro de desfrutar de uma “vida social intensa” – basta atentarmos nas memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, em que este descreve as suas estadias na casa do Conde de Lumiares, em S. José de Ribamar (Algés), e na casa da família em Pedrouços, locais onde predominava um clima de festa, convívio, divertimento e despreocupação³⁴⁵.

Estes dados parecem contrariar outros autores³⁴⁶ que apontariam a formação de um conceito dominante de praia vocacionada para o prazer apenas na segunda metade do século XIX, em contraste com a “praia terapêutica”, frequentada por receita médica, que teria vigorado essencialmente entre 1800 e 1840³⁴⁷. Este pensamento parece advir de uma aparente simplificação daquilo que foram os hábitos balneares ao longo do século XIX. Em contraste com esta posição, Helena Machado defende que, até meados do século XIX, a praia em Portugal foi frequentada essencialmente pela aristocracia e com os “objectivos lúdicos” a sobrepor-se aos de teor terapêutico; a partir da segunda metade de oitocentos entraríamos numa

³⁴² Veja-se o que diz um edital do Conselho de Saúde Pública do Reino, de Agosto de 1856: “sendo chegada a época, em que muitas pessoas costumam fazer, *por mera recreação*, usos dos banhos de mar, e quase sempre imoderadamente...” – Diário do Governo, nº197, 21 de Agosto de 1856. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.16.

³⁴³ Veja-se, por exemplo, o folheto *Os Banhos do Mar ou Os Olhos de huma Senhora Banhados em Lagrimas...*, em que a mulher se defende das críticas do marido dizendo que todas as suas amigas e conhecidas frequentam os banhos (pp.3-4 e 11).

³⁴⁴ Maria Luísa M. Afonso Martins, pp.151-152.

³⁴⁵ “No verão de 1806 tomou a minha família a casa do Conde de Lumiares, a S. José de Ribamar, para irmos aos banhos de mar. Era nosso vizinho meu amigo e tutor, o Marquez de Bellas, que residia no seu forte, e, segundo as recordações que tenho, foram contínuos os divertimentos e festas. Todas as tardes iamos merendar ao forte, e os bailes, concertos, ceias, pescas ao candeio, e passeios no rio, nas tardes serenas, com bandas de musica militar, eram a occupação dominante dos habitantes d’aquelle sitio”. O Marquês chega mesmo criticar a obsessão da sua avó com os banhos de mar: “...minha Avó teve a phantasia de tomar a direcção dos banhos e fez com que todos adoecemos, porque nos constipámos, em consequência d’ella nos fazer lavar em agua doce, logo que sahimos do mar”. - *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, pp.19, 151.

³⁴⁶ Nomeadamente Rob Shields, *Places on the Margin – Alternative Geographies of Modernity*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1991, p.110-111.

nova fase, em que a burguesia edificou a “praia terapêutica”, exaltando as virtudes da “austeridade” e do “comedimento” e promovendo uma nova noção do corpo adequada ao trabalho e ao progresso, em oposição à suposta ociosidade e luxúria aristocráticas³⁴⁸. Porém, a própria autora considera que esta divisão deve ser matizada, pois, como vimos anteriormente, estes valores tão prezados pela burguesia seriam sobretudo canalizados para o sexo feminino, enquanto para o sexo masculino a estadia na praia depressa se tornou uma forma de escapismo e uma fonte de prazeres mundanos. Para a socióloga Maria de Lourdes Lima dos Santos, passada a fase do “capitalismo inicial”, a ideologia burguesa sofreria na realidade um processo de despersonalização, assistindo-se a uma coexistência de “práticas originalmente burguesas” com “práticas de imitação do estilo de vida da aristocracia”³⁴⁹. Maria Luísa Afonso Martins considera mesmo que nas últimas décadas do século XIX é visível que “o preceituário médico sobre os banhos de mar está desvalorizado” em favor do convívio e do cosmopolitismo nas praias³⁵⁰.

O elemento sexual, observado por Alain Corbin, teve também uma relação profunda com aquilo que era o prazer dos banhos de mar. Segundo o autor, algumas fontes viam no contacto das mulheres com o banheiro e com a água do mar (ver figura 31) um espectáculo indecente, uma espécie de “simulação do orgasmo” feminino³⁵¹. Já para o homem, o mergulho, a flagelação pelas ondas e pela água salgada, o confronto com o mar, do qual o homem saía vencedor, constituiriam um sinal de virilidade, de exaltação do masculino³⁵². Maria Luísa Afonso Martins considera que os banhos de mar provavelmente teriam uma vertente de “prazer sexual” (embora se desejasse que tivessem um efeito contrário, o de suportar os desejos da volúpia), remetendo para um trabalho de 1878, em que se refere que o banho de mar teria efeitos sobre o aparelho genito-urinário, “observando-se como geral o orgasmo penial depois do banho”³⁵³.

³⁴⁷ Helena Machado, pp.63-64.

³⁴⁸ Jorge Creso, *A História do Corpo*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990, p.465.

³⁴⁹ Maria de Lourdes Santos, “Para uma análise das ideologias da burguesia” in *Análise Social*, vol.XIII (49), 1977, p.33. Citado em Helena Machado, pp.64-65. Sobre o suposto processo de “aristocratização da burguesia” ver o artigo de Immanuel Wallerstein, “The Bourgeois(ie) as Concept and Reality” in *New Left Review*, I/167, Janeiro-Feveiro de 1988, pp.91-106.

³⁵⁰ Maria Luísa M. Afonso Martins, p.23.

³⁵¹ “A descrição do espectáculo das mulheres, e sobretudo das mocinhas no banho, converte-se subrepticiamente em pintura de cenas de volúpia. Essas banhistas nos braços de um homem vigoroso, aguardando a penetração brutal no elemento líquido, a sufocação e os pequenos gritos que a acompanham, sugerem o coito com tanta evidência que a similitude leva o doutor Le Couer a se inquietar com a indecência do banho de onda”. - Corbin, pp.86-87.

³⁵² Idem, pp.89-90.

³⁵³ José Pocariça da Costa Freire, *Algumas Palavras sobre Os Banhos de Mar Frios*, Lisboa, Typ. Nova Minerva, 1978, p.18. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, pp.17-18.

Como local de sociabilidades, a praia era também uma fonte de prazer para os primeiros banhistas. Por se tratar de um meio recentemente “descoberto”, a praia era um local onde o controle social não era tão apertado para o sexo feminino, dando-lhe outras oportunidades de expor o seu corpo e os seus sentimentos³⁵⁴. A praia foi assim desde cedo aproveitada pelos rapazes para namorar as suas prometidas em casamento, ou para estas falarem entre si dos seus pretendentes³⁵⁵. Frequentemente as mulheres eram também alvo de olhares *voyeuristas*, dada a invulgar exposição dos seus corpos.

Se encararmos o ir à praia como uma actividade de lazer, é fácil percebermos como esta se tornou uma actividade importante nas sociedades industriais modernas. Os sociólogos Norbert Elias e Eric Dunning salientam que neste tipo de sociedades “são menos frequentes as situações críticas sérias que originam comportamentos de excitação nos indivíduos”³⁵⁶, em comparação com as sociedades menos desenvolvidas. As “explosões fortes e apaixonadas” por parte dos indivíduos foram amortecidas por determinadas restrições – códigos comportamentais, concepções sobre o corpo, separação rigorosa dos tempos de trabalho e de lazer – que levaram a um controlo social bastante rígido. Por essa razão, o lazer constituiu-se como “um enclave para o desencadear, aprovado no quadro social, do comportamento moderadamente excitado em público”³⁵⁷ – ou seja, uma actividade em que se busca uma “quantidade ideal” de excitação-prazer que compense de alguma forma a monotonia dos tempos de trabalho, nos quais não há lugar para grandes manifestações emocionais ou “irracionais”. Segundo os autores, esta excitação procurada no lazer seria uma “excitação mimética”, por forma a desencadear sentimentos ou sensações semelhantes aos originados por determinadas situações “sérias”³⁵⁸ – neste caso, o choque do contacto com o mar, a luta contra as ondas, a exposição ao sol, a visualização dos corpos semi-desnudados são situações não habituais ou mesmo não desejáveis socialmente, mas que na praia assumiriam um lugar de normalidade ou de aceitação social. A aceitação destas práticas contribuiu para que a praia se desenhasse, em simultâneo com as suas funções terapêutica e social, como um local de lazer e de excitação.

Podemos assim dizer que há, desde o início, uma multiplicidade de razões para frequentar a praia, sejam elas terapêuticas, sociais ou lúdicas. A sua importância variava con-

³⁵⁴ Maria Luísa M. Afonso Martins, p.64.

³⁵⁵ Matusio Mata, *Os banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia...*, p.10. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.24.

³⁵⁶ Norbert Elias e Eric Dunning, “A busca da excitação no lazer” in *A busca da excitação*, p.101.

³⁵⁷ Idem, pp.103-104.

³⁵⁸ Idem, pp.125-126.

soante as características das praias, as necessidades e as preferências do banhista³⁵⁹, bem como as restrições impostas pelo contexto social. Porém, é seguro dizermos que, pelo menos até à década de 10 do século XX, em virtude de um paradigma caracterizado pelo controlo do corpo e das pulsões, a praia constituiu-se essencialmente como um espaço onde os corpos e os comportamentos eram rigorosamente vigiados, sendo a função terapêutica aquela que prevalecia como álibi principal para a estadia à beira-mar³⁶⁰. Esta situação começou a alterar-se a partir da década de 1920, como veremos a seguir.

4.4. A “revolução solar” e o triunfo da “praia quente”

Ao longo do século XIX instalou-se um paradigma de vilegiatura balnear que se definia sobretudo por uma necessidade terapêutica. Sabemos, porém, que frequentemente a “praia terapêutica” era um pretexto para o acesso a lugares de acentuada aceitação e distinção social e a todo um conjunto de práticas de lazer indisponíveis no meio urbano. As fontes vão indiciando esta situação ao longo do século XIX e inícios do século XX, como escrevia um articulista da *Gazeta da Figueira* em 1905: “O que traz os forasteiros não é a necessidade de banhos de mar. Estes são, quando muito, um pretexto que a ninguém illude. Os banhos de mar como tractamento medicinal estão fallidos (...). A vida da praia é o alheamento provisório dos negocios, dos cuidados e das tribulações de cada dia”³⁶¹.

Não significa isto obviamente que no início do século XX as razões terapêuticas tivessem deixado de ser um motivo importante para a vilegiatura balnear³⁶². Simplesmente o “ir à praia por motivos de saúde” foi algo que começou a ser posto em causa de forma gradual ao longo do século XX, sobretudo a partir do final da Primeira Guerra Mundial. Razões para esta tendência prendem-se com factores variados, como as descobertas científicas, o novo papel social da mulher, a liberalização dos comportamentos, as razões da moda, e, no

³⁵⁹ Os cartoons de Rafael Bordalo Pinheiro “Rasões porque se toma banho” e os “Tipos das praias” expressam de forma satírica as múltiplas motivações que levavam as pessoas a frequentar as praias (sendo as mais destacadas a moda, a limpeza, o namoro e a ostentação do corpo) e a variedade social que aí se encontrava. – *O António Maria*, Ano II, Lisboa, Litographia Guedes, 16 de Setembro de 1880, p.306; *Pontos nos ii*, Ano III, Lisboa, Litographia Guedes, 8 de Setembro de 1887, p.287.

³⁶⁰ Este álibi terapêutico é também visível ao nível da propaganda turística da época.

³⁶¹ *Gazeta da Figueira*, nº1407, 9 de Setembro de 1905. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.186.

³⁶² A título de exemplo, o jornal da Figueira da Foz *Diário da Praia*, de Agosto de 1935, tem um vasto artigo dedicado às virtudes terapêuticas do clima marítimo e dos banhos de mar. – *Diário da Praia*, Ano I, nº1, Figueira da Foz, Tipografia de O Figueirense, 9 de Agosto de 1935, pp.1-2.

caso português, a influência de estrangeiros e, mais tarde, dos retornados das colónias. A massificação do turismo a partir dos anos 50 e 60 representou o triunfo deste novo paradigma – “*Sun, Sand and Sea*” passou a ser a motivação principal que levava os vilegiadores às praias do Sul da Europa, mais do que quaisquer razões terapêuticas.

O triunfo da “praia lúdica”, se assim o quisermos chamar, prendeu-se em grande medida com uma mutação na maneira de encarar o sol e a exposição solar. Até ao século XIX predominava a ideia dos malefícios do sol e do calor no organismo, sendo as praias mais quentes consideradas menos salubres e mais dadas à proliferação de doenças – era o caso, em Portugal, das praias a sul do rio Tejo.

Para as elites a exposição ao sol e ao calor na praia era reduzida ao mínimo, através da prática dos banhos predominantemente no período matinal, da utilização dos toldos e, claro está, de um vestuário que protegesse ao máximo a pele. Um artigo da *Moda Illustrada* de 1908, refere que as senhoras, por exemplo, usavam na praia grandes chapéus com véus, guarda-sol, luvas altas e uma camada de pó de arroz que preservasse a pele das agressões solares³⁶³ (ver figura 32). O historiador Pascal Ory, na sua obra *L'invention du bronzage*, explica que havia um pressuposto de que a mulher da elite, por estar privada das suas capacidades de autonomia política, económica e cultural (depositadas no marido), se ocupava inteiramente da preservação de uma beleza pálida³⁶⁴.

A pele branca era considerada desde há séculos um sinal de virgindade e pureza, sendo que a pele escura ou bronzeada era normalmente relacionada com o diabólico, o pecado e a condenação, elementos depois também associados aos povos coloniais e pagãos³⁶⁵. Desta concepção moral e religiosa sobre a pele passou-se a uma concepção classista, associando-se a pele bronzeada às classes trabalhadoras (camponeses, pescadores e marinheiros, sobretudo), e também racista (em especial em relação aos negros e asiáticos), enquanto que a pele branca era apanágio das elites das “raças civilizadas”, de origem europeia³⁶⁶. Porém, no século XIX a norma da pele branca começava já a ser “transgredida” ocasionalmente entre as classes altas, como na década de 60, quando as senhoras das elites de Paris começaram a apresentar a

³⁶³ “Hygiene pratica”, *A Moda Illustrada*, nº1024, Lisboa, Escripório da Empreza Editora O Romance, 24 de Agosto de 1908, p.271. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.22.

³⁶⁴ Pascal Ory, *L'invention du bronzage*, Editions Complexe, 2008, p.27.

³⁶⁵ Idem, pp.19-21.

³⁶⁶ Há que lembrar que mesmo entre os europeus havia escalões raciais diferentes, nomeadamente a partir do século XIX, sendo comum o sentimento de superioridade racial dos “nórdicos” em relação aos “mediterrânicos”.

pele bronzeada, “similhantes aos das filhas da Índia”³⁶⁷.

Na transição do século XIX para o século XX, a cultura naturista, advogando uma educação do corpo em contacto permanente com a natureza, ganhou um grande impulso nos países da Europa. Data desta altura o surgimento das primeiras colónias de férias infantis, bem como da exposição ao sol enquanto forma de tratamento em vários sanatórios. De facto, desde meados do século XIX que numerosos cientistas haviam desenvolvido estudos em torno da helioterapia, demonstrando a eficácia da cura solar no tratamento de determinado tipo de doenças, nomeadamente a tuberculose óssea³⁶⁸, o raquitismo e a lúpus. Os solários começam então a surgir em várias estâncias e sanatórios europeus, como foi o caso da Parede em 1930. O sol passou a ser encarado não só enquanto elemento importante para tratar um certo tipo de enfermidades, mas também, à imagem da água do mar e das virtudes marítimas, enquanto meio de cultivar a vitalidade e a saúde de todos os indivíduos³⁶⁹.

Porém, esta nova maneira de encarar o sol não duraria o suficiente, ao ponto de alterar o antigo paradigma da "praia terapêutica". Na verdade, ela constituiu apenas a última faceta de um processo que vinha desde o século XVIII, mas que rapidamente daria lugar à praia enquanto local privilegiado das férias e do lazer. Talvez por esta aparente subalternização do sol enquanto elemento terapêutico, os problemas associados à excessiva exposição solar só muito tardiamente começaram a constituir um factor de atenção por parte dos banhistas, não obstante as recomendações médicas. Múltiplos periódicos locais e panfletos turísticos faziam, aliás, questão de alertar os banhistas sobre o modo como os banhos de sol deviam ser tomados e sobre os riscos da excessiva exposição solar. Um artigo do *Diário da Praia* de Agosto de 1935 aconselhava a exposição gradual quer em duração – os períodos do dia mais aconselhados são entre as 9 e as 12 horas e entre as 16 e as 19 –, quer nas partes do corpo expostas. Aconselhava-se também o banho de mar após o banho de sol, e não o contrário. Num guia da Praia da Rocha de 1952 considerava-se que os banhos de sol não se deviam prolongar por

³⁶⁷ *Jornal das Damas. Revista de litteratura e modas*, nº6, Lisboa, Livraria de Joaquim José Bordalo, Julho de 1867, p.1. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.22.

³⁶⁸ Ory, pp.66-67.

³⁶⁹ Idem, pp.69-71. O jornal da Figueira da Foz *Diário da Praia* salienta que “uma cura solar bem conduzida é capaz de determinar uma regularização da tenção sanguínea e do ritmo cardíaco, um aumento do numero dos globulos vermelhos e da hemoglobina do sangue assim como da actividade das defezas do organismo, de melhorar as funções renais e favorecer as trocas metabólicas, aumentando o peso”. O banho solar faz com que o indivíduo se sinta “mais bem disposto, mais vivo, com maior aptidão física e intelectual, e por consequência mais apto para a luta quotidiana”. Por estas razões, o banho solar, juntamente com o banho frio, é considerado “uma medida de higiene de primeira ordem”, que deveria ser praticada por todos. As virtudes helioterapêuticas são acentuadas quando “a sua prática se realiza à beira-mar”. O artigo aconselha ainda a prática da ginástica na praia para as pessoas que o possam fazer, ao invés de permanecerem deitadas e imóveis. - *Diário da Praia*, Ano I, nº15, 23 de Agosto de 1935, pp.1-2.

mais de 3 horas, devendo ser tomados pelos menos 2 horas após a última refeição³⁷⁰.

Associado ao sol, o estar bronzeado tornou-se sinónimo de ir à praia, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Segundo Pascal Ory, o bronzeado começou a entrar na moda europeia nos anos do pós-Primeira Guerra³⁷¹, particularmente a partir da década de 20. Uma das figuras que contribuíram para a difusão desta moda foi a estilista Coco Chanel, que a partir dos anos 20 começou a frequentar as praias do sul de França, exibindo nas fotografias o seu corpo bronzeado. Na década seguinte, várias revistas femininas começaram a divulgar a imagem da mulher bronzeada como um sinal de beleza e de “estar na moda”. Simultaneamente, a indústria dos cosméticos lançava no mercado os primeiros cremes solares, verdadeiro pretexto para que o usufruto dos banhos de sol se tornasse algo de *fashionable* e de luxuoso³⁷². Embora na cidade a tendência fosse oscilando, na praia o bronzeado foi-se impondo gradualmente, por ser um local onde os corpos se podiam libertar dos vínculos do local de trabalho e das relações sociais dominantes³⁷³.

Ory identifica como momento importante na transmissão destas novas ideias às classes populares o Verão de 1936 em que, após a vitória da Frente Popular, os trabalhadores franceses conquistam as férias pagas. São-lhes então concedidas pelo governo viagens e estadias a preços mais baixos em estâncias balneares até aí apenas frequentadas pelas elites, podendo pela primeira vez milhares de franceses usufruir dos banhos de mar e de sol³⁷⁴. Esta conquista teve repercussões em todo o Ocidente depois da Segunda Guerra Mundial, altura em que as sociedades ocidentais retomaram a sua “busca do prazer”, após uma época de restrições e de preocupações. O alargamento do período de férias pagas, a subida dos rendimentos das classes médias europeias, o desenvolvimento dos transportes e da mobilidade criaram condições para que as concepções iniciadas nas décadas anteriores pudessem desencadear uma verdadeira alteração de mentalidades em relação ao sol, à pele e à vilegiatura banhar.

Os turistas do norte da Europa começaram a ver as praias do Sul como lugares eco-

³⁷⁰ *Diário da Praia*, Ano I, nº4, 12 de Agosto de 1935, p.1; *Praia da Rocha, a mais linda praia de Portugal*, Lisboa, Edições Internacionais, 1952.

³⁷¹ Como Ory aponta, o pós-guerra tem sido visto por muitos contemporâneos como uma “compensação hedonista para o processo de conformização das práticas aos valores” que caracterizaria o período antes da Guerra. Porém, há que notar que muitas das rupturas culturais do século XX tiveram as suas primeiras manifestações antes de 1914, embora a conturbação da guerra tenha contribuído para que estas rupturas tivessem um impacto maior só a partir dos anos 20. – Ory, pp.92-93.

³⁷² Idem, pp.31-40. Como afirma Helena Machado, «a técnica corporal do “não fazer nada”, como sinal de lazer ostentatório (...) é agora construído por um abandono do corpo à acção dos raios solares» – Helena Machado, p.127.

³⁷³ Ory, p.103.

³⁷⁴ Ory, pp.31-32.

nómicos, exóticos e apetecíveis, onde o sol brilhava o ano inteiro, associando-as a um paradigma de lazer e de férias que prevaleceria nas décadas seguintes³⁷⁵ – foi o triunfo não só da “praia quente” – “quente” no sentido da exposição solar e da temperatura da água – mas também da “praia lúdica”, voltada para o lazer, em oposição ao antigo paradigma da “praia fria” e “terapêutica”. Um dos reflexos mais visíveis desta mudança de paradigma foi a transferência da época balnear para os meses mais quentes (Junho, Julho, Agosto e Setembro), contrastando com o conceito elitista de “estação de banhos” do século anterior³⁷⁶.

Esta mudança de paradigma começou a ser visível até ao nível das representações dos destinos na propaganda turística em Portugal. Maria José Aurindo afirma que “é com o romper da ‘revolução solar’ que, finalmente, em 1960, se vêem predominantes representações em que o sol (ou uma referência a este, como seja a luminosidade) passa a ser presença constante na maioria dos cartazes que promovem destinos turísticos. Assiste-se à passagem do Mediterrâneo de um destino típico de Inverno, frequentado maioritariamente por uma elite internacional, com carácter discreto, para um destino claramente de Verão, em que os banhos de sol em vez de prejudiciais à saúde se tornam terapêuticos”³⁷⁷. Perante as fontes analisadas, podemos afirmar que estas representações do sol na propaganda turística são bastante anteriores aos anos 60, sendo particularmente visíveis a partir dos anos 30³⁷⁸. Um aspecto curioso é que os guias turísticos começaram a salientar a diferença entre as praias portuguesas e algumas das praias mais conceituadas da Europa (por exemplo, Brighton ou Nice) em termos do número de horas de sol, traduzindo uma vantagem de Portugal em relação aos países setentrionais que, embora possuindo melhores infra-estruturas, não possuíam as mesmas condições naturais³⁷⁹.

As praias portuguesas que melhor traduziram este novo conceito foram, sem dúvida, as do Algarve, a partir dos anos 60. Porém, como se procurará demonstrar no último capítulo, houve um precedente importante deste fenómeno, que foi a Costa da Caparica, cujo desenvolvimento começou nos anos 30 e que atingiu uma popularidade singular a partir da década de 50.

³⁷⁵ Sérgio Palma Brito menciona como o sexo se foi tornando também cada vez mais um factor associado à vilegiatura balnear a partir dos anos 60, dando origem à fórmula “*Sand, Sun, Sea and Sex*”. - Sérgio Palma Brito, vol.2, p.755.

³⁷⁶ Já na década de 30, a debandada dos espanhóis da Figueira da Foz parece começar logo em finais de Agosto. – *Diário da Praia*, Ano I, nº23, 31 de Agosto de 1935, p.1.

³⁷⁷ Maria José Aurindo, p.76.

³⁷⁸ Por exemplo, nas brochuras turísticas *Praia do Carvoeiro, Algarve*, Portimão, Tipografia Lumen, 193- e *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo – Terra de Pescadores*, Lisboa, Tipografia Lucas, 1930, p.20.

4.5. A exposição do corpo nas praias

Já vimos como as praias foram desde o começo locais de uma invulgar exposição dos corpos. O pudor levou a que fossem preparadas uma série de infra-estruturas e peças de vestuário que diminuíssem esta exposição, em especial do corpo feminino. Mais tarde, seria o Estado a legislar sobre esta matéria.

Um dos primeiros instrumentos para esconder o corpo de quem ia a banhos era a carruagem de banhos, referida para a Europa desde a primeira parte do século XVIII, mas que as fontes portuguesas parecem ignorar. Em lugar das carruagens de banhos, em Portugal desde o início do século XIX que se utilizavam, nomeadamente nas praias das desembocaduras dos rios, as barcas de banhos, algumas bastante elaboradas, como explica João Nêu: “Essencialmente constituídas interiormente por várias cabines individuais, cada uma das quais com uma parte acima da linha de água, onde os utentes se despiam e vestiam, e uma outra por baixo, alagada por comunicação directa com o rio, para onde os banhistas desciam por uma pequena escada”³⁸⁰.

Durante praticamente todo o século XIX não existiam fatos de banho, mas sim vestidos utilizados com o mesmo objectivo. As fontes indicam-nos uma variedade de materiais utilizados nestes “vestidos de banho”³⁸¹, que eram bastante compridos mas que ainda assim não evitavam que se percebessem as linhas do corpo da mulher.

Gradualmente foram surgindo os toldos, em lona branca, ou as barracas de banhos, em madeira pintada. Estes iriam proliferar por todas as praias importantes do país a partir da segunda metade do século XIX até uma altura tardia do século XX (ver figuras 33-38). O objectivo destas estruturas era, no primeiro caso, resguardar os banhistas da excessiva expo-

³⁷⁹ *Praia da Rocha, a mais linda praia de Portugal*, Lisboa, Edições Internacionais, 1952.

³⁸⁰ João Nêu, vol.II, p.68. Nem todas seriam tão grandes e complexas, como descrevem Carl Israel Ruders em *Viagem em Portugal, 1798-1802*, p.121, e A. P. D. G. em *Sketches of Portuguese Life...*, pp.63-64, apontando para embarcações mais pequenas, de tipo bote, providas de cortinas para as pessoas trocarem de roupa, e de escadas para entrarem na água.

³⁸¹ Ruders fala num “tecido muito leve, mas não transparente”, A. P. D. G. em “fazenda de lã muito grossa”, Idem. Corbin afirma que em França “as primeiras mulheres a mergulhar no mar enfiavam um espesso vestido de lã para conservar o calor”. Mais tarde (por volta de 1820) “homens e mulheres vestem um longo traje de burel marrom sobre uma calça comprida”. Já nos anos 40 começam a impor-se as calças, uma vez que “o vestido levantado pela onda torna-se algo indecente”. As mangas são até ao cotovelo e, a fim de facilitar os movimentos dos nadadores, “faz-se de vez em quando uma abertura junto às axilas. As jovens acrescentam um pequeno saiote ajustado à cintura, com a finalidade de dissimular os quadris”. – Corbin, p.93.

sição solar e dos ventos fortese, no segundo, oferecer privacidade enquanto trocavam de roupa ou tomavam um banho de água do mar aquecida³⁸².

Ao longo do século XIX manteve-se um contraste acentuado entre o vestuário de banho do sexo masculino e do sexo feminino, reflectindo as preocupações com o pudor e com a virtude feminina. Os fatos de banho de homens e crianças eram bem mais práticos que os das mulheres – “longos fatos de malha, colantes, às riscas horizontais brancas e pretas, joelhos cobertos e mangas abaixo dos cotovelos”³⁸³ (figuras 39 e 40). No caso das senhoras, o vestido de banho foi transitando gradualmente para o fato debanho composto por duas peças, que cobriam o tronco, os braços e as pernas. De qualquer modo, como tivemos ocasião de ver no capítulo 3, o vestuário específico para o banho era apanágio das elites, sendo que as classes baixas utilizavam na praia a roupa de trabalho ou a roupa interior (ceroulas, camisas de dormir - figuras 41 e 42).

Branca de Gonta Colaço e Maria Archer referem que, na transição para o século XX, o fato de banho feminino sofreu uma “audaciosa modernização”: “calções de castorina escura, com o folho debaixo do joelho, um grande casaco com abas, até meio da coxa, avivado a nastro branco”³⁸⁴ (figuras 43 e 44). Só a partir do pós-Primeira Guerra se assistiu a um desnudamento gradual da mulher e do homem nas praias portuguesas³⁸⁵, em virtude das mudanças que vimos anteriormente. Na década de 20, as saias ou saiotos dos fatos-de-banho femininos começaram a desaparecer, dando destaque ao *maillot* que, além de possibilitar uma maior liberdade de movimentos na água, expunha muito mais o corpo aos raios solares (ver figura 46). Como aponta Pascal Ory, se na década de 10 teve lugar o desnudamento dos braços, foi na década de 30 que os ombros e as pernas se destaparam (figuras 47-49), sendo que no final desta década as alças começaram a desaparecer³⁸⁶.

Em Portugal, estas mudanças ao nível da indumentária de banhos e dos comportamen-

³⁸² Como afirma Luís P. Saldanha Martins, as barracas “dispunham-se paralelamente ao litoral, à excepção da Foz do Douro onde eram perpendiculares e da Póvoa de Varzim onde formavam grupos isolados uns dos outros que se abriam sobre o mar. A disposição da Foz parece estar ligada à exiguidade do Caneiro, solução que se estende às demais praias à medida que a afluência de banhistas aumenta, constituindo igualmente uma protecção contra as incómodas nortadas”. – Luís Paulo Saldanha Martins, pp.54-55.

³⁸³ Branca de Gonta Colaço; Maria Archer p.19. Citado em Paula M. Pereira de Oliveira Dias, p.184.

³⁸⁴ Branca de Gonta Colaço; Maria Archer, p.20.

³⁸⁵ As banhistas estrangeiras nesta altura já usavam fatos-de-banho bem mais desnudados e modernos (figura 45). Branca de Gonta Colaço e Maria Archer descrevem o escândalo provocado por uma senhora, nascida no estrangeiro, que nadava em *maillot* na praia de Algés, durante os anos da Grande Guerra. – Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, p.80.

³⁸⁶ Ory, p.105.

tos na praia foram sempre matizadas pelo conservadorismo dos costumes³⁸⁷ e por um regime político como o Estado Novo, que impunha restrições severas à exposição do corpo, como se verá a seguir.

Durante o século XIX não só a estadia na praia era relativamente curta como quaisquer tentativas de ultrapassar os limites da “decência pública” eram rigorosamente reprimidas. Desde a década de 40 do século XIX que temos exemplos de queixas junto do governador civil de Lisboa sobre a nudez dos banhistas (pobres) junto ao cais do Terreiro do Paço³⁸⁸. Em 1852, o governador civil assinou um edital proibindo os banhos nas “praias ou caes de Lisboa em estado de completa e indecente nudez”³⁸⁹. Em 1876 o município de Cascais proibiu que se tomasse “banho nas praias em estado de nudez completa ou por qualquer outro modo” que ofendesse a “decência pública”³⁹⁰, seguindo o exemplo da medida tomada em Oeiras em 1858³⁹¹.

No século XX, é de notar a importância que alguns banhistas vindos de fora tiveram na liberalização dos comportamentos e no desnudamento dos corpos nas praias portuguesas: as elites estrangeiras que frequentavam o Estoril desde o início do século XX, vindas de países onde as modas e os novos comportamentos chegavam primeiro; com a Segunda Guerra Mundial, os refugiados das elites de países europeus ocupados; depois do 25 de Abril, os retornados das colónias, onde a liberdade de comportamentos era de um modo geral maior. O episódio mais marcante deste “choque cultural” aconteceu com a chegada dos refugiados europeus durante a Segunda Guerra Mundial e o consequente escândalo provocado pelos fatos-de-banho das “refugiadas”, principalmente nos Estoris³⁹².

Na sequência deste episódio, foi emitido o Decreto-Lei nº31 247, de 6 de Maio de 1941, sobre “o uso e a venda dos fatos de banho”. O preâmbulo do decreto revelava que “factos ocorridos durante a última época balnear mostraram a necessidade de se estabelecerem,

³⁸⁷ Uma crónica do jornal Diário de Lisboa de 9/08/1921 refere que “o traje da banhista portuguesa continua a ser qualquer coisa de prehistórico e horroroso na forma e na cor”. – Manuel da Silva Pinto, “Linha de Cascais” in *Diário de Lisboa*, dir. propr. e ed. Joaquim Manso, 9/08/1921. Citado em João Nêu, vol.II, p.80.

³⁸⁸ ACML, *Synopse dos Principais Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1843*, Agosto, p.17. Citado em Maria Luísa M. Afonso Martins, p.78.

³⁸⁹ Edital, 10 de Julho de 1852, *Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1852*, p.106. Citado em Idem.

³⁹⁰ AHMC/Arquivos da Administração Local-CMC, 10 de Junho de 1876, artigo 119.º. Citado em João Miguel Rodrigues Henriques, p.88.

³⁹¹ ACOM, Artº 4º Postura de 25 de Setembro de 1858, *Livro de Posturas 1760-1877*, fl. 57 v. Citado em Maria Luísa Afonso Martins, p.79.

³⁹² Branca de Gonta Colaço e Maria Archer descrevem assim a praia do Tamariz em 1943: “Vêm-se fatos de banho janotas, tão despídos quanto o permite a lei, vêm-se os banhistas do sol, que tentam as audácias do nudismo...” – p.307.

com a precisão possível, as normas adequadas à salvaguarda daquele mínimo de condições de decência que as concepções morais e mesmo estéticas dos povos civilizados ainda, felizmente, não dispensam”. É decretado que “só é permitido usar e vender fatos de banho que não contrariem as condições mínimas oficialmente fixadas e tornadas públicas por editais dos governadores civis e capitães dos portos” (art. 1.º), sendo que o julgamento das infracções competia aos “capitães dos portos ou oficiais seus delegados, ou pelos comandos da polícia de segurança pública ou delegados seus” (art. 5.º)³⁹³.

No seguimento desta lei, surgiram nas praias portuguesas os cabos-de-mar da Mari- nha, que tinham entre as suas funções fiscalizar o cumprimento das regras quanto ao tipo e tamanho dos fatos de banho, quer femininos quer masculinos³⁹⁴. A medida originou reacção entre os milhares de estrangeiros residentes em Lisboa e nos Estoris, o que levou a uma expo- sição ao governo por parte da Sociedade Propaganda de Portugal, que recebeu estas queixas, como explica Luís Lupi (secretário-geral da Sociedade) nas suas memórias³⁹⁵. Embora o autor considere que depois “os rigores da repressão se foram, pouco a pouco, aliviando”³⁹⁶ (figura 50), isto não sucedeu para a maioria dos banhistas portugueses, que estiveram sob vigilância dos cabos-de-mar pelo menos até ao fim da ditadura.

Em 1957 uma nova legislação sobre os fatos-de-banho deixava de obrigar o uso de saio- te ou calção nos *maillots*, bem como o tronco nu entre os homens³⁹⁷ (figuras 51 e 52). As mudanças de mentalidade foram assim influenciando paulatinamente o poder político, em parte porque grandes quantidades de turistas estrangeiros afluíam às praias portuguesas a par- tir dos anos 50. Já no final da década de 60, os homens começaram a usar, além do calção de banho, o chamado calção ou tanga “de mousse” (ver figura 53), e as mulheres surgiram de bikini, embora pouco reduzido³⁹⁸.

³⁹³ Sérgio Palma Brito, vol.2, pp.674-675.

³⁹⁴ Entre estas regras estava a obrigatoriedade do uso de saio- te, para as mulheres, e de uma camisa a cobrir o tronco, para os homens. – “Algumas normas para o uso de fato de banho”, Ministério do Interior. Gabinete do Ministro, Maço 518, Caixa 76, 1941. Citado em Irene Pimentel, p.171.

³⁹⁵ “Os mais veementes protestos vinham dos homens, a quem se exigia que o fato de banho, além da saia sobre as calças, lhes tapasse peito e costas e com a obrigação de não deixarem cair as alças que os prendia aos ombros, quase embaraçando os movimentos dos que nadavam!”. Luís Caldeira Lupi, *Memórias: diário de um inconformista*, Lisboa, Pax, 1971-1973, p.438. Citado em Paulo Pina, p.111.

³⁹⁶ Idem, p.439.

Capítulo 5 – Estudo de caso: a Costa da Caparica

5.1. A evolução da Costa da Caparica como estância de turismo

5.1.1. O período de emergência

À semelhança de outras povoações litorâneas, a Costa da Caparica começou por ser uma aldeia de pescadores, originários do Algarve e do distrito de Aveiro, que emigraram para esta zona na segunda metade do século XVIII³⁹⁹, devido à sua excelente posição geográfica entre o oceano e a foz do Tejo.

À semelhança de várias povoações litorâneas, as primitivas habitações da Costa da Caparica eram palheiros de pescadores. Manuel Agro Ferreira (1879-1943), o futuro impulsionador da povoação como centro turístico, refere que em 1922 esta “era constituída apenas por umas centenas de barracas de colmo, umas dezenas de barracas de tijolo e meia dúzia de casas abarracadas de pedra e cal”. Terá sido nesta altura que surgiram as primeiras casas de banhistas⁴⁰⁰, a maioria deles vindos de Lisboa mas também do Alentejo⁴⁰¹. As comunicações eram nesta altura escassas, uma vez que a estrada de Cacilhas para a Costa era intransitável nos últimos quilómetros, vendo-se os banhistas na necessidade de saírem na Trafaria, onde os vapores provenientes de Belém atracavam numa velha ponte de madeira, seguindo a partir daí a pé ou numa carroça até à Costa⁴⁰².

No fervor da política de turismo republicana levada a cabo após a institucionalização das comissões de iniciativa, em 1925 a Costa da Caparica foi elevada à condição de estância

³⁹⁷ *Praia do Sol*, Ano VIII, nº128, 1 de Maio de 1957, p.3. Segundo João Nêu, trata-se de um decreto do Ministério das Comunicações de 13 de Fevereiro do mesmo ano. – João Nêu, vol.II, p.82.

³⁹⁸ Entrevista a José Paiva (entrevista gravada), 3/6/2011.

³⁹⁹ *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo – Terra de Pescadores*, Lisboa, Tipografia Lucas, 1930, p.20.

⁴⁰⁰ Manuel Agro Ferreira, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, tese apresentada ao I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936, p.3. Raúl Brandão afirma no seu *Guia de Portugal* que em 1924 a povoação teria cerca de trinta casas para aluguer. - Raúl Brandão, *Costa de Caparica* in “Guia de Portugal”, 1º vol., Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p.616. Citado em Reinaldo Varela Gomes, “O nascimento da Costa de Caparica como complexo turístico” in *Anais de Almada*, nº 2, Almada, Câmara Municipal, 1999, p.178.

⁴⁰¹ *Praia do Sol*, nº283, p.6.

de turismo pelo Decreto nº11 335 de 9 de Dezembro. As razões para esta decisão parecem prender-se com as suas excepcionais condições naturais, com os seus vastos areais e pinhais, ar seco e intensamente iodado, sendo um local especialmente recomendado às crianças e no tratamento de doenças como o linfatismo, o raquitismo, escrofuloses e tuberculosos⁴⁰³. Porém, apesar da comissão de iniciativa da Costa da Caparica ter sido formalmente criada em 1926⁴⁰⁴, a definição da sua área de jurisdição e da comissão de iniciativa da Trafaria não foram desde logo definidas, originando problemas ao nível da execução de obras e melhoramentos e da promoção turística da zona⁴⁰⁵.

Em 1925 a Costa da Caparica foi retirada da jurisdição da Junta de Freguesia do Monte da Caparica e integrada na Junta de Freguesia da Trafaria, traduzindo assim uma espécie de viragem vocacional da povoação para o turismo balnear e, mais concretamente, para o turismo balnear dos lisboetas. Reflexo disto foram os nomes com que se tentou rebaptizar a Costa nesta altura: “Costa de Ouro, como lhe chamam uns. Costa Rica, Costa Liz, Costa do Sul, Costa Bôa, Costa-Linda, Praia do Sol...”, como indica a brochura de 1930, *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo*⁴⁰⁶. A expressão favorita dos promotores – Costa do Sol – estava, no entanto, já atribuída à costa dos Estoris⁴⁰⁷, sendo que o nome que acabou por prevalecer ao nível da propaganda foi o de “Praia do Sol”, por acção de Manuel Agro Ferreira, nome que assim denominaria o núcleo urbano da Costa⁴⁰⁸. Esta designação, contudo, nunca entraria no uso popular dos veraneantes, ficando a praia nas décadas seguintes conhecida apenas por “Praia da Costa”⁴⁰⁹, curiosamente o nome expresso no título do livro.

O primeiro melhoramento substancial foi a inauguração das carreiras da empresa

⁴⁰² Manuel Agro Ferreira, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, p.3.

⁴⁰³ “O nascimento da Costa de Caparica como complexo turístico”, pp.178-179. O próprio Manoel Agro Ferreira, natural de Estarreja, tornou-se frequentador da Costa desde 1913, devido aos problemas de saúde do seu filho, que sofria de raquitismo. – *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, p. 20. Recorde-se que a praia da Trafaria, próxima geograficamente, era, pelas mesmas razões, frequentada por crianças pobres a cargo da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

⁴⁰⁴ Arquivo Histórico Municipal de Almada. Fundo da Administração do Concelho. Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Costa de Caparica 1926-1933. Secção B; subsecção F; série 002. Citado em Idem, p.97.

⁴⁰⁵ Idem, pp.23-24.

⁴⁰⁶ Esta é considerada a primeira brochura desenvolvida de propaganda da Costa de Caparica, sabendo-se que a sua publicação foi promovida por Manuel Agro Ferreira e, como se afirma no prefácio, por “amigos e interessados no desenvolvimento da Costa cujo futuro lhes mereceu a confiança de nela empenharem os seus capitais”. Foram reproduzidos 4000 exemplares do livro, dos quais 3250 eram “destinados a distribuição gratuita por médicos, repartições públicas, salões de leitura, etc. e 750 para serem vendidos”. – *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo...*, p.V; *Hotel Praia do Sol...*, p.31.

⁴⁰⁷ *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo...*, p.12.

⁴⁰⁸ Manuel Agro Ferreira, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, p.11.

⁴⁰⁹ Entrevista a Tomé Antunes, (entrevista gravada), 7/5/2011.

Camionetas Piedense para a Costa da Caparica a partir de Cacilhas e da Trafaria, que, embora ainda sem horários definidos, começaram a funcionar em 1928⁴¹⁰. A praia da Costa começava assim a dar os primeiros passos no sentido de se tornar um destino balnear acessível para os banhistas lisboetas. Entretanto, a povoação desenvolvia-se a um ritmo impressionante (ver figura 54), começando em 1928 a ser construídos os primeiros empreendimentos urbanísticos, como o Bairro da Quinta de Santo António, o Bairro do Sul e o Bairro do Convento, todos eles fruto de iniciativas privadas⁴¹¹. Por volta desta altura, os lisboetas começaram a poder aceder às praias da Costa a partir do Terreiro do Paço, com ligação a Cacilhas, sendo as ligações rodoviárias asseguradas pelas camionetas da Piedense⁴¹² ou por carros de aluguer, cujo serviço era reforçado durante o Verão⁴¹³. Ainda assim, como aponta Reinaldo Varela Gomes, a travessia do Tejo permanecia uma “verdadeira odisséia”, devido às más condições de atracagem tanto em Cacilhas como na Trafaria e ao facto de a lotação dos barcos ser constantemente ultrapassada. Além disso, os preços das passagens não estavam uniformizados, havendo queixas quanto ao facto de os preços da ida e da volta divergirem no mesmo dia⁴¹⁴.

Havia ainda problemas em relação aos alojamentos. Segundo a já referida brochura *A praia da Costa...*, em 1930 centenas de famílias já passavam ali o Verão, existindo à volta de duzentas casas destinadas ao aluguer de banhistas, mais as casas que os pescadores alugavam. No entanto, nem todas estas casas possuíam as devidas comodidades e condições de higiene, estando as melhores “arrendadas de ano para ano, pelas famílias que primeiro as tomem”. Devido a esta intensa procura, muitos banhistas mandavam construir habitações próprias, a preços relativamente reduzidos⁴¹⁵. Pensões, existiam apenas duas e “de baixa qualidade”⁴¹⁶, não existindo qualquer hotel.

À falta de “casinos, clubs de luxo e festas esplendidas”, a brochura recomendava aos banhistas o passeio pelos vastos areais e pinhais da zona, a prática de jogos e desportos ao ar

⁴¹⁰ José Luís Covita, *História da camionagem no concelho de Almada*, Almada, Departamento dos Serviços Municipais de Acção Sociocultural da Câmara Municipal, 1995, p.35. Segundo Salvador Félix Martins, a Piedense teria assinado em 1925 um acordo com a Junta de Freguesia do Monte da Caparica, a Câmara Municipal de Almada e o Distrito de Setúbal, assegurando a exploração dos transportes públicos de Cacilhas e da Trafaria para a Costa de Caparica. – Salvador Félix Martins, *Caparica doutros tempos*, Socingraf, 2004, p.64.

⁴¹¹ Reinaldo Varela Gomes, p.179.

⁴¹² Nesta altura, a Piedense dispunha de um serviço exclusivo durante o Verão com duas camionetas modernas, a “Rainha das Praias e a “Praia do Sol”, cada uma com capacidade para 35 passageiros. – Idem, p.180.

⁴¹³ *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, p.28.

⁴¹⁴ Um dos leitores do Diário de Lisboa de 11/3/1930 queixa-se que, no dia 9 de Março, tinha pago entre a Trafaria e Belém \$60 na ida e 1\$00 no regresso. – Reinaldo Varela Gomes, p.180.

⁴¹⁵ *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura...*, pp.14-16.

⁴¹⁶ Reinaldo Varela Gomes, p.181.

livre e, sobretudo, a observação (e participação) da faina piscatória⁴¹⁷. Parecia assim começar a desenvolver-se uma propaganda turística em torno das belezas naturais da Costa da Caparica e da sua cultura piscatória, em oposição a um modelo de vilegiatura luxuoso, cosmopolita, representado na margem Norte do Tejo pela costa do Estoril, onde precisamente nesta altura se inauguravam os grandes projectos turísticos.

Constituindo mais do que uma brochura de propaganda turística, o livro iria acompanhar esta espécie de “febre do turismo” na região de Lisboa, manifestando algumas das mais urgentes aspirações da Costa da Caparica perante o poder central. A mais importante de todas era a reparação da estrada para Cacilhas (considerada intransitável até ao Monte da Caparica⁴¹⁸) que, acompanhada da eleição de uma Comissão de Iniciativa, criaria as condições essenciais para o surgimento de outros melhoramentos: a construção dos primeiros estabelecimentos hoteleiros, a electrificação, a água canalizada, o saneamento básico, a limpeza de lixos, a construção do bairro dos pescadores e de uma estrada arborizada ligando à Fonte da Telha⁴¹⁹.

Data também de 1930 a proposta de urbanização para a Costa da Caparica delineada pelo arquitecto Cassiano Branco (figura 55), supostamente encomendada por um “grupo económico privado”⁴²⁰. O projecto era influenciado pelo modelo da “cidade industrial” do arquitecto e urbanista francês Tony Garnier, que inspiraria vários arquitectos europeus a conceber cidades onde a dureza e a rotina da sociedade moderna seriam de alguma forma compensadas pela “criação de espaços para o exercício de actividades culturais, lúdicas e desportivas”⁴²¹. Cassiano Branco pretendia transformar a Costa da Caparica numa verdadeira “cidade de lazer com todos os equipamentos [...] necessários ao gozo de férias e dos tempos livres”: um grande hotel de luxo (o “Atlântico Palácio”) com 1500 quartos, outro hotel popular com 2000 quartos, piscinas cobertas e descobertas, um restaurante-bar, balneários, campos desportivos de vários géneros com respectivas bancadas para as multidões e, talvez o elemento mais notável do conjunto, um canal paralelo ao mar destinado à prática de desportos náuticos.

⁴¹⁷ *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura...*, p.13.

⁴¹⁸ *Idem*, p.65.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p.15.

⁴²⁰ *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, p.38.

⁴²¹ Outros exemplos destes projectos foram as cidades italianas de Sabaudia e Latina, concebidas nos anos 20, e a “Ciutat de Repós e Vacances” para as praias da baía de Llobregat, concebida pelo grupo GATEPAC (Grupo de Artistas y Técnicos Españoles Para la Arquitectura Contemporánea) em colaboração com Le Corbusier entre 1931 e 1934. – Manuel Fernandes de Sá, Francisco Barata Fernandes, “Sobre um postal. Costa da Caparica. Praia Atlântico. Pormenor de solução urbanística. 1930, Cassiano Branco” in *Cassiano Branco. Uma obra para o futuro*, Câmara Municipal de Lisboa, Edições Asa, 1991, p.96.

Da observação do projecto depreende-se que este secundarizava a vertente tradicional de “repouso e cura” da Costa da Caparica em favor de um cosmopolitismo e de uma vertente social moderna e urbana, muito influenciados pelo cinema de Hollywood⁴²². Um exemplo desta tendência era a total ausência no projecto de habitações unifamiliares, tipologia que dominaria os planos urbanísticos de várias estâncias balneares portuguesas nas décadas seguintes⁴²³. Era ainda notório que o projecto não fora concebido apenas para uma elite, mas para um grande número de pessoas em contexto urbano – as classes médias lisboetas –, pretendendo-se construir um centro de veraneio capaz de rivalizar com a costa do Estoril.

O cariz ambicioso e, podemos dizer, utópico do projecto de Cassiano Branco, embora hoje nos pareça uma evidência, representaria no contexto da década de 30 a imagem mais flagrante do voluntarismo dos arquitectos e das elites económicas. A Costa da Caparica desenvolvia-se a ritmo rápido e alguns sectores da sociedade depositavam nela grandes esperanças, não apenas enquanto estância balnear alternativa aos Estoris mas também enquanto pólo de desenvolvimento da margem sul do Tejo⁴²⁴.

5.1.2. A acção de Manuel Agro Ferreira

Seria precisamente este vector que inspiraria Manuel Agro Ferreira a iniciar a sua batalha pela construção de uma avenida marginal entre Cacilhas e a Trafaria. Já vimos como a construção de estradas foi, principalmente a partir dos anos 30, um factor importante para o desenvolvimento e a diversificação do turismo em zonas não abrangidas por outros meios de comunicação, sendo que o conceito de “estradas de turismo” surgiu nesta altura. Agro Ferreira, aproveitando a “política de realizações” do Estado Novo e o investimento que estava a ser feito neste campo, percebeu o potencial turístico de uma estrada marginal ao Tejo. Esta estrada deveria harmonizar as duas margens e, simultaneamente, dignificar Lisboa como “capital do Império” e o Tejo como porta de entrada na cidade. Agro Ferreira defendia que Lisboa deveria ter acompanhado o Tejo no seu desenvolvimento urbanístico, ao invés de se ter desenvolvido para o interior, pois esta era a sua vocação natural e histórica – desenvolver-se

⁴²² Esta influência do cinema na obra de Cassiano Branco reflecte-se noutros projectos do arquitecto nesta altura, nomeadamente a Cidade do Cinema em Cascais e o Cinema Éden, em Lisboa.

⁴²³ Manuel Fernandes de Sá, Francisco Barata Fernandes, p.96.

⁴²⁴ *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, pp.35-38.

em duas margens⁴²⁵. Para isso, era necessário que a margem sul deixasse de ser “interdita”, ou seja, era necessário criar ligações portuárias e, sobretudo, torná-la um núcleo importante de actividades industriais, comerciais e turísticas, criando uma avenida marginal que impulsionasse este desenvolvimento. Estas propostas suscitaram o interesse do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, presidido por Duarte Pacheco, e do Ministério do Interior, que em 1933 encarregaram uma comissão de estudo de elaborar um “Relatório sobre o aproveitamento das condições naturais e os trabalhos mais urgentes a considerar em ordem ao embelezamento, urbanização e futuro desenvolvimento como estância balnear das praias da Costa da Caparica”⁴²⁶.

Ao mesmo tempo, e aproveitando o “entusiasmo” gerado pela lei hoteleira de 1930, Agro Ferreira promovia a construção do Hotel Praia do Sol, inaugurado em 1934, e que seria o primeiro estabelecimento hoteleiro da Costa da Caparica e o único a ser classificado como tal pelo menos até 1964⁴²⁷ (ver figura 56). Esta construção é assinalável até pelo facto de em 1934 o número de estabelecimentos no país com os requisitos necessários para serem classificados de “hotel” não ultrapassava os 121, havendo praias como Cascais e a Póvoa de Varzim que não possuíam “hotéis” no sentido legal do termo⁴²⁸.

Entretanto, continuava a especulação em torno da Costa da Caparica e da região envolvente, com planos de urbanização na mente dos promotores e do ministro Duarte Pacheco, com a prossecução das expropriações com vista à construção de uma marginal na povoação, bem como a realização de um concurso público para a concessão da ponte sobre o Tejo, que viria depois a ser cancelado, mas que serviria de mote para os anos 50-60⁴²⁹. Todos estes planos demonstram a sensação causada pela Costa da Caparica a partir do início dos anos 30 junto dos poderes públicos, fomentada pelo projecto de Cassiano Branco e pela acção de Agro Ferreira.

⁴²⁵ Manuel Agro Ferreira, *Avenida Sul do Tejo. Cacilhas-Trafaria*, Lisboa, 1933, pp.17-18.

⁴²⁶ Portaria de 9 de Março de 1933, Diário do Governo, II Série, nº56. Um dos elementos mais notáveis deste relatório é o que respeita à construção de um caminho-de-ferro entre Cacilhas e a Costa de Caparica, passando pela Cova do Vapor e pela Trafaria, para a qual supostamente já teria sido aberto um concurso. Refere-se também a hipótese, para um futuro próximo, da construção de uma linha entre o Barreiro e Cacilhas, que ligaria assim a Costa de Caparica à Linha do Sul. – Manuel Agro Ferreira, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, pp.9-19; *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, pp.43-53.

⁴²⁶ Idem, p.13.

⁴²⁷ *Portugal País de Turismo. Anuário do Turismo Português*, nº12, 1964/65, Lisboa, Olisipo – Editorial de Publicações Turísticas, Lda., 1964. Citado em *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, p.62.

⁴²⁸ Guilherme Cardim, “Acomodações e atracções (indústria hoteleira)” in *I Congresso Nacional de Turismo*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936. Citado em *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, pp.60-61.

⁴²⁹ Idem, pp.65-66.

Este não deixaria de continuar a sua luta ao apresentar no I Congresso Nacional de Turismo (1936) duas comunicações: “As praias da Costa, indevidamente chamada de Caparica”⁴³⁰ e “A Avenida da Margem Sul”. Na primeira, Agro Ferreira salientava o crescimento da Costa como fenómeno singular em Portugal: “Fez-se aqui, em cerca de 6 anos, uma obra única em Portugal; em parte alguma do País se produziu mais em tão pouco tempo, numa região de todo desconhecida, sem estradas nem meios de transporte; este “fiat” fulgurante consagra definitivamente a região que tantos entusiasmos e consagrações de toda a ordem tem merecido, sem que qualquer influência de grande capitalismo ou de actuação oficial tivesse influído, até hoje, na espontaneidade da realização”⁴³¹. Agro Ferreira desenvolvia as suas teses anteriores, ao projectar na margem sul um complemento turístico a Sintra e aos Estoris, tendo como pólos centrais a Costa da Caparica, a Arrábida e o rio Sado. Para que tal acontecesse, era urgente a intervenção estatal para levar a cabo um plano de urbanização na Costa da Caparica que pusesse termo à construção desordenada que até aí se havia verificado⁴³², bem como um conjunto de melhoramentos ao nível das vias de comunicação e transportes, do saneamento básico e do abastecimento de água⁴³³. Na segunda intervenção, Agro Ferreira sintetizava o seu projecto de 1933, acrescentando-lhe uma alteração, supostamente por sugestão de Duarte Pacheco: em vez de ligar Cacilhas à Trafaria, a Avenida Marginal deveria prolongar-se entre a base do Alfeite e a Costa da Caparica⁴³⁴.

5.1.3. A Costa em direcção ao turismo de massas

A Costa da Caparica protagonizou durante a década de 30 um enorme salto em termos demográficos. O *Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento das praias, termas e estações de turismo do sul do País...* refere, por exemplo, que em 1911 existiam em toda a Costa da Caparica (até à Lagoa de Albufeira) apenas 234 fogos e 1034 habitantes, tendo em 1935 estes números aumentado para 800 fogos e uma população de cerca de 5000 pessoas

⁴³⁰ Agro Ferreira considerava a zona erradamente designada, uma vez que desde 1926 já não pertencia à freguesia do Monte da Caparica, mas sim à da Trafaria. - Manuel Agro Ferreira, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, p.3.

⁴³¹ *Idem*, p.5.

⁴³² “Cerca de mil fogos estão aglomerados sem ordem, formando becos, vielas, «ilhas» e «pátios»; cada um constroeu como lhe apraz sem critério, sem rei nem roque (...) Só falta quem governe, oriente e discipline, em proveito e comodidade de todos”. – *Ibidem*, p.5.

⁴³³ *Ibidem*, pp.5-6.

durante o Verão – um número comparável ao dos Estoris (cerca de 6300 pessoas durante o Verão)⁴³⁵. Estes dados demonstram a importância que a Costa da Caparica já tinha nesta altura no conjunto das praias nacionais.

Não obstante, a povoação mantinha deficiências graves ao nível infra-estrutural, a começar pela inexistência de água canalizada e de saneamento básico, bem como o elevado número de ruas não pavimentadas, além da construção desordenada⁴³⁶. O Plano Geral de Urbanização do Concelho de Almada viria a ser finalmente elaborado entre 1943 e 1946 pelo urbanista Etienne de Gröer e pelo arquitecto João Faria da Costa, por ordem do ministro Duarte Pacheco. No relatório do trabalho entregue em 1946, Etienne de Gröer propunha o traçado de uma estrada turística entre Cacilhas e a Costa – alternativa à estrada marginal ao longo do Tejo, de traçado muito sinuoso e de construção dispendiosa, pensada por Agro Ferreira (entretanto falecido em 1943, tal como Duarte Pacheco)⁴³⁷. O novo projecto previa também a construção na Costa da Caparica de uma avenida ao longo do Atlântico e a redução da largura do areal para 100 metros, além da construção de um conjunto de edifícios e infra-estruturas de lazer e de habitação, como um casino, uma piscina na própria praia, um parque infantil, uma zona de desportos terrestres, vários hotéis populares, bairros de moradias económicas, um centro de ténis e ainda o bairro dos pescadores⁴³⁸. Faria da Costa, por seu lado, denunciava a desordem urbanística na Costa da Caparica, que considerava, de resto, um fenómeno típico dos aglomerados cujo desenvolvimento se fazia “rapidamente, sem plano pré-estabelecido, agravado pela falta de «controle» do município e por uma ausência absoluta de espírito colectivo”⁴³⁹.

A Costa e o concelho de Almada demonstravam um crescimento permanente do movimento turístico nestes anos, que nem com a Segunda Guerra Mundial abrandara. Segundo as palavras de Lídio Galinho, presidente da delegação de Almada do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, a Costa da Caparica chegou a acolher neste período, à semelhança de outras vilas balneares do país, vários refugiados europeus (de menores posses que os do

⁴³⁴ Manuel Agro Ferreira, *A Avenida da Margem Sul*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936, Lisboa, 1936. Citado em *Hotel Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, p.70.

⁴³⁵ *Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento das praias, termas e estações de turismo do sul do País...*, pp.2 e 20.

⁴³⁶ Manuel Agro Ferreira, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, pp.17-19. Citado em *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, p.73.

⁴³⁷ *Hotel Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, pp.76-81.

⁴³⁸ *Praia do Sol*, nº430, p.5.

⁴³⁹ *Idem*, pp.80-81.

Estoril)⁴⁴⁰. A 12 de Fevereiro de 1949, a povoação era elevada a freguesia, facto que comprovava o seu crescimento⁴⁴¹.

Os anos 50 foram marcados por uma melhoria progressiva ao nível infra-estrutural e pela crescente afluência de banhistas portugueses e estrangeiros. Segundo um artigo do jornal *Praia do Sol*, em 1950 a Caparica teria recebido cerca de 2 milhões de visitantes⁴⁴².

Um dos factores que contribuiu para a crescente popularização das praias da Costa foi o campismo, já com antecedentes desde os anos 30 na sua versão selvagem⁴⁴³. Seria, porém, com a inauguração dos primeiros parques de campismo que este começaria a tornar-se um grande atractivo da zona, para turistas portugueses e estrangeiros, desejosos de desfrutar da natureza e de gozar férias de uma forma mais económica. Em 1952 era inaugurado o primeiro parque do Clube de Campismo de Lisboa, considerado “o maior parque de campismo da Europa”⁴⁴⁴. Nas décadas seguintes, outras associações como a Orbitur (1962) e o Clube de Campismo do Concelho de Almada (1970)⁴⁴⁵ instalariam os seus parques de campismo, atingindo a Costa um número verdadeiramente singular de parques nos anos 70⁴⁴⁶, com os campistas a contarem-se aos milhares.

No que respeita ao alojamento dos banhistas, outro elemento importante, mas que tem sido menosprezado na bibliografia sobre a história da Costa da Caparica, foram os palheiros (ou avieiros) construídos nas dunas – no final dos anos 50 existiam cerca de 120⁴⁴⁷, restando hoje apenas 46⁴⁴⁸. Sabemos que estas casas foram, na sua maioria, trazidas da Cova do Vapor, devido ao recuo da linha de costa nesta zona⁴⁴⁹, e de Algés-Dafundo, devido ao abandono crescente destas praias e da actividade piscatória no rio Tejo, no início dos anos 50⁴⁵⁰, tendo sido desmontadas e remontadas, ou simplesmente transportadas, para o areal entre a

⁴⁴⁰ Entrevista gravada, 9/05/2011.

⁴⁴¹ *Praia do Sol*, nº46, p.1.

⁴⁴² *Idem*, nº41, pp.3-4.

⁴⁴³ “Poucos logares se prestarão como este para o desporto, agora tão apreciado do camping”. - *A praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura...*, p.68.

⁴⁴⁴ *Praia do Sol*, nº54, p.1.

⁴⁴⁵ *Idem*, nº201, p.3; nº298, pp.1 e 8.

⁴⁴⁶ Em 1978, para além dos já referidos, existiam ainda os parques da FNAT, dos Escuteiros, da colónia de férias da GNR, da Piedense, para além de um recém-inaugurado segundo parque do C.C.L. – *Idem*, nº393, p.1.

⁴⁴⁷ “Os palheiros da Costa, enquanto evidência da cultura dos pescadores da costa ocidental” in *Folha informativa – Cultura avieira. Um património, uma identidade*, nº35, 2010, p.8. Publicado em: <http://www.forumcostadacaparica.org/>

⁴⁴⁸ “Os palheiros históricos («barracas») da Costa da Caparica” in *Idem*, nº30, 2010, p.3.

⁴⁴⁹ Num artigo do jornal *Público*, José António Cerejo afirma que entre 1947 e 1951 a linha de costa entre a Cova do Vapor e a Caparica terá recuado cerca de 500 m. - “Uma Relíquia Chamada Cova do Vapor” in *Público*, Lisboa, 28/04/2002. Citado em *Idem*.

Costa da Caparica e a Praia da Mata. A sua função original era alojar as pessoas que vinham de fora trabalhar na pesca (a primeira fase do Bairro dos Pescadores já havia sido concluída em 1949⁴⁵¹) e albergar os instrumentos da arte xávega. Com o crescente interesse turístico nas praias da zona, muitas destas construções começaram também a ser alugadas por banhistas (é de notar que as casas do bairro dos pescadores, por se tratar de um bairro social, não podiam ser alugadas) durante os fins-de-semana e a época do Verão, sendo outras utilizadas para a venda de comida. Algumas eram inclusivamente mandadas construir com propósitos únicos de veraneio, de acordo com a tipologia arquitectónica dos palheiros tradicionais da Costa, originária da zona de Ílhavo⁴⁵².

À medida que os turistas afluíam, também o seu grau de exigência e comodidade aumentava, levantando-se cada vez mais o problema da falta de infra-estruturas de lazer na Costa⁴⁵³ – a começar por um complexo de piscinas, que só seria inaugurado em 1972 na colónia de férias da FNAT. Quanto ao problema do saneamento básico, apenas em 1957 começou a ser resolvido, com a inauguração do sistema de esgotos⁴⁵⁴.

O problema das acessibilidades mantinha-se, sendo que as alterações promovidas no tráfego do Tejo não davam resposta suficiente à crescente procura dos banhistas, particularmente nos meses de Verão e nos fins-de-semana. A construção da ponte sobre o Tejo, cujo concurso para a concessão da construção é aberto em 1959, respondia em grande medida a esta necessidade, sendo que, para os caparicanos, só a sua concretização permitiria tornar a praia da Costa como “a praia por excelência de Lisboa”⁴⁵⁵. No final da década de 50 eram também inauguradas as carreiras da Piedense para a Fonte da Telha⁴⁵⁶, sendo que em 1967, inaugurada a ponte, a Piedense (agora chamada “Transul”, após união com a “Beira-Rio”) iniciaria as carreiras para a Praça de Espanha, em Lisboa⁴⁵⁷. No início dos anos 60 era ainda construída a linha do “Transpraia”, um comboio turístico entre a Caparica e a Fonte da Telha⁴⁵⁸ (ver figura 57).

⁴⁵⁰ 1952 é o ano apontado. - Idem, p.10.

⁴⁵¹ Mário Silva Neves, *Costa de Caparica no areal do tempo*, Almada, Câmara Municipal, 2008, p.251.

⁴⁵² Ernesto Veiga de Oliveira; Fernando Galhano, *Palheiros do Litoral Central Português*. Sobre a arquitectura dos palheiros, ver ainda a tese de licenciatura, publicada em 1959, de Raquel Soeiro de Brito, *Palheiros de Mira*, reedição fac-similada, Mira, CEMAR: Centro de Estudos do Mar, 2009.

⁴⁵³ Quanto a diversões nocturnas, Lídio Galinho afirma que não havia grande oferta até ao 25 de Abril, mencionando apenas o cinema instalado no “Copacabana” e alguns bailes organizados pelo café “Papo Seco”. – Entrevista a Lídio Galinho (entrevista gravada), 9/5/2011.

⁴⁵⁴ *Praia do Sol*, nºs 122, 133, 134, 213 e 234, p.1; nº133, p.3; nº199, p.6; nº321, pp.1 e 6.

⁴⁵⁵ Idem, nº2, p.1, nº75, p.1; nº88, p.3; nº157, p.3.

⁴⁵⁶ Ibidem, nº156, p.1. Segundo José Luís Covita esta carreira foi inaugurada em 1960 (p.39).

⁴⁵⁷ *Praia do Sol*, nº256, p.1 e 4.

⁴⁵⁸ Idem, nº175, p.1, nº197 e 199, p.6.

Um dos problemas que já então afectava os areais da Costa era o avanço do mar que, com alguma frequência, provocava estragos nas habitações dos pescadores e estabelecimentos situados na praia⁴⁵⁹. Não obstante a grande largura do areal⁴⁶⁰, de resto elogiada nos anos 30 (quando possibilitava inclusivamente a aterragem de aviões⁴⁶¹), este foi encurtando progressivamente, devido à “construção muito pesada” feita junto à praia⁴⁶². O avanço do mar gerou a necessidade de proceder a várias obras de contenção deste, tal como um paredão (“muralha”) em 1959, e os esporões, o primeiro dos quais iniciado no mesmo ano. Os restantes foram construídos entre o final da década de 60 e 1972, sendo que o mais importante foi o esporão da Cova do Vapor, com 600 metros de comprimento⁴⁶³.

Ao mesmo tempo que se iniciavam os trabalhos de construção da ponte sobre o Tejo, o plano de urbanização da Costa da Caparica elaborado nos anos 40 era revisto pelo gabinete de urbanização do município de Almada e pelo Ministério das Obras Públicas⁴⁶⁴. O objectivo era que a conclusão da ponte trouxesse o maior benefício ao desenvolvimento da Costa da Caparica como área turística, ao mesmo tempo que se procuravam corrigir as desordens urbanísticas na povoação, entretanto agravadas.

A inauguração da ponte (6 de Agosto de 1966⁴⁶⁵) contribuiu para quebrar parcialmente a “barreira psicológica” imposta pelo Tejo e viria a consagrar a Caparica como um destino de rápido acesso aos lisboetas, na era da expansão do parque automóvel em Portugal. Em 1967 o *Praia do Sol* destacava já a grande afluência de turistas que se deslocavam à Costa de automóvel, sendo que a 2 de Julho desse ano se registou a maior afluência diária total até então: 70 mil pessoas. No dia 25 de Junho de 1972 este número ascendia já às 110 mil pessoas⁴⁶⁶. Mas mais do que um momento de ruptura, a ponte representaria o culminar das aspirações da Costa como “praia dos lisboetas” e como uma das praias mais concorridas do país. Estava dado o passo essencial para que a união entre as duas margens do Tejo, preconizada por Agro Ferreira desde os anos 30, se concretizasse. A ponte permitiu não só o acesso automóvel dos banhistas de Lisboa e dos concelhos limítrofes à Caparica, mas também o incre-

⁴⁵⁹ Lídio Galinho conta, por exemplo, que os estabelecimentos de banhos “Tarquínio” e o “Bexiga” foram engolidos pelo mar e reconstruídos por duas vezes. – Entrevista gravada, 9/05/2011. Em 1964, é a vez do restaurante “Carolina do Aires” ser destruído pelo mar – *Praia do Sol*, nº219, p.3.

⁴⁶⁰ Segundo Tomé Antunes, frequentador da Costa há mais de 60 anos, e Lídio Galinho, a praia chegou a ter entre 200 a 300 m de largura. – Entrevistas gravadas, 7/5/2011 e 9/5/11.

⁴⁶¹ *A Praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo...*, pp.27 e 61.

⁴⁶² Lídio Galinho, *Idem*.

⁴⁶³ *Praia do Sol*, nº155, p.1; nº279, p.1; nº291, pp.1 e 3; nº297, p.1; nº310, p.1.

⁴⁶⁴ *Idem*, nº175, 1960, p.1.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, nº248, pp.1 e 3.

⁴⁶⁶ *Praia do Sol*, nº 253, 260 e 321, p.1.

mento urbanístico na margem Sul, especialmente no concelho de Almada. Mas mais do que abrir apenas o caminho dos banhistas à Costa da Caparica, a ponte abria-o também a todo um conjunto de praias por explorar no Sul do país – nomeadamente no Algarve, onde já estavam em construção alguns grandes empreendimentos turísticos⁴⁶⁷.

Com a ponte e os automóveis começaram a surgir também os problemas de congestionamento do trânsito e de estacionamento na Costa⁴⁶⁸. Outros problemas frequentemente apontados eram a escassez de balneários, de alojamentos durante a época do Verão (agravado pelo problema dos retornados das ex-colónias⁴⁶⁹), de espaços de lazer e diversões, de telefones públicos, as falhas no abastecimento de água durante a época balnear, assim como os lixos nas ruas, a proliferação de melgas, a venda ambulante não regulamentada e os ruídos nocturnos⁴⁷⁰. Estes dados demonstram que, na viragem para os anos 70, a Costa permanecia com deficiências infra-estruturais importantes, ao mesmo tempo que se transformava numa praia de massas, com todas as implicações que esta mudança trouxe.

Continuavam a surgir entretanto novas propostas urbanísticas para a região, como a da empresa Centro Turístico Internacional da Costa, S.A. Alexandre Freire, estudioso de turismo e sócio da empresa, numa entrevista concedida em 1968, propunha uma urbanização turística centrada na Fonte da Telha. Aí seria construído um “apart-hotel” e uma gigantesca piscina –, além de duas zonas residenciais e dois hotéis na direcção da Costa da Caparica e de outros dois hotéis (um de 1ª classe e outro de 2ª) e zonas residenciais (uma formada por “bungalows” e outra por vilas de luxo) na direcção da Lagoa de Albufeira. Esta deveria ser desassoreada e ligada ao mar, transformando-a num porto para barcos de recreio. Ligando os três núcleos haveria uma auto-estrada, contornando toda a orla da mata da Caparica e a margem norte da Lagoa⁴⁷¹. Este projecto revela-se singular precisamente por tornar a Fonte da Telha – um local fracamente povoado e de urbanização praticamente inexistente – o futuro centro de uma zona de turismo que até aí tinha como núcleo a Costa da Caparica.

⁴⁶⁷ *Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia*, pp.83-86.

⁴⁶⁸ *Praia do Sol*, nº264, pp.1 e 6; nº323, p.6.

⁴⁶⁹ A Costa de Caparica recebeu um grande número de retornados, sobretudo de Angola, sendo que um dos locais durante mais tempo ocupados foi a colónia de férias da FNAT. – Maria de Fátima Pinto, *Um Lugar ao Sol. Costa de Caparica 1938-1998*, Lisboa, INATEL, 1998, pp.45-48; *Praia do Sol*, nº375, p.3; nº384, pp.1 e 6; entrevista a Lídio Galinho (entrevista gravada), 9/5/2011.

⁴⁷⁰ *Praia do Sol*, nº244; pp. 1 e 6; nº264, pp.1 e 6; nº273, p.4; nº316, p.6; nº321, p.4; nº 324, pp.1 e 6; nº345, p.1; nº350, pp.1 e 8; nº354, pp.1 e 6; nº363, pp.1 e 6; nº370, pp.4 e 6; José de Meireles, *Coisas de Turismo*, vol.3, Lisboa, Tipocromia Aguiar, 1973, pp.241-243.

5.2. A Costa da Caparica e as culturas sociais

Desde os anos 30 que as praias da Caparica se afirmaram num quadro social diferente e, em certa medida, oposto ao da Linha de Cascais.

O projecto de Cassiano Branco, não obstante o seu cariz assumidamente cosmopolita, concebia uma verdadeira “cidade turística” onde as classes médias lisboetas tivessem um lugar de destaque, e não apenas as elites nacionais ou internacionais. Influenciado por esta concepção, Manuel Agro Ferreira, na sua comunicação ao I Congresso Nacional de Turismo e citando o Relatório encomendado pelo governo em 1933, defendia que as praias da Costa da Caparica deveriam ser, a par das da Costa do Sol, “as não menores estâncias populares da classe média”, interessando “a todos os que não queiram fazer a vida faustosa dos nossos Estoris”⁴⁷².

A Caparica tinha, na realidade, uma vantagem em relação às praias da linha de Cascais: o sossego do local, distante da capital e separado pelo rio, ainda não maculado pela construção de hotéis, casinos e habitações em larga escala. Esta realidade era, de resto, salientada pela propaganda turística, que procurava assim atrair reformados e veraneantes em busca de repouso, e não de uma estância balnear movimentada, dispendiosa e frequentada pela alta sociedade. A obra já referida *A Praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo...*, de 1930, salientava precisamente esta vertente, logo a começar no título. Citando um artigo do *Diário de Lisboa* de 1927, afirmava que na praia da Costa se reuniam “já cerca de cem famílias”, sendo frequentada por “artistas, escritores, oficiais da Marinha e do Exército, professores, gente que procura repouso e não bulício”⁴⁷³. Aquando do lançamento do Plano de Urbanização de Etienne de Gröer e Faria da Costa nos anos 40, a imprensa referia que “não se pretendia fazer da Costa um segundo Estoril, mas simplesmente «um belo centro popular de turismo, para veraneio e repouso, decente e com um mínimo de comodidades que a civilização exige»”⁴⁷⁴.

⁴⁷¹ *Centro Turístico Internacional da Costa desde a Caparica à Lagoa de Albufeira numa extensão de 20 quilómetros*, Sep. Jornal Almada, Lisboa, Esc. Prof. Salesianos, 1968, pp.8-10.

⁴⁷² Manuel Agro Ferreira, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, p.13.

⁴⁷³ *A Praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo...*, p.55. O artigo citado é de Norberto de Araújo e vem no *Diário de Lisboa*, 11/10/1927.

⁴⁷⁴ *Praia do Sol*, nº430, p.5.

Quanto à proveniência dos banhistas, o *Diário de Lisboa* – jornal que contribuiu para uma grande divulgação da Costa no final dos anos 20, publicando a opinião de médicos ilustres sobre a mesma – chamava-lhe já nesta altura “a praia de verão de Lisboa”, onde a população da capital tinha “ali a sua quasi unica praia de banhos de mar”⁴⁷⁵. Esta afirmação, embora deva ser relativizada, mostra como algumas praias limítrofes de Lisboa (nomeadamente Pedrouços e Algés) já estavam em processo de desaparecimento e eram menos concorridas, também devido à poluição no Tejo⁴⁷⁶.

Mário Silva Neves, na sua obra memorialística *Tu, Costa Minha!...*, refere que, antes dos anos 40, durante as noites de Verão, viam-se muitas “mulheres da alta sociedade lisboeta e alentejana” passeando nas ruas da Costa, sendo a praia frequentada por “toda a classe intelectual da fina flor de Lisboa e do mundo artístico e futebolístico”. Muitas das famílias de banhistas passavam entre dois e três meses na Caparica, sendo Julho e Agosto “os meses em que a Costa atingia o ponto de presença mais alto de banhistas e veraneantes”⁴⁷⁷.

Já nos anos 50, o jornal *Praia do Sol* não deixava de salientar que a Costa da Caparica, “sem afectação, no seu jeito simples e desprezioso”, era a “grande praia popular dos lisboetas”, sendo frequentada por milhares de banhistas aos fins-de-semana, especialmente quando surgiam os dias calmosos⁴⁷⁸. E não apenas os lisboetas frequentavam a Costa, pois vinham também muitas pessoas do Alentejo, especialmente em Setembro⁴⁷⁹, e de outras partes do país, durante toda a época do Verão.

Esta preferência pelas praias da Caparica parecia também ligar-se, a partir dos anos 60, a uma certa reserva de alguns banhistas em relação ao turismo balnear no Algarve, que supostamente se desenvolvera segundo um modelo de estâncias turísticas voltadas em grande medida para o turista estrangeiro. Haveria mesmo uma diferenciação no tratamento do turista

⁴⁷⁵ Idem, p.69. *Diário de Lisboa* de 7/11/1929.

⁴⁷⁶ O historiador marxista Flausino Torres refere numa carta sem data: “(...) levanto-me geralmente a tempo de apanhar o comboio de Cascais que parte às 8 e 45 da manhã, mas não vou até ao terminus da linha; fico-me por uma dessas praias mais próximas, mas que sejam já em pleno oceano, livre portanto de todas as sujidades que transporta o Tejo”. - Rascunho da carta de Flausino Torres para Fernanda Cardoso de Figueiredo, s/d. Em Paulo Torres Bento, *Flausino Torres (1906-1974) – Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual antifascista*, Porto, Afrontamento, 2006, p.53. Citado em José Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, p.285. Já nos anos 70, José Paiva, à data morador em Algés, refere que deixou de frequentar as praias da Linha de Cascais devido ao incremento da construção pesada e à poluição das águas que aí se fazia sentir, preferindo deslocar-se para a Costa de Caparica. – Entrevista gravada, 3/6/2011.

⁴⁷⁷ Mário Silva Neves, *Tu, Costa Minha!... O passado e o presente*, Selenova – Artes Gráficas, Lda, 2002, pp.192-193.

⁴⁷⁸ *Praia do Sol*, nº41, p.4.

⁴⁷⁹ Idem, nº41, p.4; nº29, p.3.

português e do turista estrangeiro (de maiores posses) por parte dos locais e dos profissionais hoteleiros algarvios⁴⁸⁰. Esta razão, fundamentada ou não, terá servido também para incrementar a “ligação afectiva” que se desenvolveu entre muitos banhistas e a Costa da Caparica, uma praia popular, onde todos seriam tratados de forma igual, por contraponto aos Estoris e ao Algarve.

Os testemunhos recolhidos por nós apontam, de resto, para uma boa relação de convívio entre os banhistas e os habitantes da Costa. Mário Silva Neves, no seu livro de memórias *Costa de Caparica no areal do tempo*, refere que a frequência de banhistas e as receitas provenientes do aluguer das “barracas” e do comércio de produtos durante o Verão ajudavam os caparicanos a colmatar necessidades durante o resto do ano⁴⁸¹. Tomé Antunes, frequentador dos palheiros da Caparica desde os anos 50, refere que entre os banhistas e os pescadores da Costa se estabeleciam verdadeiras redes de solidariedade e interdependência, com os banhistas a disponibilizarem os seus palheiros para guardar os instrumentos da arte xávega e a oferecerem água aos pescadores, ajudando-os por vezes a puxar as redes para a praia⁴⁸². Os pescadores, por seu lado, viam nos banhistas uma forma adicional de sustento, vendendo-lhes o produto da faina no local ou alugando-lhes as habitações durante o Verão ou aos fins-de-semana. É também de salientar que muitos pescadores exerciam a profissão de banheiro durante a época balnear, sendo eles que montavam os toldos e barracas na praia⁴⁸³, cuidavam dos estabelecimentos de banhos⁴⁸⁴ e exerciam funções de vigilância no mar. Depois do 25 de Abril de 1974, principalmente a partir dos anos 90, a tendência foi o desaparecimento dos banheiros e, em seu lugar, o aparecimento de nadadores-salvadores especializados.

Desde pelo menos a Segunda Guerra Mundial, as praias da Caparica atraíam vários banhistas estrangeiros, tendo a colónia de férias da FNAT realizado vários intercâmbios com trabalhadores espanhóis. Lídio Galinho refere também que muitos engenheiros e trabalhadores estrangeiros (principalmente alemães, holandeses, espanhóis e franceses) que ajudaram a construir a Siderurgia Nacional passaram a vir à Caparica a partir dos anos 50⁴⁸⁵. A partir desta altura o número de estrangeiros na Costa não pararia de aumentar, em grande medida

⁴⁸⁰ Entrevista a José Paiva (entrevista gravada), 3/6/2011.

⁴⁸¹ Mário Silva Neves, p.223.

⁴⁸² Entrevista a Tomé Antunes, (entrevista gravada) 7/5/2011.

⁴⁸³ Segundo José Paiva, muitas famílias faziam contratos de aluguer dos toldos ou barracas com os banheiros, que representavam as empresas concessionárias das praias. Estes contratos podiam ser semanais, quinzenais ou mesmo mensais. – Entrevista gravada, 3/6/2011.

⁴⁸⁴ Os mais famosos eram os frequentemente referidos pela bibliografia “Paraíso”, “Tarquínio”, “Evandro”, “Bexiga”, “Dragão Vermelho” e “Praia Nova” (ver figura 58).

⁴⁸⁵ Entrevista a Lídio Galinho, (entrevista gravada) 9/5/2011.

numa vertente campista a que a expansão dos parques de campismo não é alheia⁴⁸⁶, e noutros casos através do aluguer de casas em certos períodos do ano. Mesmo no período de maior baixa da entrada de turistas em Portugal, nos anos de 1974-1975, a Costa da Caparica não parece ter sentido estes efeitos⁴⁸⁷.

Um artigo do *Praia do Sol* de 1972 exprime bem a dimensão popular que se afirmou na Costa ao longo destas décadas: “Atraídos pelas esplêndidas condições naturais deste pedaço de costa, muitas têm sido as tentativas para fazer da Caparica uma nova Costa do Sol com os seus magníficos Estoris. Todas têm ficado pelo caminho e o carácter popular do visitante e frequentador desta costa tem predominado”⁴⁸⁸. A Costa da Caparica era normalmente divulgada como a estância turística por excelência do “turista de classe média”, devido às suas formas de alojamento económicas, nomeadamente os parques de campismo. Em 1980 um artigo do jornal considerava a praia da Costa “aquela onde mais se pratica o «turismo de massas»”⁴⁸⁹.

5.2.1. A colónia de férias “Um Lugar ao Sol”

Ainda antes da inauguração dos primeiros parques de campismo, o próprio Estado tratara de fomentar o turismo popular na Costa da Caparica, numa vertente social e ideológica, através da inauguração, em 1938, da colónia de férias da FNAT denominada “Um Lugar ao Sol” – nome que, de resto, fazia jus à praia. Esta medida foi concretizada na sequência da lei nº1 952 de 10/3/1937, que, embora de alcance bastante limitado, permitia aos trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais usufruir de férias pagas e das realizações de carácter social e recreativo do Estado Novo. A colónia foi inaugurada a 31 de Julho de 1938, sendo, de resto, logo propagandeada como uma das grandes “realizações” do regime a este nível⁴⁹⁰.

Originalmente a colónia contava com 7 pavilhões com capacidade para cerca de 70 pessoas. Nos anos 40 foram feitos aumentos (como uma capela, uma barbearia, uma perfu-

⁴⁸⁶ Os campistas estrangeiros que mais utilizaram o parque do Clube de Campismo de Lisboa em 1961 eram franceses, alemães e ingleses. – *Praia do Sol*, nº186, p.1.

⁴⁸⁷ *Praia do Sol*, nº113, p.1; nº 186, p.1; nº228, p.6; nº230, p.1; nº261, pp.1 e 6; nº291, p.3; nº354, p.1; nº359, p.6; nº360, p.1; nº364, p.1.

⁴⁸⁸ *Idem*, nº317, p.1.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, nº120, p.4; nº350, pp.1 e 8; nº415, p.1.

⁴⁹⁰ *Portugal 1940*, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional.

maria, um posto clínico, uma estação dos correios, um campo e uma sala de jogos, um ringue de patinagem), contando, passados dez anos da sua inauguração, já com 30 pavilhões e uma capacidade para 1000 pessoas. Não admira, por isso, que o presidente da FNAT, o Eng. Higinho de Queiroz considerasse a colónia “uma autêntica cidade em miniatura”⁴⁹¹. Em meados dos anos 50 atingiria os 38 pavilhões para alojamento e uma capacidade para 1555 pessoas. De início previa-se também a construção de uma colónia infantil, no entanto, este projecto foi posto de lado pelo facto de já existirem colónias balneares infantis organizadas pelas juntas de freguesia de Lisboa e pelo jornal *O Século* em praias próximas de Lisboa. De facto, os fundos destinados à construção da colónia infantil foram canalizados para a construção de pavilhões familiares em “Um Lugar ao Sol”, com o objectivo de instalar casais com os respectivos filhos⁴⁹².

Os trabalhadores com direito a usufruir da colónia “Um Lugar ao Sol” eram os que pertenciam a uma categoria igual ou inferior à de 3.º oficial (chefe de secção) nos sindicatos nacionais, sendo que os preços variavam consoante os salários dos trabalhadores. As condições de admissão atendiam a vários critérios: o número de filhos do casal, os seus rendimentos, a existência de uma prescrição médica para uma estadia à beira-mar, a antiguidade como sócio da FNAT, a residência em localidades afastadas do litoral e o facto de o beneficiário ter utilizado menos vezes a colónia “Um Lugar ao Sol”. Vir-se-iam a realizar também intercâmbios com as entidades reguladoras do trabalho na Alemanha, em Itália e, especialmente, em Espanha, tendo os trabalhadores espanhóis usufruído por diversas vezes da colónia de férias da Caparica, como atesta o boletim da FNAT e a imprensa local⁴⁹³.

Nos primeiros anos, a colónia funcionava entre 15 de Junho e 15 de Outubro, por turnos de 15 dias, sendo que com a expansão da colónia em 1947 os turnos foram alargados para 20 dias. O Regulamento de 1951 previa ainda o funcionamento de “Um Lugar ao Sol” nas férias do Carnaval, na Páscoa, aos fins-de-semana e sempre que a direcção julgasse conveniente. Em 1962 a colónia criaria um período extra de funcionamento, de 25 de Abril a 30 de Junho, em turnos de 10 dias⁴⁹⁴.

Segundo Maria de Fátima Pinto, além do aspecto social, o de dar um local de férias digno e saudável aos trabalhadores, em contacto com o mar, a colónia “Um Lugar ao Sol”

⁴⁹¹ *Alegria no Trabalho. Boletim da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho*, Ano IV, nº45, Lisboa, ed. Jorge Felner da Costa, 1948, pp.174-176. Citado em Maria de Fátima Pinto, pp.15, 18-23.

⁴⁹² Maria de Fátima Pinto, pp.31, 20-21.

⁴⁹³ Idem, pp. 27-29, 53. *Praia do Sol*, nº61, p.3.

⁴⁹⁴ Maria de Fátima Pinto, pp.20, 49. *Praia do Sol*, nº195, p.4.

pugnava também por uma “higiene do espírito”, devendo as regras de comportamento e de moral ser escrupulosamente cumpridas⁴⁹⁵ – uma das proibições era, por exemplo, de circular em fato de banho nas instalações ou no trajecto para a praia. O Estado assumia-se assim como garante da moral no espaço do lazer e dos tempos livres. A colónia tinha também uma função educativa, sendo uma das finalidades contempladas no Regulamento a sua utilização para “cursos ou estágios de formação social dos trabalhadores”⁴⁹⁶.

5.3. A Costa da Caparica e as concepções sobre o corpo

Aquilo que foram as alterações verificadas em torno do sol e dos benefícios deste para a saúde a partir, de um modo geral, dos anos 20, parece ter contribuído para a divulgação turística de uma praia como a Costa da Caparica. Se atentarmos aos primeiros prospectos turísticos, reparamos que, não obstante um grande enfoque nas propriedades marítimas da praia (nomeadamente o ar fortemente iodado), existem igualmente referências claras ao “sol radiante” da Costa – que, de resto, terão contribuído para o nome com que ficou cunhada na década de 30, o de “Praia do Sol”. Aproveitando o reconhecimento internacional das praias da Linha de Cascais, uma brochura turística em inglês, do início dos anos 30, afirmava que a Costa da Caparica “está situada na mesma zona climatérica do Estoril, na Costa do Sol”. A propósito desta aparente “obsessão com o sol”, Dulce de Carvalho Perestrello escrevia na altura: “O sol embriaga, transfigura nos prodígios da sua luz milagrosa a ardência crua daquela areia branca e fina”⁴⁹⁷.

A maior parte das referências ao sol eram, no entanto, feitas por médicos, por exemplo, o Dr. Barros de Castro, que descrevia os efeitos benéficos da radiação solar no tratamento de “crianças linfáticas raquiticas e delicadas”. Já Manuel Bravo observava que a acção solar, a secura do clima e as grandes extensões de areal da Costa funcionariam como elementos retentores de sais minerais, necessários à cura marítima. No guia *Costa de Caparica “Praia do Sol”*, de 1935, afirmava-se que estes elementos exerciam uma “acção estimulante,

⁴⁹⁵ “Cada quarto possui um leito para as crianças quando a sua idade e a sua compreensão não abra qualquer conflito com as regras da moral. Desde que se notem inconvenientes às crianças serão dados outros aposentos. Cuidou-se da higiene do físico e da higiene do espírito. Não se admitem aproximações com a promiscuidade. A colónia é uma obra de assistência e, também, uma instituição moral”. – *1º de Maio*, 23/8/1941. Citado em Maria de Fátima Pinto, p.24.

⁴⁹⁶ Idem, p.49-51.

tónica, vitamínica, rádio-activa, anti-microbiana; a natureza do areal e o sol incidindo através da atmosfera absolutamente pura, formam, com a localização da praia, um meio que os médicos denominam *regimen especial, único*, poderoso na regeneração da célula⁴⁹⁸. As propriedades curativas da praia da Costa ficaram tão conhecidas nesta altura que os prospectos turísticos utilizavam frequentemente a expressão “O milagre da Costa” para explicar os efeitos que a cura marítima havia realizado em vários doentes.

O cariz curativo do sol e da praia da Caparica, porém, começaria gradualmente a dar lugar à cultura ar-livrista dos anos do pós-Primeira Guerra Mundial, que se reflectiria na crescente moda do bronzado. Em Portugal, como vimos, o bronzado divulgou-se de forma mais paulatina que noutros países, como a França, dado o conservadorismo dos costumes e as restrições que o Estado Novo viria a colocar à exposição do corpo. Além disso, Portugal, à semelhança do resto da Europa, vivia ainda sob um paradigma colonialista e predominantemente racialista, pelo que para muita gente o bronzado era sinónimo de rebaixamento social e racial. Veja-se, por exemplo, o que escreve Vaz Ferreira a propósito da Caparica e do bronzado em 1929: “Vinhame sempre com a apologia da Costa de Caparica e, por outras informações, desdenhosamente lhe chamava Costa de África e punha relutância em ir lá sem albornoz e camelo. Tinha chegado mesmo a proibir um primo que voltava todos os verões de lá amulado de todo, de me tratar por parente, no horror de me suporem sangue mestiço⁴⁹⁹”.

Segundo os testemunhos recolhidos, o bronzado era praticado na Costa desde há várias décadas, embora só depois do 25 de Abril, com a maior liberdade na exposição do corpo, se tenha tornado um elemento quase inseparável do veraneante que queria “estar na moda⁵⁰⁰”. Com a divulgação do bronzado, cresceram igualmente as preocupações com a excessiva exposição ao sol, como o atesta um artigo do *Praia do Sol* de 1968⁵⁰¹. Lídio Galinho refere, ainda assim, que só nos anos 80 o problema do cancro da pele começou a ser falado, devido à falta de informação que supostamente antes existiria entre os banhistas.

No que toca à exposição do corpo, é sabido que os efeitos legisladores do Estado Novo se fizeram sentir na Costa da Caparica. Em 1953 o *Praia do Sol* referia, por exemplo, a

⁴⁹⁷ *Praia do Sol (Caparica). Estância balnear de cura, repouso e turismo...*, p.67.

⁴⁹⁸ Idem, pp.18, 38, 42, 44. O texto de Barros de Castro é tirado da T.S.F. Posto CTIBO; *Coast of Caparica*, Imprensa Lucas & C.^a, 193-; *Costa de Caparica “Praia do Sol”*, mandado imprimir pelo Hotel da Praia do Sol da Costa da Caparica, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, 1935, p.7.

⁴⁹⁹ *A Praia da Costa (Caparica). Estância balnear de cura, de repouso e de turismo*, p.60.

⁵⁰⁰ Entrevista a Lídio Galinho (entrevista gravada), 9/5/2011. Segundo José Paiva, “quanto mais bronzado mais sucesso se fazia”. – Entrevista gravada, 3/6/2011.

⁵⁰¹ *Praia do Sol*, nº265, p.3.

proibição de os banhistas se apresentarem de fato de banho fora da praia. Esta era uma medida que, a avaliar pelos testemunhos, se manteve até ao final da ditadura⁵⁰². A vigilância das praias era exercida por oficiais da Marinha (sargentos e cabos-de-mar) provenientes da base do Alfeite e, já nos anos 80, por agentes da polícia marítima⁵⁰³. José Paiva refere que a praia era normalmente vigiada por dois cabos-de-mar, que vagueavam pelo areal, sendo que depois do 25 de Abril a sua presença já era meramente simbólica, uma vez que “a sua autoridade e papel como força repressiva já não eram reconhecidos”. Mesmo durante o Estado Novo, o grau de rigor dos cabos-de-mar em relação ao cumprimento das normas variava consoante estes fossem de “espírito mais retrógrado ou mais progressista”⁵⁰⁴.

A prática do nudismo era rara, sendo praticada maioritariamente por indivíduos do sexo masculino nas praias mais distantes do centro urbano (por exemplo, a da Cabana do Pescador), precisamente para escaparem ao controlo dos cabos-de-mar. Já depois do 25 de Abril e sem a vigilância dos cabos-de-mar, José Paiva refere que algumas senhoras “de espírito mais ousado” começaram a praticar *topless* nas praias da Caparica⁵⁰⁵.

Os benefícios para a saúde verificados nas praias da Costa levaram a que a prática desportiva lhes estivesse intimamente associada. Mário Silva Neves conta como, antes dos anos 40, vários fazendeiros das redondezas organizavam corridas de cavalos no areal⁵⁰⁶. A partir dos anos 50, vários desportistas nacionais e estrangeiros começaram a utilizar a localidade como estância de repouso e de treinos. O jornal *Praia do Sol*, por exemplo, mostra-nos que a selecção nacional de futebol realizou um estágio na Costa da Caparica em 1951⁵⁰⁷. Também pela mesma altura, as praias da Caparica foram palco de provas desportivas, como o II Festival Náutico (1951), com corridas de remos e de natação, cujos participantes eram em larga medida pescadores e/ou banheiros, ou o “Dia do Mar” das festas locais, que contou com exercícios de socorros a náufragos (1952). Entre 17 de Julho e 26 de Agosto de 1967, o Instituto Nacional de Educação Física, patrocinado pelo Ministério da Educação, pela Mocidade Portuguesa e com o apoio do Fundo de Fomento do Desporto, realizaria uma iniciativa nas praias da Costa denominada “Centros de iniciação desportiva e

⁵⁰² Idem, nº77, p.3.

⁵⁰³ Entrevista a Lídio Galinho (entrevista gravada), 9/5/2011.

⁵⁰⁴ Entrevista gravada, 3/6/2011. Um artigo do *Diário Ilustrado*, citado pelo *Praia do Sol* em 1957 refere que é essencial esclarecer os cabos-de-mar sobre a nova legislação respeitante aos fatos-de-banho, “de modo a evitarem-se anomalias consequentes da diferença de critérios pessoais”. – *Praia do Sol*, nº128, p.3.

⁵⁰⁵ Entrevistas a Tomé Antunes e Lídio Galinho (entrevistas gravadas), 7/5/2011 e 9/5/2011. Entrevista a José Paiva (entrevista gravada), 3/6/2011.

⁵⁰⁶ Mário Silva Neves, *Tu, Costa minha!...*, p.193.

⁵⁰⁷ *Praia do Sol*, nº11, p.1; nº15, p.6; nº35, pp.1 e 3; nº39, pp.1 e 3; nº113, p.1; nº120, p.1.

recreativa”. Estes eram programas destinados a jovens entre os 7 e os 14 anos e consistiam em programas de ginástica, iniciação ao voleibol, basquetebol, andebol, atletismo, rãguebi e natação⁵⁰⁸. Sabemos que durante o Estado Novo a prática desportiva na praia da Caparica, à semelhança das outras praias do país, era fortemente regulamentada, sendo os banhistas proibidos, por exemplo, de jogar futebol e de praticar outros desportos com bola, sem autorização prévia. Segundo José Paiva, eram apenas permitidos jogos “com pouco dinamismo físico”, como o xadrez ou as damas. Porém, num artigo publicado no *Praia do Sol* em 1955, Quirino Teixeira descreve como alguns homens, “na areia menos molhada, jogam à bola [...]. Fazem-se grupos de futebol, com redes e tudo”⁵⁰⁹.

⁵⁰⁸ Idem, nº40, p.1; nº57, p.1; nº259, p.3.

Conclusão

Podemos agora traçar um conjunto de conclusões sobre a evolução de um fenómeno como o turismo de praia.

A primeira delas é que o turismo em Portugal e em particular o turismo balnear, se desenvolveu sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, período em que as condições políticas e materiais contribuíram para que se criasse um conjunto de estâncias de banhos, à semelhança do que já sucedia nalguns países da Europa. Estas estâncias partiram normalmente de iniciativas de particulares, nomeadamente companhias accionistas incentivadas pela expansão da rede de estradas e de caminhos-de-ferro e apoiadas pelos poderes autárquicos no que respeita ao desenvolvimento de um conjunto de infra-estruturas urbanísticas.

Não obstante o grande desenvolvimento das actividades turísticas ligadas ao mar e à praia durante a Monarquia, foi sobretudo durante a República que a administração central tomou consciência da importância do turismo, com a criação de um conjunto de instituições públicas centrais e locais com vista à sua promoção. Ainda assim, o turismo balnear foi quase sempre visto como uma actividade complementar à vocação piscatória e comercial de alguns centros populacionais, bem como um lugar à parte no seio de uma determinada ideia que se queria para o turismo nacional. Talvez por estas razões, até à explosão do turismo algarvio nos anos 60 a actividade turística nacional permaneceu praticamente ignorada ao nível das grandes directrizes económicas, cabendo o desenvolvimento das estâncias balneares à iniciativa privada e aos poderes locais, como sucedeu na Costa da Caparica.

Em quase todo o período em estudo, e particularmente no que vai do início do século XIX até sensivelmente aos anos 50 do século XX, podemos observar que há um conjunto de praias e de estâncias balneares mais significativas do ponto de vista da frequência e do prestígio social – são exemplos a Póvoa de Varzim, a Foz do Douro, a Granja, a Figueira da Foz, Cascais, os Estoris e as praias limítrofes de Lisboa. De todas estas praias, podemos observar como algumas se desenvolveram especialmente enquanto estâncias turísticas e como outras acrescentaram esta às suas preexistentes vocações, sendo de relevar o poder de arrastamento de outras actividades económicas por parte da actividade turística. Porém,

⁵⁰⁹ Entrevistas a Lídio Galinho e José Paiva, 9/5/2011 e 3/6/2011. *Praia do Sol*, nº104, p.2.

convém dizer que as praias referidas têm sido apenas as mais estudadas pela historiografia e, como tal, as mais focadas ao longo desta tese – por essa razão, há que salientar também a existência de um conjunto de praias cuja importância regional e local eventualmente colocaria num patamar semelhante das já mencionadas.

Podemos afirmar que a praia é um fenómeno de lazer contemporâneo, cuja origem esteve intimamente ligada às elites nacionais e locais. Estas elites formaram o paradigma do que é o ir à praia e de como estar na praia, paradigma este que sofreria progressivas alterações, mas que se manteve como modelo para outros grupos sociais. À medida que se deu uma crescente popularização das estâncias balneares, a praia constituir-se-ia também local de distinção social através de vários mecanismos, como as épocas do ano e os horários em que era frequentada, os espaços dentro da mesma, as actividades nela realizadas, as posturas corporais, a alimentação ou o vestuário.

Nesta tese vimos ter existido um paradigma de praia essencialmente elitista, ligado à aristocracia e à burguesia endinheirada, durante todo o século XIX e até bem dentro do século XX. Este paradigma estaria associado a uma vocação terapêutica da praia, dentro dos moldes daquilo que era considerado saudável neste período e que estava associado às praias mais frias, situadas sobretudo a norte do Tejo. Esta teria sido uma das razões pelas quais, até pelo menos aos anos 10 do século XX, uma região como o Algarve esteve marginalizada no âmbito das estâncias balneares nacionais.

Porém, não obstante esta vocação terapêutica da vilegiatura de praia, sabemos que o lazer, a par da já referida necessidade de distinção social, era já nesta altura um importante factor na cultura balnear. Aquilo que hoje consideramos “tempo de lazer” em oposição a um “tempo de trabalho” é, porém, difícil de associar a um conceito de praia elitista, dado que para muitos banhistas não havia esta necessidade de repartir o seu tempo. Certo é que a praia lúdica, ligada às férias e ao lazer, se impôs sobretudo a partir dos anos 30, com o surgimento das férias pagas e o crescente tempo livre por parte das classes trabalhadoras. Porém, se isto sucedeu em países como a França, não podemos dizer o mesmo de Portugal, em que esta realidade só se concretizou mais tardiamente. Na verdade, assistiu-se a um desfasamento, pontuado por factores culturais como a liberalização dos costumes, a divulgação do sol e do bronzado ou a redução dos fatos de banho, em larga medida divulgados por elites estrangeiras ou elites nacionais influenciadas por modelos estrangeiros, que vão colocando em causa o anterior paradigma de praia - fria e vocacionalmente terapêutica - em favor de

uma praia quente e vocacionalmente lúdica.

A questão aqui é datar esta mudança, se é que ela pode ser datada. Por um lado, como vimos no capítulo dedicado ao corpo, a relação frio-terapia e quente-lazer não é assim tão linear, havendo uma enorme continuidade naquilo que são as razões terapêuticas relacionadas com o sol (e mesmo com as virtudes marítimas) ao longo de todo o século XX. Por outro lado, existe o problema do desfasamento das classes médias portuguesas em relação a outros países do Ocidente, que fez com que a massificação do turismo nacional se desse sobretudo com a chegada de estrangeiros a partir dos anos 60. Esta é, aliás, a tese mais comumente aceite, de que a praia quente/lúdica só teria emergido em Portugal depois da Segunda Guerra Mundial (volte-se a referir o impacto dos refugiados europeus durante a Guerra), relacionando-se sobretudo com o aumento da procura turística na bacia alargada do Mediterrâneo e tendo a sua expressão visível apenas nos anos 60, com o “boom” algarvio, o desenvolvimento das vias de comunicação e dos transportes rodoviários e aéreos, o aumento do poder de compra por parte das classes urbanas nacionais, bem como a divulgação das férias pagas – no fundo, factores que explicariam a massificação do turismo balnear.

Nesta tese apresentou-se uma hipótese alternativa, procurando buscar as raízes deste novo paradigma balnear num período bem anterior, nomeadamente nas décadas de 20 e 30. Foi neste período que o Estoril emergiu como estância de renome internacional, ligado às elites estrangeiras e a uma cultura lúdica associada ao jogo, ao desporto e ao “não fazer nada”. Foi igualmente neste período que se procuraram desenvolver estâncias balneares importantes no Algarve, nomeadamente na Praia da Rocha, demonstrando que a tradicional confinação das praias ao Norte do país estava a ser posta em causa. Foi também nesta altura que uma povoação como a Costa da Caparica (conhecida sintomaticamente por “Praia do Sol”) iniciou o seu desenvolvimento enquanto estância balnear de importância regional e mesmo nacional. A sua excelente localização, próxima de Lisboa, fez com que se estabelecesse uma íntima relação com os banhistas das classes trabalhadoras desta cidade e que esta praia assumisse praticamente desde o início uma feição popular, nos antípodas de outras estâncias. O facto de estar situada no ponto de encontro entre o Norte e o Sul do país, junto ao Tejo, parece também contribuir para provar a importância da Costa da Caparica no processo de transição entre dois modelos de praia. Esta transição é observável ainda ao nível da propaganda turística deste período, cada vez mais voltada para a helioterapia ou para o sol como símbolo de bem-estar e relaxamento, e também ao nível do vestuário de banho, permitindo assim que assinalemos o período de entre-guerras como momento fundador de

uma nova maneira de ir à praia em Portugal.

A praia, a par de outros possíveis objectos de estudo por parte da historiografia, é, como vimos na introdução, um tema recente na historiografia portuguesa. Um dos objectivos desta tese foi o de alertar para a necessidade de abrir o campo de pesquisa historiográfica a temas até aqui menosprezados ou ignorados.

A historiografia tem olhado, de certa forma, para a realidade turística portuguesa numa perspectiva que é de algum modo tributária da importância a que esta foi relegada durante várias décadas pelas suas elites políticas e económicas. Esta perspectiva encarava o turismo como uma actividade subsidiária da economia, em que para o seu desenvolvimento concorriam essencialmente factores de ordem material e cuja importância era normalmente vista como uma consequência do desenvolvimento das sociedades, nomeadamente ao nível da relação entre trabalho e tempos livres. Neste último campo, a historiografia tem privilegiado sem dúvida o trabalho, vendo nas suas dinâmicas a explicação recorrente para factores como o bem-estar, o nível de vida e o descontentamento, esquecendo que papel o próprio lazer teve nestes processos – basta pensarmos no caso da FNAT e de todos os seus processos de enquadramento das classes trabalhadoras durante o Estado Novo⁵¹⁰.

Por outro lado, se encararmos o turismo sob o prisma cultural, podemos dizer que o seu estudo tem sido ainda menos prolífico, dada a obsessão da nossa historiografia com os temas da cultura erudita e frequentemente menosprezando aqueles que se relacionam directamente com a história do corpo e das mentalidades. Se entendermos a palavra “cultura” como aquilo que vai além da natureza do Homem, das suas necessidades básicas, como afirma Terry Eagleton⁵¹¹, podemos-nos questionar sobre o porquê de uma área como a história dos lazeres raras vezes ter sido incluída na história da cultura em Portugal. Do mesmo modo, o velho debate cultura de elites/ cultura de massas parece manter-se mesmo dentro de objectos historiográficos considerados tão “mundanos” como a praia – atente-se, e esta tese é em parte infelizmente também tributária disso, como a praia oitocentista ou o seu paradigma mais elitista e menos popularizado e massificado têm sido, apesar de tudo, muito mais estudados entre o meio académico.

⁵¹⁰ Sobre este tema ver os trabalhos de José Carlos Valente, nomeadamente *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri, Inatel, 1999, e de Nuno Domingos, nomeadamente *A Ópera do Trindade. O papel da Companhia Portuguesa de Ópera na “política social” do Estado Novo*, Porto, Lua de Papel, 2007 e o capítulo “Desproletarizar: A FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo” da obra *O Estado Novo em questão*, dir. Nuno Domingos e Victor Pereira, Lisboa, Edições 70, 2010, pp.165-196.

⁵¹¹ Terry Eagleton, *A ideia de cultura*, 1ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 2003, p.131.

Talvez por estas razões os estudos historiográficos gerais sobre o turismo português sejam tão escassos e tão recentes. Normalmente o esforço de divulgação da história do turismo a nível local tem sido feito por entidades privadas e autárquicas, no sentido de alertar para a importância de determinados contextos para um todo que é o turismo nacional. Nesta tese houve a necessidade de confrontar esta realidade com o trabalho que se propunha fazer. Poderão ser apontadas várias lacunas – a superficialidade no tratamento de alguns temas (a começar pela história do I.S.N.), a não recolha exaustiva de determinadas fontes, concretamente em arquivos estatais e no que respeita a matérias como o regime de propriedade, a vigilância ou as normas de comportamento nas praias. Mas também por isso se espera que esta pesquisa possa contribuir para um futuro estudo sobre o turismo balnear português, bem mais detalhado e documentado, que de algum modo responda às indagações e que dê continuidade às inúmeras pontas soltas aqui deixadas.

Fontes

Fontes impressas

A. P. D. G., *Sketches of Portuguese Life, manners, costume, and character: illustrated by twenty coloured plates*, Londres, printed for Geo. B. Whittaker : printed by R. Gilbert, St. John's Square, 1826.

Almanach do Algarve para 1903, dir. Marcos Algarve e José Castanho, Vila Nova de Portimão, Tip. Minerva, 1903.

ALMEIDA, Carlos d', *O Sr. Narciso... e os banhos do mar*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.

ARMANDO, A., *A banhista. Cançoneta*, 2ªed. Lisboa, Ed. Arnaldo Bordalo, 1905.

Aviso a'cerca dos banhos do mar, ou direcção precisa a's pessoas que houverem de fazer uso delles, Lisboa, Imprensa do Gandra, 1821.

BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, Parte I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

Centro Turístico Internacional da Costa desde a Caparica à Lagoa de Albufeira numa extensão de 20 quilómetros, Sep. Jornal Almada, Lisboa, Esc. Prof. Salesianos, 1968.

CLAPARÈDE, Édouard, *Estudos sobre os banhos de mar. Conselhos aos banhistas pelo Doutor Claparede*, Lisboa, Typographia Progressista de P. A. Borges, 1874.

COLAÇO, Branca de Gonta Colaço; ARCHER, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, ed. Facsimilada, Cascais, Oeiras, CM Cascais e CM Oeiras, 1999.

Colónia Balnear Infantil para os Filhos dos Sargentos da 2ª Região Militar, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1950.

Construção de apoios de praia. Princípios e normas de implantação e de edificação, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1991.

COSTA, Luíz Pereira da, *Banhos de mar. Elementos de hydrotherapia maritima*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882.

Empresa de turismo praia Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, Tip. Povoense, 1934.

Estatutos 1961: Turismo Sintra Litoral, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, Lisboa, 1961.

Estatutos da Sociedade Figueira-Praia, SARL, Figueira da Foz, Tip. Neto-Costa, 1972.

FERREIRA, Manuel Agro, *A Avenida da Margem Sul*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.

FERREIRA, Manuel Agro, *As praias da Costa indevidamente chamada de Caparica*, tese apresentada ao I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.

FERREIRA, Manuel Agro, *Avenida Sul do Tejo. Cacilhas-Trafaria*, Lisboa, 1933.

Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento das praias, termas e estações de turismo do norte do País, realizado pela comissão de engenheiros nomeada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, por ampliação das portarias de 12 de Janeiro e 23 de Maio de 1934, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento das praias, termas e estações de turismo do sul do País, realizado pela comissão de engenheiros nomeada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações por ampliação das portarias de 12 de Janeiro e 23 de Maio de 1934, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935.

Instruções – Colónia balnear infantil (Praia do Cabedelo), Viana do Castelo, Junta Distrital, 1960.

J. B. S. R., *Guia do Banhista ou Breves Reflexões Therapeuto-Hygienicas a respeito dos Banhos de Mar*, Braga, Viúva Germano, 18-.

LÉ, António Jorge, *Sociedade Figueira-Praia: 50 anos. Momentos de história*, Figueira da Foz, Sociedade Figueira-Praia, 1998.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, ed. facsimilada da original de 1876, Monte da Caparica, Cota d'Armas, 1990.

Manual de descrição e utilização da pistola lança-cabos Schermuly (tipo praia), Lisboa, ISN, 1968.

Manual do material de assistência nas praias, Lisboa, ISN, 1988.

Manual sobre primeiros socorros para uso do pessoal dos salva-vidas e dos postos de socorros nas praias, Lisboa, ISN, 1981.

MATA, Matusio Matoso Matos da, *Os banhos de mar na Junqueira e sítio de Santa Apolónia vistos da terra pelo óculo crítico de ver sas coisas como são. Obra muito útil a todos que desejarem não morrer afogados no mar inesgotável das lograções mulheris*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1786.

MEIRELES, José de, *Coisas de Turismo*, vol.3, Lisboa, Tipocromia Aguiar, 1973.

MENDES, Frederico Ramos, *Memória justificativa dum plano de melhoramentos da Praia da Rocha*, Tese apresentada ao I Congresso Nacional de Turismo, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.

MIELZINER, Leo, *A nossa praia*, Villa do Conde, Typ. Minerva de Alfredo d'Amaral Corêa, 1910.

NUNES, Pinho, *Monografia da Praia da Aguda*, Porto, Tipografia do Colégio dos Órfãos, 1954.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.

ORTIGÃO, Ramalho, *As praias de Portugal. Guia do banhista e do viajante*, conforme a 1ª ed. (1876), Lisboa, Frenesi, 2001.

Os Banhos de Mar ou Os Olhos de huma Senhora Banhados em Lagrimas, por se ver contrariada no desejo de hir a elles, Porto, Typ. à Praça de S. Thereza, 1825.

PATRÍCIO, Artur, *Sintra-Colares-Praia das Maçãs. As minhas impressões dum passeio a pé pela estrada de Monserrate*, Lisboa, 1961.

PEREIRA, B. da Costa, *A Póvoa de Varzim como Estação Balnear Marítima (apontamentos subsidiários)*, dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirurgica do Porto, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense Editora, 1906.

Piscina-praia Figueira da Foz. A mais bela realização do turismo-desporto nacional, Figueira da Foz, Tip. Cruz de Cardoso, 1953.

Portugal 1940, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional.

QUEIRÓ, Afonso Rodrigues, *As praias e o domínio público*, Separata da Revista *Legislação e Jurisprudência*, nº 96, Coimbra, 1964.

Relatório da Colónia Balnear Infantil, Conferência de S. Vicente de Paulo, Cantanhede, Tipografia Central, 1939.

SARMENTO, Jacob de Castro, *Apendix ao que se acha escrito na matéria médica do Dr. J. de Castro Sarmiento sobre a natureza, contentos, efeitos e uso prático, em forma de bebida e banhos, das águas das Caldas da Rainha, participado ao público em uma carta escrita ao Dr. João Mendes Saquet Barbosa, sócio da Sociedade Real de Londres, a que se junta o novo método de fazer uso da água do mar, na cura de muitas enfermidades crónicas, em especial nos achaques das glândulas*, Londres, s.n., 1753.

SIMÕES, Tito Serras, *Manual sobre primeiros socorros para uso do pessoal dos salva-vidas e dos postos de socorros nas praias*, Lisboa, ISN, 1964.

Sociedade Figueira Praia, S.A. Momentos de História, Figueira da Foz, Offsetarte – Artes Gráficas, Lda., 1998.

Tabelas de medicamentos, apósitos e utensílios dos salva-vidas e postos de socorros de praia, 3ª ed. (1ª ed. 1964), Lisboa, Instituto de Socorros a Náufragos, 1980.

TEIXEIRA, Quirino, *Férias na Caparica. Contos*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 195-.

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936.

VERA-CRUZ, Daniel, "Erosão de praias" in *Técnica, revista dos alunos do IST*, separata do nº401, 1970.

VIEIRA, Alice, *Praias de Portugal*, fotos de Maurício Abreu, Lisboa, Caminho, 1997.

Guias e panfletos turísticos

A nossa praia, Vila do Conde, Typographia Minerva, 1910.

A praia da Costa (Caparica). Estância balnear, de cura, de repouso e de turismo - Terra de pescadores, Lisboa, Tipografia Lucas, 1930.

As melhores praias de Portugal, 5ª ed., Lisboa, D. Quixote: Geoplaneta, 2005.

As nossas praias. Indicações gerais para uso de banhistas e turistas, Lisboa, Sociedade Propaganda de Portugal – Tipografia Universal, 1918.

BAGINHA, Joaquim, *Guia do excursionista e banhista com indicação dos pontos dignos de visitar nas principaes estações, praias e thermas...*, Lisboa, J. Baginha, 1911.

CORDEIRO, Camilo, *Guia de Portimão - Praia da Rocha*, Portimão, Tip. Lumen, 1937.

Costa de Caparica – Praia do Sol, mandado imprimir pelo Hotel da Praia do Sol da Costa da Caparica, Lisboa, Imprensa Lucas & Cª, 1935.

Espinho praia, Porto, A. Silva Tavares, 193-.

Figueira da Foz, praia da claridade, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo, 1959.

Figueira da Foz. Rainha das praias de Portugal, Comissão Municipal de Turismo, Lisboa, Neogravura, 1946.

Indicador Turístico das Praias e Termas, compil. J. Monteiro, Porto, Oficinas Gráficas, 1941.

Indicador Turístico das Praias e Termas. Época de 1946. Meios de transporte, horários, etc., dir. J. Monteiro, Porto, Tip. Imp. Portugal, 1946.

LIMA, Baptista de, *Guia ilustrado da Póvoa de Varzim. Elucidário para banhistas e forasteiros*, Póvoa de Varzim, Tip. Camões, 1944.

Nazaré, a mais típica praia de Portugal / la plus typique plage de Portugal, Casa Alcôa, 1953.

PALANQUE, Luís, *Praias recomendadas (1990/91). O guia completo da costa portuguesa, a informação, as fotos, os mapas*, Lisboa, Pascoal e Palanque, 1990.

Praia da Rocha, a mais linda praia de Portugal, Lisboa, Edições Internacionais, 1952.

Praia da Rocha. Algarve, Portugal, Portimão, Comissão Municipal de Turismo, 19-.

Praia de Villa do Conde. Guia illustrado, Vila do Conde, Sociedade Propaganda da Praia, 1917.

Praia do Carvoeiro, Algarve, Portimão, Tipografia Lumen, 193-.

Praia do Sol (Caparica). Estância balnear de cura, repouso e turismo. Monografia de Propaganda do Guia de Portugal Artístico, Lisboa, M. Costa Ramalho, 1934.

Praia do Sol. Orgão de Propaganda do Concelho de Almada, dir. António Correia, ed. José Alves Martins, Costa de Caparica, 1950-1982.

QUINTELLA, Santos, *Guia do excursionista em Portugal: cidades principaes, praias, thermas*, Porto, Publicações J. Ferreira dos Santos, 1929.

Roteiro de todas as praias de Portugal, Lisboa, Albi Editora, 1992.

Sunny Coast. A Costa do Sol. Estoril, Cascais-Portugal, Cascais, Comissão de iniciativa e turismo, 1935.

Visitai a Figueira da Foz, a mais linda praia de Portugal, Figueira da Foz, Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz, 1928.

Visite a magnífica praia de rochedos coloridos: Praia da Rocha, Algarve-Portugal, Comissão Municipal de Turismo, 193-.

Publicações periódicas

A Praia, dir. Luis da Matta, José da Graça e A. de Vasconcellos Cohen, nº1, S. João do Estoril, 1/9/1896.

A praia elegante, nºs 1-9, Figueira da Foz, 23/07/1918 - 22/09/1918.

ABC do Banhista, Revista Semanal de Propaganda Comercial e Industrial, Ano I, nº3, dir. Manuel Mesquita Santos, Figueira da Foz, ed. Adelino Alves Pereira, 20/09/1921.

Ala arriba, Revista mensal de propaganda da praia de banhos da Póvoa de Varzim, nºs1-3, dir. Manuel Silva, Avelino Barros, Póvoa de Varzim, Redacção - Sede do Club Naval Povoense, 1927-1928.

Almanaque illustrado do jornal "A Praia da Figueira", A.1, dir. e propr. Carlos Idães, Figueira da Foz, Typographia Popular de Manuel J. Cruz, 1908.

Brasil-Portugal, Anno I, nº18, dir. Augusto de Castilho, Jayme Victor, Lorjó Tavares, ed. Luiz Antonio Sanches, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Outubro de 1899.

Cascais. Boletim da Comissão de Propaganda de Cascais, nº único, Cascais, Tipografia Cardim, 1937.

Costa do Sol. Revista quinzenal de propaganda e turismo, nºs 1-6, Monte Estoril, G. Cardim, 1/08/1929 – 1/11/1929.

Diário da Praia – Figueira da Foz, Praia do Sonho e da Claridade, ed. Adriano Santos, Figueira da Foz, Tip. Peninsular, 9/08/1935 a 21/08/1936.

Gazeta da Figueira, ed. Augusto Veiga, Figueira da Foz, Imprensa Lusitana, 1905.

Lisboa – Estoril, Revista de Turismo e Comércio, nº1, Cascais, Tipografia Cardim, 26/05/1932.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *O António Maria*, Ano II, Lisboa, Lithographia Guedes, 16 de Setembro de 1880.

PINHEIRO, Rafael Bordalo, *Pontos nos ii*, Ano III, Lisboa, Lithographia Guedes, 8 de Setembro de 1887.

Praia de Albufeira. Época balnear 1918, nº1 (número especial de propaganda).

Praia do Sol. Orgão de Propaganda do Concelho de Almada, dir. António Correia, ed. José Alves Martins, Costa de Caparica, 1950-1982.

Praia, mar e sol: revista cultural turística e informativa, nº1, dir. A. J. Lemos Pinheiro, Figueira da Foz, Fevereiro de 1959.

Praias e termas do Algarve. Revista de propaganda, nº único, propr., dir. e ed. José Estevão Medel Tavares, Faro, J. E. M. Tavares, 1935.

Arquivos

Turismo de Portugal – Centro de Documentação
Arquivo Histórico Municipal de Almada
Museu Cidade de Almada – Centro de Documentação
Fundação António Quadros
Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa
Biblioteca Nacional de Portugal
Biblioteca Municipal Palácio Galveias

Entrevistas

ANTUNES, Tomé (entrevista gravada), 7/5/2011.

GALINHO, Lídio (entrevista gravada), 9/5/2011.

PAIVA, José Pompeu Martins (entrevista gravada), 3/6/2011.

Bibliografia

AMORIM, Sandra Maria Araújo de, *A Póvoa de Varzim. Obras públicas e crescimento urbano (1791-1836)*, dissertação de mestrado em História de Arte, Porto, Faculdade de Letras, 1997.

AURINDO, Maria José, *Portugal em cartaz. A (re)construção pelo Estado de uma imagética do destino turístico (1911-1986)*, dissertação de Mestrado em Antropologia do Espaço, Lisboa, UNL-FCSH, 2004.

BERNARDES, Joana Duarte, “Limite e utopia: a praia como limiar” in *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, nº VII, 2ª série, Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 2009, pp.523-549.

BERNARDO, Luís Filipe Azenha, *O desenho e a construção do espaço público. Caso de estudo: Costa de Caparica. Estudo comparativo do PUCC (1946) e o Programa Polis (2000)*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Dep. de Arquitectura e Urbanismo, Lisboa, ISCTE, 2007.

BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003.

BRIZ, Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez, *A arquitectura de veraneio. Os Estoris: 1880-1930*, dissertação de mestrado em História de Arte, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

BRIZ, Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez, *A vilegiatura balnear marítima em Portugal (1870-1970): sociedade, arquitectura e urbanismo*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003.

BRIZ, Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez, “Vilegiatura balnear – imagem ideal/ imagem real” in *Revista de História de Arte*, nº3, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História de Arte – FCSH-UNL, 2007.

CASCÃO, Rui, “A invenção da praia: notas para a história do turismo balnear” in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp.321-341.

CAVACO, Carminda, *A Costa do Estoril, Esboço Geográfico*, Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1983.

CAVACO, Carminda, *O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais*, Separata Estudos Italianos em Portugal, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1980.

CORBIN, Alain (coord.), *História dos tempos livres*, Lisboa, Teorema, 2001.

CORBIN, Alain, *O Território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1989 ; *História dos tempos livres*, coord. Alain Corbin, Lisboa, Teorema, 2001.

“Costa da Caparica... imagens que valem mais do que mil palavras” in *Folha informativa – Cultura avieira. Um património, uma identidade*, nº34, 2010. Publicado em: <http://www.forumcostadacaparica.org/>

COUTO, Helder Fernando de Oliveira, *Turismo e Política de Turismo no Concelho de Espinho*, dissertação de mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, 2008.

COVITA, José Luís, *História da camionagem no concelho de Almada*, Almada, Departamento dos Serviços Municipais de Acção Sociocultural da Câmara Municipal, 1995.

CRESPO, Jorge, *A História do Corpo*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990.

CRESPO, Jorge, "O processo de civilização do corpo em Portugal".

DIAS, Paula M. Pereira de Oliveira, “«Ir a banhos» na Figueira da Foz no dealbar do século XX: um olhar sobre uma época” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXX, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric, *A busca da excitação*, Lisboa, Difel, 1992.

ELIAS, Norbert, *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, Lisboa, D. Quixote, 2004.

Europe at the seaside. The economic history of mass tourism in the Mediterranean, Luciano Segreto, Carles Manera e Manfred Pohl (ed.), Berghahn Books, 2009.

FERREIRA, Sílvia Pintão, *Colónias balneares. Uma inovação socio-pedagógica no equilíbrio físico e moral da criança pobre (1908-1943)*, dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Lisboa, UL-Fac.Psicologia, 2004.

FREITAS, Joana Gaspar de, "O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado" in *Revista da Gestão Costeira Integrada* 7(2), 2007.

FREITAS, Joana Gaspar de, *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

GOMES, Maria João Bastos da Cunha, *Praia da Granja 1860-1950. Génese, apogeu e declínio de uma estância recreativo-balnear*, dissertação de mestrado em História de Arte, Teorias de Conservação e Restauro do Património Artístico, Porto, Universidade Lusíada, 1998.

GOMES, Reinaldo Varela, “O nascimento da Costa de Caparica como complexo turístico” in *Anais de Almada*, nº 2, Almada, Câmara Municipal, 1999.

GONÇALVES, Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues, *A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto sol e praia: o caso de Faro e Silves*, dissertação de mestrado em Gestão do Património Cultural, Faro, Universidade do Algarve, 2001.

HASSE, Manuela, *O divertimento do corpo. Corpo, lazer e desporto na transição do séc.XIX para o séc.XX*, em Portugal, Lisboa, Editora Temática, 1999.

HENRIQUES, João Miguel Rodrigues, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol. Fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística (Cascais, 1850-1930)*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2008.

Hotel da Praia do Sol. História de um tempo e de uma praia, coord. António Carvalho, Almada, Câmara Municipal, 2010.

JERÓNIMO, Rita, “Banhistas e banheiros: reconfiguração identitária na praia da Ericeira” in *Etnográfica*, Vol. VII (1), 2003, pp.159-169.

JERÓNIMO, Rita, *Sazonalidade e tradição. A construção social do tempo na vila da Ericeira*, dissertação de mestrado em Antropologia: Patrimónios e Identidades, Lisboa, ISCTE, 1999.

JESUS, Francisco José da Cruz de, *Arquitectura balnear e modernidade. O exemplo do Bairro Novo de Sta. Catarina da Figueira da Foz (1928-1953)*, dissertação de mestrado em História de Arte, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999.

LEMOS, Eduardo Cardoso Mascarenhas de, *Modelos urbanos e a formação da cidade balnear. Portugal e a Europa*, dissertação de doutoramento em Arquitectura, especialidade de Planeamento Urbano, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Wroclaw, Polónia, 2006.

LOPES, José da Cruz, *Ecologia humana e turismo numa região do Noroeste de Portugal*, dissertação de mestrado em Ecologia Humana, Universidade de Évora, 1992.

MACHADO, Helena Cristina Ferreira, *A construção social da praia*, Guimarães, IDEAL-Artes Gráficas, 1996.

MARTINS, Luís Paulo Saldanha, “Banhistas de mar no século XIX: um olhar sobre uma época”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Geografia*, I Série, vol.V, Porto, 1989.

MARTINS, Maria Luísa M. Afonso, *A vilegiatura marítima no século XIX de Belém a Cascais*, dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE, 1996.

MARTINS, Salvador Félix, *Caparica doutros tempos*, Socingraf, 2004.

MATOS, Ana Cardoso de; SANTOS, Maria Luísa F. N. dos, “Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)” in *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VIII, nº 167, 15 de Junho de 2004.

NÉU, João, *Em Volta da Torre de Belém*, Lisboa, Horizonte, 1994.

NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.

NEVES, Mário Silva, *Costa de Caparica no areal do tempo*, Almada, Câmara Municipal, 2008.

NEVES, Mário Silva, *Tu, Costa Minha!... O passado e o presente*, Selenova – Artes Gráficas, Lda, 2002.

NOGUEIRA, António Inácio, *Praia de Pedrógão. Locais, gentes e memórias*, Leiria, Magno Edições, 2006.

NUNES, Carlos Manuel de Freitas Almeida, *Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o turismo balnear*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

NUNES, Francisco Oneto, “O trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos, as modalidades do olhar” in *Etnográfica*, Vol. VII (1), 2003.

ORY, Pascal, *L' invention du bronzage*, Editions Complexe, 2008.

“Os palheiros da Costa, enquanto evidência da cultura dos pescadores da costa ocidental” in *Folha informativa – Cultura avieira. Um património, uma identidade*, nº35, 2010. Publicado em: <http://www.forumcostadacaparica.org/>

“Os palheiros históricos («barracas») da Costa da Caparica” in *Folha informativa – Cultura avieira. Um património, uma identidade*, nº30, 2010. Publicado em: <http://www.forumcostadacaparica.org/>

PAULO, Maria João Vieira, *Clima e turismo: ambiências atmosféricas estivais e conforto na Praia Grande*, dissertação de mestrado em Geografia Física e Ambiente, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 1997.

PERALTA, Elsa, “O mar por tradição: o património e a construção das imagens do turismo” in *Horizontes Antropológicos*, ano 9, nº 20, Porto Alegre, Outubro de 2003, pp.83-96.

PEREIRA, Margarida, *O processo de decisão na política urbana. O exemplo da Costa do Sol*, dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional, Lisboa, FCSH, 1994.

PIMENTEL, Irene, *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006.

PINA, Paulo, *Portugal – O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, 1988.

PINTO, Maria de Fátima, *Um Lugar ao Sol. Costa de Caparica 1938-1998*, Lisboa, INATEL, 1998.

Quando a Tróia era do povo, Colectivo do 9º ano – Escola Secundária D. João II – Setúbal; coord. e textos Jaime Pinho [et al.], Setúbal, Câmara Municipal, 2009.

RÉAU, Bertrand, “S’inventer un autre monde. Le Club Mediterranee et la genese des clubs de vacances en France (1930 – 1950)” in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 170, pp.66-85.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, 6ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991.

RODRIGUES, Jorge Martins de Sousa, *A expansão programada de Lisboa para a Margem Sul. Almada, 1938-1950*, dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE, 1999.

SÁ, Manuel Fernandes de; FERNANDES, Francisco Barata, “Sobre um postal. Costa da Caparica. Praia Atlântico. Pormenor de solução urbanística. 1930, Cassiano Branco” in *Cassiano Branco. Uma obra para o futuro*, Câmara Municipal de Lisboa, Edições Asa, 1991.

SALOMÃO, Ricardo, “Fórum Palheiros da Costa da Caparica: Em Defesa da Cultura Popular” in *Folha informativa – Cultura avieira. Um património, uma identidade*, n°33, 2010. Publicado em: <http://www.forumcostadacaparica.org/>

SAMPAIO, José Rosa, *A Praia da Rocha nos primórdios do Turismo algarvio*, Separata do jornal *Barlavento*, n°893, Portimão, 1994.

SANTOS, Maria da Graça Lopes, *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*, dissertação de mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

SEVERO, Carlos Manuel de Oliveira, *A cultura balnear na Costa do Sol: para um museu da praia*, dissertação de mestrado em Museologia e Museografia, Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Belas Artes, 2011.

TRINDADE, Luís, “A Imagem do Sportsman e o Espectáculo Desportivo”.

URBAIN, Jean-Didier, *At the beach*, University of Minnesota Press, 2003.

URRY, John, *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, SAGE Publications, 1990.

VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri, Inatel, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel, “The Bourgeois(ie) as Concept and Reality” in *New Left Review*, I/167, Janeiro-Fevereiro de 1988, pp.91-106.

Lista de figuras

	página
Figura 1: O Rei Dom Carlos e Rainha Dona Amélia chegam de bote à praia da Ribeira (1906). Fotografia de Júlio Worm. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000063.....	I
Figura 2: O Rei Dom Carlos e a Rainha Dona Amélia na praia da Ribeira, em dia de regata (1906). Fotografia de Júlio Worm. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000064.....	I
Figura 3: O Rei Dom Carlos e a Rainha Dona Amélia e comitiva na praia da Ribeira (1906). Fotografia de Júlio Worm. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000065.....	II
Figura 4: Eléctrico que fazia o percurso de Sintra à praia das Maçãs. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ACU/000402.....	II
Figura 5: Embarque da família real para o exílio. Embarcaram na praia dos Pescadores da Ericeira com destino ao iate Amélia, que os levou a Gibraltar (5/10/1910). Fotografia de José Artur Leitão Bárcia ([1871?]-1945). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BAR/000689.....	III
Figura 6: Praia do Tamariz. Fotografia de Paulo Guedes (1886-1947). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/PAG/I00673.....	III
Figura 7: Praia (1950 a 1970). Fotografia de Amadeu Ferrari (1909-1984). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/FER/002647.....	IV
Figura 8: Procissão do Círio de Nossa Senhora da Atalaia, baptismo na praia. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/JBN/002833.....	V
Figura 9: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001586.....	V
Figura 10: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001584.....	VI
Figura 11: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912, p.520. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001587.....	VI
Figura 12: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001588.....	VII

Figura 13: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001590.....	VII
Figura 14: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001591.....	VIII
Figura 15: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000768.....	VIII
Figura 16: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000769.....	IX
Figura 17: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000771.....	IX
Figura 18: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000772.....	X
Figura 19: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000776.....	X
Figura 20: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000777.....	XI
Figura 21: Passeio à beira-mar, junto à praia da Ribeira (Cascais). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000171.....	XI
Figura 22: Grupo na praia da Ribeira (Cascais). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/ORI/000172.....	XII
Figura 23: Grupo na praia, debaixo do toldo na praia dos Pescadores (Cascais). Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na <i>Ilustração Portuguesa</i> , 22 de Outubro de 1906, p.367. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/002690.....	XII
Figura 24: Festa religiosa de São Bartolomeu do Mar, Esposende (24/08/1953). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002694.....	XIII
Figura 25: Festa religiosa de São Bartolomeu do Mar, Esposende (24/08/1953). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002701.....	XIII

- Figura 26: Hora do banho, Nazaré (1956-1957). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002918..... XIV
- Figura 27: Pescadores trabalhando as suas redes dentro de um barco de pesca na praia, Lisboa. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ACU/000500..... XIV
- Figura 28: Pescadores estendendo as redes, Sesimbra (1957-1961). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/001118..... XV
- Figura 29: Crianças protegidas pelas juntas de freguesia de Lisboa na praia da Trafaria. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). *Ilustração Portuguesa*, 13 de Setembro de 1909. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000775..... XVI
- Figura 30: Francisco, Alice, Ana Maria de Sousa e Holstein Beck, Maria Guilhermina Anjos e Bola, (Cascais, Agosto de 1921). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0003/000928..... XVI
- Figura 31: Banhistas na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001589..... XVII
- Figura 32: Na praia. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 22 de Outubro de 1906, p.366. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/002692..... XVII
- Figura 33: Praia em Cascais. Fotografia de José Artur Leitão Bárcia (1871?-1945). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/BAR/000113..... XVIII
- Figura 34: Praia da Nazaré (Julho de 1938). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0008/003415..... XVIII
- Figura 35: Praia das Maças (c.1951), Fotografia de António Passaporte (1901-1983). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/PAS/001145..... XIX
- Figura 36: Praia (Nazaré, 1956-1957). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002936..... XIX
- Figura 37: Praia de Pedrouços (1937). Fotografia de Eduardo Portugal (1900-1958). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/POR/015830..... XX
- Figura 38: Barracas de banhos na praia da Cruz Quebrada (1961). Fotografia de Artur Goulart. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AJG/I03237..... XX

- Figura 39: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000774..... XXI
- Figura 40: Banhistas na praia de Pedrouços (início do século XX). Alberto Carlos Lima (18- -1949). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/LIM/001226..... XXI
- Figura 41: Banho sagrado em São Bartolomeu do Mar, Esposende (1953/08/24). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002650..... XXII
- Figura 42: Banho sagrado em São Bartolomeu do Mar, Esposende (1953/08/24). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002650..... XXII
- Figura 43: Banhos na praia de Algés. Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Artigo na *Ilustração Portuguesa*, 30 de Setembro de 1912. Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/000770..... XXIII
- Figura 44: Grupo de banhistas na praia (início do século XX). Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/002131..... XXIII
- Figura 45: Banhistas na praia do Estoril (1909). Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/JBN/001582..... XXIV
- Figura 46: Banhistas (entre 1920 e 1929), Fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/JBN/002664..... XXIV
- Figura 47: Piquenique na praia da Adraga (1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0005/001974..... XXV
- Figura 48: Piquenique na praia do Guincho (Outubro de 1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0005/001986..... XXV
- Figura 49: Numa praia em Cascais (Outubro de 1934). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0005/002101..... XXVI
- Figura 50: Diogo de Sousa Holstein Beck Manoel e uma amiga na praia do Baleal, Peniche (Setembro de 1949), Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/BEK/0009/004318..... XXVI
- Figura 51: Banhistas, Nazaré (entre 1956 e 1957). Fotografia de Artur Pastor (1922-1999). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/ART/002931..... XXVII
- Figura 52: Banhistas, Estoril (entre 1950 e 1970). Fotografia de Amadeu Ferrari (1909-1984). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/FER/003235..... XXVII

Figura 53: Praia do Estoril (1966). Fotografia de Armando Serôdio (1907-1978). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/FDM/00197..... XXVIII

Figura 54: Fotografia aérea da Costa da Caparica (entre 1930 e 1932). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/MBM/000027..... XXIX

Figura 55: Projecto para a urbanização da Costa da Caparica, de Cassiano Branco (1930). Retirado de: <http://obviousmag.org/archives/2007/04/utopia.html>..... XXIX

Figura 56: Hotel Praia do Sol. Fotografia de Artur Inácio Bastos (1904-1975). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AIB/S00017..... XXX

Figura 57: Comboio de turismo, Costa da Caparica. Fotografia de Artur Inácio Bastos (1904-1975). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AIB/S00025..... XXX

Figura 58: Entrada de praia, Costa da Caparica (1967). Fotografia de Sid Kerner (1920-). Núcleo Fotográfico do Arquivo Municipal de Lisboa. PT/AMLSB/AF/SID/000077..... XXXI